

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LORENA ALVES PAFUME

**CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À
GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS - CECAMPE SUDESTE:
a formação de gestores escolares para o fortalecimento da política PDDE**

Uberlândia - MG

2026

LORENA ALVES PAFUME

**CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À
GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS - CECAMPE SUDESTE:
a formação de gestores escolares para o fortalecimento da política PDDE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Estado, políticas e gestão da educação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vilma Aparecida de Souza

Uberlândia - MG

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da
UFU com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

P127	Pafume, Lorena Alves, 1992-
2026	Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais - CECAMPE SUDESTE [recurso eletrônico]: a formação de gestores escolares para o fortalecimento da política do PDDE" / Lorena Alves Pafume. - 2026. Orientadora: Vilma Aparecida de Sousa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.238 inclui bibliografia. 1. Educação. I. Sousa, Vilma Aparecida de, 1975-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.
	CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA- PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 09/2026/962, PPGED				
Data:	Vinte de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	[11:20]
Matrícula do Discente:	12412EDU029				
Nome do Discente:	LORENA ALVES PAFUME				
Título do Trabalho:	"Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais CECAMPE SUDESTE: a formação de gestores escolares para o fortalecimento da política do PDDE"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Estado, Políticas e Gestão da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Políticas de gestão de sistemas e unidades escolares da educação básica: interfaces com a gestão democrática"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G129, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Jane Maria dos Santos Reis - FAMEU; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib UFU e Vilma Aparecida de Souza - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vilma Aparecida de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à

Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Vilma Aparecida de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/02/2026, às 11:22, conforme



horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, Professor(a) do**



Magistério Superior, em 20/02/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jane Maria dos Santos Reis, Usuário Externo**, em 03/03/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7071937** e o código CRC **2BB14302**.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vilma Aparecida de Souza – PPGED/UFU
(Orientadora)

Profº Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib – PPGED/UFU

Profa. Dra. Jane Maria Santos Reis – FAMEU

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são verdadeiros a todos que fizeram parte dessa jornada, mas acima de tudo agradeço a Deus, por me permitir trilhar os caminhos acadêmicos com saúde, dedicação, aprendendo todos os dias com os mestres e colegas. E diante disso agradeço a minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Vilma Aparecida de Souza, que me acompanhou e compartilhou comigo um tema em que eu tanto me identifiquei e tive o prazer em estudar e aprofundar os meus conhecimentos científicos. Também sou grata aos docentes que passaram pela minha formação durante esses dois anos ajudando a ampliar os repertórios e as possibilidades, em especial a Prof^ª. Dr^ª. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva por quem guardo um carinho especial. Aos integrantes da banca de qualificação, Prof. Dr. Cairo Katrib e Prof^ª. Dr^ª. Leonice Ritcher que me orientaram com tanto carinho e ensinamento. E a Prof^ª. Dr^ª. Jane Maria Santos Reis que esteve presente no fim dessa etapa, orientando e despertando novos olhares para esse trabalho.

Agradeço as pessoas mais importante da minha vida, minha mãe e meu esposo que sempre fizeram os dias mais leves para que eu tivesse a oportunidade de me dedicar, ler, estudar tornando tudo mais tranquilo, além de serem meu alicerce em dias difíceis.

Jamais poderia deixar de agradecer as minhas colegas de trabalho que compartilharam comigo as árduas lutas do ofício docente e ao mesmo tempo compartilharam também as aprendizagens em suas vivências com as suas carreiras acadêmicas. Também guardo um carinho mais que especial as novas amigas que conquistei durante esse processo e que me ajudou em momentos de dificuldade, em especial Glenda, Laura e Lara.

Por fim, agradeço a oportunidade de aprender com a equipe do Cecampe Sudeste, com o grupo de estudo GEPEFE, com a FACED e toda a Universidade Federal de Uberlândia, e todos aqueles que trilharam o meu caminho em algum momento e que de alguma forma deixou uma marca especial em minha memória.

RESUMO

O presente estudo, desenvolvido na Linha de Pesquisa Estado, Políticas e Gestão da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia tem como objeto de investigação o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE) da região Sudeste, que tem o propósito de colaborar com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), fornecendo apoio e monitoramento aos gestores da região no auxílio a gestão do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). O PDDE, criado em 1995, é um programa de verba suplementar repassada pelo FNDE para as unidades executoras (UEx) de cada instituição de ensino pública da educação básica, escolas de educação especial e Universidade Aberta Brasileira, tendo como objetivo subsidiar as necessidades e melhorias pedagógicas e de infraestrutura dessas instituições, fortalecendo a autogestão dos recursos. A partir do conhecimento dessa parceria firmada surgiu a seguinte problemática, quais as atuações do Cecampe Sudeste na orientação aos gestores escolares na execução dos recursos do PDDE e no fortalecimento da política do PDDE? A partir de tal questionamento o nosso objetivo geral é analisar as atuações do Cecampe Sudeste na orientação aos gestores escolares com o recurso do PDDE. A metodologia utilizada é de abordagem quanti-qualitativa, utilizando o mapeamento de dados, gráficos e tabelas para melhor discussão dos resultados, tem caráter exploratório e descritivo, realizando levantamento bibliográfico e pesquisa documental. Essa dissertação é dividida em quatro seções, onde realizamos uma revisão de literatura nos bancos de dados da BDTD, Catálogo da Capes e repositório da UFU com a finalidade de realizar o aprofundamento do referencial teórico e conhecimento do que já temos produzido relacionado as temáticas abordadas nesse trabalho. Com a pesquisa documental foi possível contextualizar o cenário histórico e político do PDDE nos seus 30 anos de existência e também construir o histórico do Cecampe Sudeste UFU. E a partir dos formulários preenchidos nas formações “Caminhos Compartilhantes” ofertadas em Minas Gerais no primeiro ano do quadriênio (2023-2027) foi realizado a análise das respostas enviadas pelos participantes. Contudo, compreendemos que as formações e ações que o Cecampe Sudeste têm realizado ao longo desses anos de parceria auxilia diversos gestores da região e contribuí para que a execução com os recursos do PDDE seja mais eficiente e eficaz, além disso também podemos constatar que esses gestores têm aprovado as formações e recomendariam para seus colegas, confirmando a excelência do trabalho desenvolvido, no fortalecimento da política PDDE

Palavras-chave: Cecampe Sudeste; Financiamento da Educação; Gestão Educacional; PDDE.

ABSTRACT

This study, developed within the Research Line State, Policies and Management of Education of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia, investigates the Southeast Regional Collaborative Center for Support, Monitoring and Management of Educational Programs (CECAMPE). This center aims to collaborate with the National Fund for the Development of Education (FNDE) by providing support and monitoring to regional education managers, particularly in relation to the management of financial resources from the “Programa Dinheiro Direto na Escola” (PDDE). Created in 1995, the PDDE is a supplementary funding program administered by the FNDE, which allocates financial resources directly to executing units (UEX) of public basic education institutions, special education schools, and the Open University of Brazil. Its purpose is to support pedagogical improvements and infrastructure needs, while strengthening the autonomy of schools in managing their financial resources. Based on the understanding of this institutional partnership, the study is guided by the following research problem: what are the roles and actions of CECAMPE Southeast in guiding school managers in the execution of PDDE resources? Accordingly, the general objective is to analyze the actions of CECAMPE Southeast in supporting school managers in the management of PDDE funds. The research adopts a mixed-methods (quantitative and qualitative) approach, using data mapping, graphs, and tables to support the analysis and discussion of results. It is characterized as exploratory and descriptive, combining bibliographic review and documentary research. The dissertation is structured into four sections. First, a literature review was conducted using databases such as BDTD, CAPES Theses and Dissertations Catalog, and the UFU repository, aiming to deepen the theoretical framework and identify existing studies related to the research theme. Through documentary research, it was possible to contextualize the historical and political trajectory of the PDDE over its 30 years of existence, as well as to reconstruct the institutional history of CECAMPE Southeast at UFU. Additionally, data collected from forms completed during the “Caminhos Compartilhantes” training sessions, offered in Minas Gerais during the first year of the 2023–2027 cycle, were analyzed based on participants’ responses. The findings indicate that the training activities and actions developed by CECAMPE Southeast throughout this partnership have supported a wide range of education managers in the region, contributing to a more efficient and effective execution of PDDE resources. Furthermore, the results reveal high levels of satisfaction among participants, who positively evaluate the training and recommend it to their peers, reinforcing the quality and relevance of the work carried out in strengthening the PDDE policy.

Keywords: CECAMPE Southeast; Education Funding; Educational Management; PDDE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Regiões de atuação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais	24
Figura 2: Nuvem de Palavras- chaves das pesquisas abordadas.....	34
Figura 3: Principais Programas do FNDE.....	47
Figura 4: Valores repassados pelo PDDE de acordo com a resolução n° 3 de 1997.....	50
Figura 5: Coleção Diálogos	81
Figura 6: Diálogos com o PDDE	82
Figura 7: Construções Dialógicas: O programa PDDE em perspectiva	83
Figura 8: Políticas de Descentralização Financeira na educação brasileira	84
Figura 9: Cidades em que aconteceram o curso Trilhas no PDDE.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Abrangência Regional das Teses e Dissertações	33
Gráfico 2: Execução orçamentária do PDDE (2003 a 2016).....	60
Gráfico 3: Evolução orçamentária do PDDE-30 anos.....	72
Gráfico 4: Comparativo do perfil dos cursistas nas diferentes cidades, considerando a maioria	95
Gráfico 5: Avaliação final sobre as ações do Cecampe Sudeste	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Levantamento de Teses e Dissertações analisadas	30
Quadro 2: Cidades onde foram ofertadas as formações denominadas "Diálogos com gestores"	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados do quantitativo de escolas por estado da Região Sudeste.....75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AUDIT	Auditoria Interna do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CECAMPE	Centro Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais
CGAME	Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAD	Ensino a Distância
COGER	Corregedoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIFIN	Diretoria Financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIGAP	Diretoria de gestão, articulação e projetos educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIGEF	Diretoria de fundos e benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIRAD	Diretoria de Administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIRAE	Diretoria de Ações educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
DIRTI	Diretoria de tecnologia e inovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
EEX	Entidade Executora
EM	Entidade Mantenedora
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GEPEFE	Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEGES	Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFMT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia do Amapá
IFSP	Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
Lula	Luís Inácio Lula da Silva
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OUVID	Ouvidoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
PAR	Plano de Ações Articuladas
PBLE	Programa banda larga nas escolas
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PEC	Projeto de Ementa Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDE	Programa de Manutenção Desenvolvimento da Educação
PME	Projeto Melhoria na Escola
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de apoio ao transporte escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do livro didático
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto político pedagógico

PROEXC	Pró Reitoria de Extensão e Cultura
PROINFO	Programa Nacional de Informática na educação
PROUNI	Programa Universidade para todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RAP	Restos a pagar
RS	Rio Grande do Sul
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SIGPC	Sistema de Gestão de Prestação de Contas
TO	Tocantins
TCU	Tribunal de Contas da União
TJMJ	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UAB	Universidade Aberta Brasileira
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UEX	Unidade Executora
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	18
A pesquisa guarda-chuva	21
Percurso Metodológico de Pesquisa	25
2. PDDE E CECAMPES EM FOCO: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES.....	28
2.1. As contribuições da produção científica para esse campo de estudo	34
3. OS 30 ANOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE).....	41
O Financiamento da Educação.....	42
O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	45
3.3. A constituição do PDDE e o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	47
3.4. A ampliação do PDDE e os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	51
3.5. A continuidade no Governo de Dilma Rousseff e o golpe conhecido como <i>Impeachment</i> (2011- jul/2016)	54
3.6. Período de recessão de Michel Temer (Ag/2016-2018).....	58
3.7. O Governo de Jair Bolsonaro: Uma nova ideologia (2019-2022).....	61
3.8. Luiz Inácio Lula da Silva: de volta ao poder (2023-2026)	68
4. CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DA REGIÃO SUDESTE (CECAMPE SUDESTE) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.....	74
4.1. As ações e produções no banco de dados do Cecampe Sudeste	79
4.2. Primeiro biênio (2021-2022): As formações: Sensibilizações e Trilhas do PDDE	
86	
4.3. Primeiro ano do quadriênio (2023- 2027): Caminhos Compartilhantes com o PDDE.....	89
4.3.1. “Caminhos Compartilhantes com o PDDE” - Minas Gerais: Abordando os questionários iniciais e finais de avaliação	91
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99

REFERÊNCIAS.....	102
-------------------------	------------

1. INTRODUÇÃO

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece “penso” e não o contrário.

(Paulo Freire)

A pesquisa desenvolvida insere-se no âmbito da Linha de pesquisa “Estado, políticas e Gestão da Educação” do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tendo a política educacional como área de investigação e objeto de estudo o Centro Colaborado de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampe) da região Sudeste, que atua em ações de apoio e orientação aos gestores escolares na gestão dos recursos descentralizados do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Fazer parte da pesquisa na área da educação traz toda a minha história de vida nesse processo, em que o ambiente escolar fez parte das minhas vivências desde a infância, não somente na minha trajetória como estudante, mas também como filha de professora que compartilhou a árdua luta que é ser uma docente nesse país.

Me recordo de quando criança em alguns momentos ir às escolas que minha mãe trabalhava e ali já havia um sentimento diferente ao estar ocupando a cadeira da professora, que em minha cabeça de menina, representava uma grande importância naquele ambiente da sala de aula, demonstrando uma figura de representatividade. Mas também trago momentos de muita dificuldade, lembro-me de como ser uma mulher, mãe solo, e encarar vários turnos de trabalho em escolas diferentes fez da profissão da minha mãe momentos exaustivos, que sempre tinha que completar sua jornada de trabalho com mais afazeres em casa em seus momentos de descanso, corrigindo provas, planejando aulas e organizando atividades para serem aplicadas em sala de aula.

No meu processo de escolarização, sempre fui uma aluna dedicada e participativa, frequentando a maior parte do tempo em escolas públicas da rede estadual de Uberlândia. Quando ingressei no Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia almejava a atuação na gestão escolar, que era a área de trabalho que mais me interessava.

No segundo ano de faculdade, fui convidada pelo Professor Dr. Eucídio Pimenta Arruda, que era professor da Faculdade de Educação, para participar de sua pesquisa como aluna de iniciação científica com bolsa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Naquele momento eu entrava em contato pela primeira vez com o universo da pesquisa acadêmica, e na área de políticas públicas. Desenvolvemos o estudo sobre “Mercado de trabalho em Uberlândia: análise das potencialidades de inclusão produtiva de beneficiários de programas de transferência de renda do governo federal”, pesquisa que participei durante um ano.

Em 2012, durante meu terceiro ano de faculdade, fui aprovada em concurso da Prefeitura de Uberlândia no cargo de Educador Infantil¹. Teve início a minha primeira experiência profissional, que me fez retornar a um ambiente que era familiar, mas que passava a ser um momento de muita responsabilidade, pois iria trabalhar com crianças de 0 a 5 anos, na primeira etapa da educação básica. Em 2019 fui aprovada em meu segundo cargo, também na Prefeitura de Uberlândia, como Professora da Educação Infantil e 1º ao 5º ano.

Hoje, durante a escrita dessa dissertação, já se vão 14 anos de experiência na Educação Infantil, na qual tive a oportunidade de atuar em diversas escolas da cidade e conhecer inúmeras realidades e formas de vivenciar a educação pública, a partir do contato com colegas de trabalho e principalmente por parte da gestão escolar, que como explicitarei neste texto era uma área da minha formação pela qual eu sempre me interessei.

Compreendo a escola como uma organização social que tem como finalidade a formação humana, lugar de produção e conquista de saber sendo que cada instituição tem suas particularidades e responsabilidades sociais e pedagógicas. Em consonância com Dourado (2007, p. 923) que apresenta a educação “como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem”, entendo a concepção de gestão escolar como um processo organizacional baseado nas relações sociais da comunidade escolar em prol dos projetos políticos e pedagógicos objetivando a melhoria na qualidade da educação e sucesso ao atendimento dos alunos, efetivando a equidade e a justiça social.

¹ O cargo de Educador infantil, no concurso de 2011 tinha como pré-requisito de formação o Ensino Médio, não necessitando de formação específica na área da educação. Esse quadro teve alteração na Lei Complementar nº 661/2019, onde o cargo passa a se chamar Profissional de Apoio Escolar e tem pré-requisito a formação mínima técnica em educação (Magistério) ou o curso superior de Pedagogia.

Como parte integrante da comunidade escolar de diversas escolas, pude acompanhar o processo de realização de compra de materiais com os recursos oriundos dos programas de financiamento suplementar da educação. E na escola em que trabalho atualmente participei como membro do Conselho Escolar, atuando junto com os outros membros na organização e decisão das compras a serem realizadas com as verbas destinadas à escola. E com essa experiência, compreendo que há fatores que dificultam os processos de gestão do recurso e, a partir de minha ótica, posso citar a falta de tempo hábil para realização de reuniões com toda a equipe, a falta de interesse da maioria das pessoas, principalmente da família em dedicar um tempo para a escola e a sobrecarga de trabalho que leva a presidente do Conselho, geralmente diretora ou vice diretora escolar, a preferir não promover a participação da comunidade escolar na definição de demandas para o uso do recurso financeiro, considerando que suas convicções são suficientes para definir sozinha o que é melhor para a escola naquele momento, ferindo um dos principais princípios ao executar recursos como PDDE, o princípio da gestão democrática.

Nesse processo, muitas vezes a equipe gestora considera um levantamento superficial do que os profissionais elegem como necessário para ser adquirido para a escola, mas não discutem mais profundamente de forma coletiva as possibilidades de uso pedagógico dos recursos financeiros. Na maioria das vezes são feitas reuniões somente com os membros do Conselho escolar da unidade de ensino, deixando que uma minoria decida sobre todo o coletivo desconsiderando as diversidades e as reais necessidades pedagógicas da escola que poderiam ser consideradas na gestão financeira.

Diante de tantas observações e vivências na prática, desejei aprofundar meus conhecimentos sobre o histórico do financiamento da educação no Brasil. Com isso quando ingressei no curso de Mestrado acadêmico, ao conhecer a minha orientadora de pesquisa Profa. Dra. Vilma Aparecida de Souza, ela me apresentou seu projeto guarda-chuva, que será apresentado posteriormente, indicando como tema de investigação o Programa Dinheiro Direto na escola e como as ações do Cecampe Sudeste têm se apresentado como um importante apoio aos gestores escolares na gestão dos recursos descentralizados.

A partir de um levantamento dos assuntos abordados e da necessidade de conhecimento sobre a temática, além da observação das formações que o Cecampe Sudeste forneceu para gestores, definimos como **problema de pesquisa**: quais as

atuações do Cecampe Sudeste na orientação aos gestores escolares na execução dos recursos do PDDE e no fortalecimento da política do PDDE?

Consideramos nesse estudo que o financiamento da educação, no nosso caso, a verba suplementar do PDDE, é um recurso importante para a autonomia escolar, de transferência de recursos diretamente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, para que possa atender a sua comunidade escolar com mais qualidade. Diante de tal problemática tecemos como **objetivo geral** dessa pesquisa analisar as atuações do Cecampe Sudeste na orientação aos gestores escolares com os recursos do PDDE. Para alcançarmos esse objetivo, delimitamos como objetivos específicos:

- Realizar uma revisão de literatura a partir do levantamento de teses e dissertações sobre o Programa PDDE e o Cecampes;
- Contextualizar a gênese do PDDE e dos Cecampes, no contexto da política de financiamento da Educação Pública Brasileira a partir dos anos 1995;
- Analisar as ações do Cecampe Sudeste no apoio aos gestores escolares, especialmente as formações ofertadas no primeiro ano do quadriênio (2023-2027) em Minas Gerais.

A pesquisa guarda-chuva

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa guarda-chuva desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade (Gepefe), que tem como objetivo de acompanhar de forma crítica e interpretativa o processo de implementação e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na região Sudeste, identificando fragilidades e potencialidades nas etapas de implementação, execução e prestação de contas a partir das ações formativas oferecidas pelo Cecampe Sudeste.

O Grupo é coordenado pelo Prof. Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib e pela Prof^a. Dr^a. Vilma Souza, ambos docentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O Gepefe tem a finalidade constituir um espaço de estudo e reflexão, bem como oferecer subsídio teórico e metodológico para as ações de formação de gestores/as, de monitoramento e de avaliação da gestão de recursos descentralizados, mais especificamente, da gestão de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE),

ligado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Gepefe, vinculado à linha de pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação, do Programa de Pós-graduação em educação da Faced/UFU, articula-se ao Cecampe Sudeste/UFU, também contribuindo com a produção de materiais e conhecimentos auxiliando na atuação do Cecampe Sudeste e compondo o grupo de estudo e produções científicas.

Os Cecampes foram idealizados em 2018 e materializado a partir da publicação de um edital para a parceria com Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no intuito de apoiar a implementação e execução de programas de manutenção e melhoria das escolas, mais especificamente do recurso federal Programa Dinheiro Direto na Escola, com importante papel dentro do processo de descentralização no programa atuando junto com os gestores de todo o Brasil na formação crítica para gerir os recursos de forma consciente e positiva objetivando que o programa seja investimento nas instituições ajudando a promover a qualidade na educação e conseqüentemente a justiça social.

O edital foi publicado em parceria com Fundo Nacional de Educação no âmbito do processo nº 23034.026185/2018-28, publicado em 03 de outubro de 2018. Nesse edital de convocação foi fixado um cronograma onde as apresentações das propostas das instituições teriam como prazo a data de até 16 de novembro de 2018, e teriam o prazo de 45 dias para apresentarem os termos de habilitação a uma comissão especial que ficou responsável para proceder as análises necessárias de julgamento. Essa equipe era formada por servidores que fazem parte da autarquia do FNDE, compondo a equipe da Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar (CGAME).

Foi estabelecido no edital os requisitos para a participação, quais seriam as linhas de colaboração, as orientações para as apresentações das propostas, o detalhamento das habilitações das instituições, a caracterização da parceria que define que o,

Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE) consiste em unidade de referência e apoio constituída para desenvolver ações e projetos no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas de interesse prioritário e nas formas de atuação previstas (FNDE, 2018, p. 3).

Nos anexos do edital foi disponibilizado um conjunto de modelos a serem seguidos da documentação exigida para o processo seletivo².

No dia 03 de junho de 2019, o CGAME tornou público no diário oficial da união o resultado das IFES habilitadas para constituírem parcerias com o CECAMPE, foram elas,

Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP - Campus Capivari, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Piauí (UFPI) - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Universidade Federal do Pará (UFPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSuldeMinas) Instituto Federal Sul Rio Grandense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), Instituto Federal de Educação, Ciência, e Tecnologia do Amapá (IFAP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Minas Gerais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Universidade Federal de Goiás (UFG) (DOU, 2019, p. 55).

Como já estabelecido no edital, as habilitações das instituições não corresponderiam obrigatoriamente a firmar compromisso de execução, isso estaria ligado a necessidade e conveniência do FNDE. O CGAME intitulou as cinco primeiras colocadas de cada região do país para constituírem os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais, contando assim com parcerias descentralizadas nas cinco regiões do país:

² Esses anexos serão disponibilizados na nossa pesquisa como parte integrante da documentação de pesquisa documental.

Figura 1: Regiões de atuação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educativos



Fonte: Elaboração própria (2025).

Todos os Cecampes possuem sites com os seus propósitos e objetivos, além de materiais disponibilizados para consulta, divulgação de seus cursos oferecidos para os gestores das regiões e os relatórios de gestão que são apresentados pela equipe de cada Cecampe, externalizando para a sociedade em geral todo o trabalho prestado que esses centros desempenham.

É importante destacar que de todas as parcerias firmadas, a região Sudeste, é a única que a universidade não pertence a uma capital, estando localizada no interior do estado de Minas Gerais, mostrando a excelência do trabalho realizado, visto que a região sudeste é composta por grandes estados com universidades renomadas na área de pesquisa e extensão. E além de sua grande extensão territorial, é a região mais populosa do Brasil, tornando complexo a gestão de formações presenciais pelas diversas cidades dos estados.

Considerando o exposto, nossa investigação tem como recorte o Cecampe Sudeste e suas ações, especialmente, como as ações de formação que têm contribuído na gestão dos recursos do PDDE, a partir da ótica dos gestores de Minas Gerais, que será nosso recorte de análise. Além disso, também utilizamos como recorte de pesquisa apenas as ações e formações das escolas não diferenciadas³.

Para alcançar esse propósito, a seguir apresentaremos nosso percurso metodológico de pesquisa.

Percurso Metodológico de Pesquisa

Para alcançar os objetivos apresentados, a pesquisa tem inicialmente um caráter exploratório, com levantamento bibliográfico, análise documental e análise do banco de dados do Cecampe Sudeste. Além de exploratória ainda é possível enxergar um propósito descritivo ao mapear as pesquisas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A priori é preciso compreender que metodologia, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) “se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa” (2009, p. 13), para isso é preciso definir e compreender as teorias que levaram a conduzir todo o processo de estudo dessa pesquisa. Diante da inquietação da problemática, do tema escolhido e da pesquisa guarda-chuva, a classificação metodológica é de pesquisa quali-quantitativa, ressaltando a ênfase em um estudo que não está preocupado com a mera quantificação de dados isolados, mas que utilizará de gráficos e avaliação com escala como complemento de análises para chegar aos objetivos específicos. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 287),

A abordagem qualitativa requer que os investigadores desenvolvam empatia para com as pessoas que fazem parte do estudo e que façam esforços concertados para compreender vários pontos de vista. O objetivo não é o juízo de valor; mas, antes, o de compreender o mundo dos sujeitos e determinar como e com que critério eles o julgam.

No campo educacional a abordagem qualitativa é a mais utilizada devido seu caráter interativo que abrange as realidades subjetivas que não podem ser quantificadas, estão voltadas para as ações de explicar, compreender, analisar e conhecer o objeto

³ Escolas não diferenciadas são instituições regulares de ensino e escolas diferenciadas são instituições com projetos políticos próprios para comunidades específicas como indígenas, quilombolas e do campo.

estudado. Contudo a nossa pesquisa também apresenta a abordagem quantitativa, e entendemos que na

[...] pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Gerhardt, Silveira, 2009, p.33).

Com isso, a junção das abordagens nos permite sair do universo de tratamento de dados com caráter de exatidão, com objetivos de quantificar e delimitar uma regra a partir da padronização e médias dos fatores apresentados, mas está direcionada a uma análise mais profunda da investigação contando com os fundamentos e alicerces que o pesquisador defende durante seu caminho percorrido na investigação.

A pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo. Tem um foco multiparagmático. Seus praticantes são suscetíveis ao valor da abordagem de múltiplos métodos, tendo um compromisso com a perspectiva naturalista e a compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, trata-se de um campo político e influenciado por múltiplas posturas éticas e políticas (Denzin; Lincoln, 2007, p. 21).

Para alinhar as características da pesquisa, pode-se escolher diferentes modalidades. Neste trabalho caminharemos com a pesquisa bibliográfica e documental, pois além do uso de literatura relevante para tal discussão, recorreremos a diversos documentos oficiais, como Leis, portarias, relatórios de gestão do governo federal e editais. Além disso, também consideramos que o banco de dados do Cecampes Sudeste, onde conseguimos encontrar relatórios e dados coletados por meio de questionários aplicados aos gestores escolares que participam das ações, constitui-se como documentação importante que compõe o acervo dessa pesquisa. E alinhado a esse método Gerhardt e Silveira (2009) apud Fonseca (2002, p. 32) aponta que,

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Essa pesquisa está organizada em quatro seções onde, posteriormente a essa seção de introdução, apresentaremos um levantamento de teses e dissertações, utilizando as palavras-chaves PDDE e Cecampes como busca de trabalhos nos bancos de dados como BDTD, Catálogo da Capes e repositório da UFU. Nessa busca, não limitamos os anos de pesquisa por entender que os trabalhos relacionados ao Cecampes são atuais devido ao

tempo de existência do programa. Esse levantamento foi realizado para melhor compreensão dos estudos sobre como os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais têm realizando suas ações nos âmbitos do ensino, extensão e pesquisa e se já existem pesquisas que abordam o trabalho desempenhado pelos centros das cinco regiões, dando suporte para a nossa pesquisa bibliográfica.

Após esse levantamento, construímos uma seção com contexto histórico político do PDDE dos últimos 30 anos, enfatizando nos acontecimentos que refletiram no desempenho do programa ao longo desses anos, tratando desde a gênese em 1995 até o ano de 2025. E na terceira seção abordamos o histórico de trabalho desempenhado pelo Cecampe Sudeste, sediado na Universidade Federal de Uberlândia, mapeando as ações de formação do primeiro biênio do programa (2021-2022) e do primeiro ano do quadriênio (2023-2027), destacando que o primeiro ano desse quadriênio compreende o período de setembro de 2023 à julho de 2024, desenvolvidas com vistas a analisar as atuações na orientação e no suporte com o trabalho dos gestores para a execução do recurso descentralizado utilizando como recurso de pesquisa o Relatório Produto 19, produzido pelo Centro colaborador.

2. PDDE E CECAMPES EM FOCO: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES

Nesta seção apresentaremos o levantamento de teses e dissertações em diferentes bases de dados, objetivando conhecer as produções acadêmicas produzidas no Brasil com a temática que estamos trabalhando nesta pesquisa. Realizar essa revisão de literatura enriquece as informações necessárias sobre o assunto abordado, além de indicar as produções científicas que servirão de subsídio para ampliar o conhecimento nesta e na pesquisa nacional. Ao conhecer as produções na área abordada facilita o caminho percorrido para alcançar os objetivos e fortalecer os dados apresentados, mapeando o que já foi produzido e o que ainda é desconhecido na área.

Escolhemos realizar o levantamento em três bases de dados, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e o Repositório da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nessas bases de dados foram encontrados trabalhos distintos, por isso seguimos com a utilização das três. Ao conhecer o propósito de criação das bases entendemos que apesar da BDTD ser um sistema integrado, ainda há pesquisas que não se encontravam disponíveis. Com isso Moraes e Oliveira (2010) apresentam que,

É importante ressaltar que a BDTD foi criada com o intuito de proporcionar acesso integrado às teses e dissertações brasileiras a partir de uma interoperabilidade com padrões nacionais e internacionais, permitindo a visibilidade plena da produção acadêmica que, por sua vez, facilita a elaboração de relatórios de avaliação dos programas de pós-doutorado, criando indicadores. Além disso, houve um investimento em infraestrutura de baixo custo. Até o presente momento a BDTD possui 89 instituições participantes (Moraes e Oliveira, 2010, p. 75).

E o banco da Capes de acordo com as mesmas autoras,

Ele tem como objetivo, disponibilizar informações sobre teses e dissertações de alunos/bolsistas da CAPES, defendidas junto aos programas de pós-graduação stricto sensu nacionais. Essa base de dados ofereceu os resumos (grifo nosso) relativos a teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações foram fornecidas pelos programas de pós-graduação, responsáveis por dados enviados à CAPES (Moraes e Oliveira, 2010, p.76).

Já o repositório da Universidade Federal de Uberlândia foi escolhido por essa pesquisa pertencer ao programa de pós-graduação dessa universidade, e também devido ao Cecampe Sudeste está vinculado a Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFU.

Com as bases de dados escolhidas, selecionamos as palavras-chaves aplicadas como filtros para o mapeamento, sendo levantadas teses e dissertações a partir dos termos

“PDDE e Cecampe”, filtrando as produções acadêmicas na área da Educação, ao qual pertence a nossa pesquisa. A escolha dessas palavras-chaves foi feita devido a objetivarmos analisar as atuações do Cecampe Sudeste, e ao fazer o mapeamento alcançamos outras pesquisas sobre os Centros de apoio dessa e de outras regiões, que estão vinculadas a uma temática maior, o Programa Dinheiro Direto na Escola.

A partir dos resultados encontrados, selecionamos os trabalhos e em seguida construímos uma tabela com dados dessas produções trazendo o título e o link para facilitar futuros acessos, o ano de produção, a instituição ao qual pertence, o programa ao qual pertence, apesar de usarmos o filtro para trabalhos produzidos na área da educação ainda assim ressaltamos, também foi destacado a qual modalidade a pesquisa foi desenvolvida. Por fim, indicamos quantas vezes as palavras-chaves que foram utilizadas como filtro para pesquisa apareceram no texto, por considerar que demonstra um indicativo do quanto esses assuntos foram abordados nesses trabalhos.

Neste levantamento total finalizamos com 12 (doze) pesquisas para o estudo, sendo que encontramos, 7 (sete) pesquisas pertencentes ao Catálogo de teses e dissertações da Capes, na BDTD foram encontrados 4 (quatro) e no repositório da UFU mais 4 (quatro) pesquisas. Após analisar as produções, excluímos as repetidas que foram encontradas em duas bases de dados diferentes, sendo um total de 3 (três) trabalhos, ao fim, das 15 encontradas, seguimos com as 12 produções. A partir disso, podemos concluir que os Cecampes têm sido objeto de discussão acadêmica para a pesquisa nacional, que vem sendo cada vez mais estudada pelas regiões do Brasil.

A partir desse levantamento reconhecemos que toda classificação, exclusão e sistematização traz um viés de caráter engessado, mas essa pesquisa não tem pretensão de sobreposição de trabalhos, mas de conhecer e analisar as produções que tragam subsídios para discussão desta pesquisa, ampliando nosso conhecimento e embasando teoricamente as discussões realizadas. A partir disso, comungamos com o pensamento de Mainardes (2017, p.10) que diz,

[...] toda tipologia ou classificação é arbitrária e está relacionada a propósitos específicos. Além disso, em virtude da sua natureza arbitrária, os mesmos objetos podem ser classificados de formas diferentes. Assim, as classificações utilizadas devem ser compreendidas como um exercício teórico sobre a pesquisa de políticas educacionais. Nesse processo de classificação, corre-se o risco de levar a cristalizações e emprego de esquemas rígidos e categorias fechadas. Por essa razão, destacamos que as classificações desenvolvidas precisam ser compreendidas como tentativas de sistematização e exercícios de análise.

A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do mapeamento realizado.

Quadro 1: Levantamento de Teses e Dissertações analisadas

	Título/ Link de acesso	Ano	Instituição e Área	Modalidade	Quantitativo de Palavras
1	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a gestão descentralizada dos programas de manutenção escolar: estudo comparado sobre os Centros Colaboradores das regiões Centro-Oeste e Norte https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13876042#	2023	UNB Educação	Mestrado	PDDE: 191 CECAMPE: 456
2	A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA EM XEQUE: A Lei do FUNDEB e o provimento do cargo de diretor em municípios da Grande Porto Alegre/RS https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15912559#	2024	UFRGS Educação	Mestrado	PDDE: 2 CECAMPE: 0
3	IMPACTO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE BARCARENA E AS CONTRIBUIÇÕES DO CECAMPE NORTE (o trabalho não possui divulgação autorizada)	2024	UFPA Cidades, Territórios, Identidades e Educação	Mestrado	-
4	POLÍTICA E GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NO MUNICÍPIO DE RIO SONO - TO (2017-2021): DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DO CECAMPE-NORTE https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15826839#	2024	UFT Educação	Mestrado	PDDE: 200 CECAMPE: 55
5	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: AS CONTRIBUIÇÕES DO RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS	2024	UFPA Cidades, Territórios,	Mestrado	-

	(RSC) PARA A VALORIZAÇÃO DOCENTE NO IFPA - CAMPUS ABAETETUBA (o trabalho não possui divulgação autorizada)		Identities e Educação		
6	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO HOSPITALAR: A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE NO ESTADO DO PARÁ (o trabalho não possui divulgação autorizada)	2024	UFPA Cidades, Territórios, Identidades e Educação	Mestrado	-
7	Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar: a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43473	2024	UFU Educação	Mestrado	PDDE: 482 CECAMPE: 157
8	O Programa Dinheiro Direto na Escola: implicações para a gestão escolar. https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45659	2025	UFU Educação	Mestrado	PDDE: 358 CECAMPE: 71
9	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): Desafios e possibilidades da gestão escolar https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41429	2024	UFU Educação	Mestrado	PDDE: 346 CECAMPE: 58
10	Educação em tempos de pandemia e o financiamento suplementar: desafios para a garantia do direito à educação. https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42050	2024	UFU Educação	Mestrado	PDDE: 756 CECAMPE: 6
11	CECAMPE Norte: A direção intelectual das ações de assistência técnica na Amazônia amazônica https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10831	2024	UFAM Educação	Doutorado	PDDE: 403 CECAMPE: 481
12	GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR DO PDDE EM LUZIÂNIA, GOIÁS	2024	UNB Educação	Mestrado	PDDE: 311 CECAMPE: 37

http://repositorio.unb.br/handle/10482/52024				
---	--	--	--	--

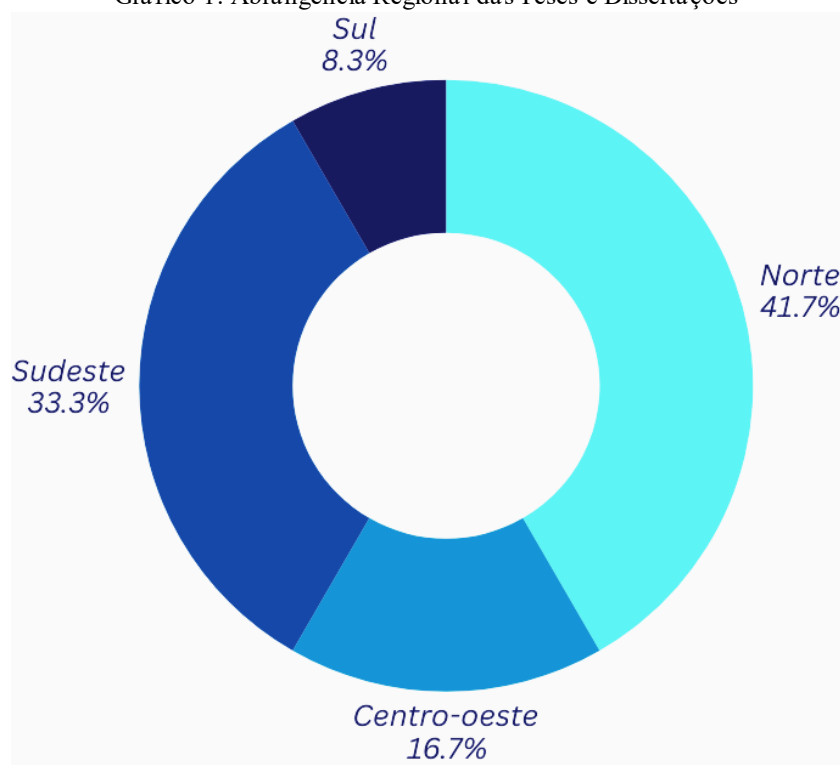
Fonte: Elaboração própria a partir de bases de dados de Teses e Dissertações BDTD, CAPES e Repositório UFU (2025).

Ao observar os dados apresentados na tabela, dos 12 (doze) trabalhos encontrados, 11 (onze) pertencem a estudo *stricto sensu* na modalidade de mestrado e apenas 1 (um) em modalidade doutorado. Como já exposto, todos os trabalhos estão alocados em grupos de estudos da área da educação, sendo que 3 (três) pesquisas pertencem a uma área mais abrangente nomeada “Cidades, Territórios, Identidades e Educação”.

Ao observar o ano de publicação dos resultados fica visível que se trata de produções muito recentes, conseqüentemente devido a criação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais, que mesmo tendo início do ano de 2019, devido o contexto de pandemia vivido nos anos de 2020 e 2021, onde a pandemia provocou isolamento e diminuição nas atividades da sociedade em geral, a ação mais efetiva dos centros aconteceu a partir de 2022. Com isso temos apenas 1 (uma) produção no ano de 2023, 10 (dez) produções no de 2024 e 1 (uma) no ano de 2025, sendo mais de 80% das pesquisas concluídas em 2024.

Os trabalhos apresentados nesse levantamento pertencem às universidades de diferentes regiões do Brasil, assim podemos observar no gráfico abaixo em quais regiões foram mais evidenciados os estudos nessa temática.

Gráfico 1: Abrangência Regional das Teses e Dissertações



Fonte: Elaboração própria a partir do levantamento realizado nas bases de dados (2025).

A região Norte domina com o maior número de publicações na temática abordada, e a região Nordeste não apresenta nenhum estudo sobre o Cecampe da sua região publicado até o momento, ou não se encontra depositado nas bases de dados que nós realizamos a busca.

A partir das palavras-chaves apresentadas pelos autores das pesquisas criamos uma nuvem de palavras para demonstrar quais os principais assuntos abordados, porém não foi possível a identificação das palavras de 3 (três) pesquisas que foram realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA), por não estarem disponibilizadas para acesso público. Essas pesquisas estarão presente em nosso quadro de levantamento por apresentarem relevância no assunto a partir do seu título, e por terem sido encontradas nas bases de dados através da pesquisa, mas não serão exploradas. Para a criação da “nuvem” utilizamos um *software online* onde inserimos todas as palavras-chave dos trabalhos que foi possível acessar, gerando a nuvem a partir da recorrência dessas palavras.

Das pesquisas apresentadas, a que mais se distanciou em relação a temática a qual estamos estudando foi “A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA EM XEQUE: A Lei do FUNDEB e o provimento do cargo de diretor em municípios da Grande Porto Alegre/RS” apesar de ser encontrado através da pesquisa das palavras-chaves utilizadas não tem relação direta com o tema abordado, não trazendo contribuições relevantes sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola e nem abordando o trabalho dos Cecampes. Porém, trata-se de uma pesquisa que contribui para os estudiosos da área de financiamento da educação, expondo a legislação que regulamenta os empenhos de recurso na educação brasileira ao qual será utilizada em nossos referenciais teóricos.

Outro trabalho que não tem foco direto com o estudo do Cecampes é “EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA E O FINANCIAMENTO SUPLEMENTAR: desafios para a garantia do direito à educação”, mas tem como eixo estruturante o PDDE e a discussão da importância do recurso para educação, enfatizando no período da pandemia de Covid-19, observando como as instituições escolares conseguiram utilizar o recurso do programa “PDDE Emergencial”, uma ação integrada que teve o objetivo suprir a demanda urgente por adequações necessárias para o funcionamento seguro das escolas públicas de educação básica, em especial em relação à implementação de protocolos de segurança sanitária, higiene e infraestrutura para a retomada das aulas presenciais. Com isso é uma pesquisa que colabora com o nosso cenário político abordado mostrando a trajetória do PDDE nesses 30 anos de existência.

Aprofundando diretamente no assunto ao qual tratamos esse texto e mais especificamente nesse levantamento, temos a pesquisa “O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Gestão Descentralizada dos Programas de Manutenção Escolar: estudo comparado sobre os centros colaboradores das Regiões Centro-Oeste e Norte”, sendo uma pesquisa importante para a discussão por tratar das atuações de dois centros de apoio de regiões diferentes, apresentando elementos sobre a integração de trabalhos dos cecampes e as particularidades que cada um desenvolve dentro das suas realidades regionais.

Beatriz Miranda, baseou o seu estudo comparado, numa perspectiva crítico-dialética, elegendo critérios a serem observados durante o processo de estudo dos dois Centros. E ainda nesse ideal de pensamento, Nóvoa (1990, p.54) traz sobre o estudo comparado que

[...] precisamos de uma ciência que não se baseie no excesso do mesmo, mas na aceitação do outro; uma ciência que não se reivindique pela explicação singular, mas que se reconheça na pluralidade de sentidos; uma ciência que compreenda os limites de sua interpretação.

E, é com esse princípio que seguiremos enxergando o trabalho dos Cecampes, cada um na sua pluralidade de sentidos mostrando como contribuir com apoio aos gestores de todo o Brasil.

A pesquisa de Miranda (2024), faz um panorama sobre a criação do Cecampes, abordando sobre as propostas apresentada pelo FNDE, como aconteceu o processo de seleção, quais foram os eixos estruturantes para o trabalho das universidades, aborda um breve histórico sobre a criação dos planos de trabalhos orientado por documentos e legislações direcionadas pelo FNDE que também é material de estudo desta dissertação e será abordado em outra seção, com isso temos uma contribuição enriquecedora de material de pesquisa para composição do nosso trabalho.

Ao tratar dos Cecampes de cada região alguns pontos chamam atenção na estruturação dos trabalhos desenvolvidos que são exemplos para novas práticas, como é o caso do Cecampe Norte que tem a Universidade Federal do Pará como coordenadora, e optou por integrar outras universidades da região como colaboradoras, a partir de uma estrutura organizacional que foi pensada de forma a descentralizar as demandas,

[...] composta por uma Coordenação-Geral de Gestão do Projeto: com Coordenador Executivo e Vice- 3.Coordenador Executivo; Equipe de Logística; Equipe de Inovação e Tecnologias Aplicadas; Equipe de Monitoramento e Banco de Dados; Equipe de Formação e Estudos do Observatórios de Políticas Públicas (Miranda, 2023, p. 132).

Esse centro, em suas ações de formações de gestores, dá preferência para formações *in loco*, devido a dificuldade do acesso restrito a internet em algumas cidades e regiões rurais e indígenas. É importante destacar que os Cecampes são importantes ferramentas para o auxílio dos gestores da região, que o suporte se faz necessário para uma melhor execução dos recursos do programa PDDE.

Ainda sobre o Cecampe Norte temos a dissertação de Eusama Araújo de Sousa, “POLÍTICA E GESTÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) NO MUNICÍPIO DE RIO SONO - TO (2017-2021): Desafios e contribuições do cecampe-norte”, que analisa o Programa Dinheiro Direto na Escola e também as contribuições que o centro oferece para a atuação dos gestores. Ao tratar o financiamento

da educação, a pesquisadora traz uma subseção que explica sobre o salário educação que nos ajudará com orientação em nossas discussões e elaboração da seção do PDDE, também conta sobre a constituição dos Centros Colaboradores contextualizando historicamente que será abordado por nós com direcionamento para a nossa região, a sudeste. Essa pesquisa mostra um resultado interessante evidenciando a importância do trabalho desenvolvido pelo Cecampe Norte, revelando como as escolas do município em estudo se recuperaram financeiramente com a orientação e apoio do centro.

Para finalizar os estudos levantados da região norte, Darlyng Maria Gomes Tavares em sua tese de doutorado intitulada “CECAMPE NORTE: A direção intelectual das ações de assistência técnica na Amazônia amazonense”, analisa valiosamente as ações intelectuais do Cecampe Norte e justifica o porquê estudar os Centros de Apoio é importante. A pesquisadora faz referência o pensamento de Brown (2019) e diz,

[...] os interesses e as ações da classe hegemônica acabam por dismantelar a sociedade, impossibilitando a participação consciente dos sujeitos, isto é, por seguirem a cartilha das ideias neoliberais de Milton Friedman e a de Friedrich Hayek, legitimando forças antidemocráticas, demonizando as políticas sociais e mobilizando os discursos de que a liberdade justifica exclusões e violações que reasseguram, sobretudo, a expansão do poder do capital (Tavares, 2024. p.36).

Nos fazendo refletir sobre o comando do neoliberalismo nas ações das políticas públicas e a demonização das políticas sociais que temos aqui como objeto de estudo, o PDDE, uma política importante para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, proporcionando acesso a melhorias dentro das instituições públicas do país.

O referido trabalho também constrói uma subseção com a gênese do Cecampe e faz uma discussão interessante sobre o papel do FNDE com a criação dos Centros Colaboradores, ressaltando a intenção com os programas educacionais. Material que será utilizado por nós nessa pesquisa como referência documental.

A dissertação “GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: Uma abordagem interdisciplinar do PDDE em Luziânia, Goiás” produzida por Lukas Thiago Cardoso tem objetivo de analisar a efetividade da gestão democrática no PDDE, e em seus objetivos específicos discute o impacto do Cecampe no fortalecimento de práticas participativas. Em seu trabalho não há um aprofundamento de estudo sobre os Centros de apoio, mas ao falar de formação de gestores trata sobre a temática. Seu trabalho traz um aprofundamento sobre o PDDE, apresentando como a política foi construída, a sua execução e os impactos dela na educação que nos servirá de

referência para discussão. Não temos o foco na gestão democrática, mas referenciamos a sua importância como pilar de trabalho dos Cecampes de todas as regiões.

A próxima dissertação abordada é uma referência importante para os estudiosos do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Sudeste, pois Filipi Silva Limonta em seu trabalho titulado “Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar: a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático” ajuda a compreender o processo de efetivação do Cecampes e conseqüentemente como o Centros ajudaram na relação do FNDE com os gestores escolares, nos trazendo um panorama importante sobre o trabalho desempenhado no Cecampe Sudeste.

O pesquisador apresenta em seu trabalho uma construção sobre o PDDE que enriquece os nossos estudos sobre o programa e apresenta informações sobre o Cecampe Sudeste, foco importante para nosso estudo. Essa pesquisa focou o seu recorte para o primeiro biênio de atuação dos centros, o nosso estudo ampliará o olhar para o quadriênio das ações e produções disponibilizadas. Além disso, Limonta (2024) apresenta o resultado positivo que o Cecampe Sudeste teve no primeiro biênio

[...] de acordo com as respostas válidas dos participantes que fizeram parte dessa gama de situações, a equipe CECAMPE Sudeste UFU obteve em média 97% de avaliações positivas, comprovando, assim, um ótimo trabalho realizado durante o período analisado (Limonta, 2024, p. 82).

Apontando assim um direcionamento para as análises do trabalho realizado pela equipe e avaliando a continuidade dessas ações no próximo biênio.

Os dois últimos trabalhos que serão discutidos nesse levantamento fazem parte da pesquisa central/ guarda-chuva ao qual nossa pesquisa está inserida. Michele de Oliveira G. Araújo com “PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): Desafios e possibilidades da gestão escolar” e Emanuele Maria Silva Gonçalves com “O Programa Dinheiro Direto na Escola: implicações para a gestão escolar” desenvolveram seus estudos voltados a compreensão do Programa Dinheiro Direto na escola e a sua aplicação nas práticas escolares por meios dos gestores, criando uma construção histórica do programa, abordando as etapas que fazem parte da execução do recurso e consolidando teoricamente discussões importantes em temáticas como o neoliberalismo e a gestão escolar.

Michele, tem recorte regional de estudo para Minas Gerais, abordando a implementação do PDDE no estado e como os gestores desse mesmo estado que

participaram de ações do Cecampe Sudeste expressam por meio de questionário seu entendimento e envolvimento pelo programa PDDE, que foi levantado pela pesquisadora mapeando o nível de contato desses gestores com o recurso.

Já Emanuele delimitou seu estudo no recorte mais restrito direcionado ao município de Uberlândia, onde a Universidade Federal de Uberlândia se localiza, também avaliando a ótica dos gestores que participaram do curso oferecido pelo Cecampe Sudeste na cidade.

Portanto, são dois trabalhos ao qual estão totalmente inseridos em meus estudos, apresentando base teórica e novos olhares sobre o PDDE e o Cecampe. Também constroem um cenário de conhecimento sobre o assunto abordado, para que novas pesquisas como esta tenham condições de ampliar os estudos formando parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação e conseqüentemente contribuindo com a educação de qualidade para o país.

Com isso finalizo com uma reflexão de Morosini (2015), ao falar sobre o estado do conhecimento expressando que,

[...] a construção de uma produção científica está relacionada não só à pessoa/pesquisador que a produz, mas a influência da instituição na qual está inserida, do país em que vive e de suas relações com a perspectiva global (Morosini, 2015, p. 3).

Concluindo que o levantamento de teses e dissertações realizado é uma construção de contexto, um mapeamento de pesquisas já existentes na área da investigação presente e é necessária para uma discussão aprofundada, com diversos olhares que contribuem com perspectivas de mundo, conversando com a legislação que rege o país e dando suporte para construção de uma pesquisa sólida e consistente. E partir da minha ótica sobre os trabalhos abordados nesta pesquisa consigo enxergar como a pesquisa sobre os centros colaboradores tem sido foco de estudo devido a sua relevância desempenhada junto ao FNDE no auxílio aos gestores e como isso tem impactado na política do PDDE, ressaltando principalmente a Universidade Federal de Uberlândia, a qual nossa pesquisa está inserida, que vem contribuindo fortemente para a discussão na temática. E também destaco como conhecer pesquisas já abordadas na temática nos dão clareza sobre a inovação e ampliação do assunto, trazendo uma pesquisa diferencial das já abordadas anteriormente, mas que completa o que já vem sendo discutido pela região Sudeste e dá orientação para novas abordagens.

Para melhor aprofundamento sobre como o Programa Dinheiro Direto na Escola surgiu e como vem sendo desenvolvido durante esses 30 anos de existência, na próxima seção vamos abordar os principais pontos que fizeram parte desse caminho histórico e político para compormos a nossa busca documental e bibliográfica que nos faz compreender a importância do Cecampe e de sua atuação.

4. OS 30 ANOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

O Programa Dinheiro Direto na escola instituído há 30 anos é uma política pública importante para o desenvolvimento da educação, sendo um dos programas mais longevos da história do país no campo educacional e vem sendo discutido e passando por diversas organizações para melhor atender aos beneficiários. Seu objetivo é a transferência dos recursos em caráter suplementar⁴ repassados pela União, chegando diretamente nas escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público e polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica. Apesar de sua característica ser de uma verba adicional, a realidade de muitas escolas do país, principalmente as escolas diferenciadas, é ter o PDDE como único recurso de investimento, fazendo com que o programa cumpra um papel amplo de recuperar às instituições o verdadeiro valor enquanto espaço escolar.

Ao abordar o programa devemos discutir que muitos estudiosos entendem que o PDDE criado durante a presidência de um governo de centro-direita, com ideologias e práticas neoliberais, tem em seu caráter de criação marcos que representam esse tipo de política. Brown (2019, p.29) traz que, “O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho [...]”, diante dessa afirmação entendemos que o PDDE não é uma privatização, mas uma terceirização de responsabilidades, o que também apresenta características de uma proposta neoliberal, distanciando o papel do governo de gerir recursos públicos e conseqüentemente assumir o papel de cuidar e zelar pelo bem das instituições de ensino passando assim, a escola assumir o papel administrativo do recurso, e juntamente a responsabilização do sucesso ou da falta dele na aplicação do investimento em suas instituições, sendo culpados

⁴ De acordo com o glossário da Câmara dos deputados, o caráter suplementar caracteriza por uma modalidade de crédito adicional destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente no orçamento. Deve ser autorizado por lei e aberto por decreto do Poder Executivo. Tal autorização pode constar da própria lei orçamentária. No caso do PDDE é um reforço para as instituições de educação, que recebe outras verbas oriundas de fundos como Fundeb e repasses dos estados e municípios que atendem as instituições.

posteriormente por uma má gestão. Amordaçando o trabalho dos gestores escolares que geralmente não apresentam formações suficientes para tal atuação.

Porém, ao levantar dados e conhecer o histórico de atuação do PDDE não podemos desconsiderar que é uma política pública efetiva, que tem contribuído com o desenvolvimento de diversas escolas pelo Brasil e como já abordado, sendo muitas vezes, o único investimento que a instituição receberá direcionada a melhorias e qualidade para a comunidade escolar. É um dos programas de transferência de renda mais antigo e que vem se desenvolvendo, aprimorando e sendo reconhecida a importância de formação para esses gestores atuarem melhor com recurso. A criação do Cecampes é uma proposta que vem como um “divisor de águas” para a atuação com o FNDE junto a esses gestores, levando conhecimento e ampliando o olhar sobre o recurso como um investimento dentro de suas instituições, e não apenas como um processo burocrático e moroso.

Para conhecermos os contextos de criação do PDDE e entender o funcionamento dessa verba suplementar, vamos abordar uma discussão sobre a história do financiamento da educação no Brasil contextualizando com a chegada do programa.

O Financiamento da Educação

Neste trabalho vamos tratar sobre o financiamento da educação no Brasil a partir da criação do Ministério da Educação, que acontece em 1934 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, através de uma eleição indireta marcando a era do Governo Constitucional. Esse Ministério dividia suas atividades juntamente com outras pautas, pois era um ministério em conjunto com a saúde. Somente no ano de 1953 a saúde passa ter autonomia, surgindo assim o Ministério da Educação e Cultura. Foi a partir dessa era de governo constitucional que começa a ser direcionado recursos financeiros oriundos de arrecadações de impostos destinados à Educação, entre avanços e retrocessos durante o Estado Novo.

Depois de 13 anos de debates, em 1961 temos a primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação, com discussões importantes como a desvinculação da igreja com a educação. Em 1964 é instituído o salário-educação que é uma contribuição social instituída pela Lei nº 4.440/1964 e regulamentada pelo Decreto nº 5.551/1965, importante fonte de recursos para a educação básica brasileira que ainda hoje está em vigor. O seu

surgimento teve o objetivo de destinar recursos a manutenção do ensino primário. Como apontada na Lei de 1964,

Art. 1º é instituído o salário-educação devido pelas empresas vinculadas à Previdência Social, representado pela importância correspondente ao custo do ensino primário dos filhos dos seus empregados em idade de escolarização obrigatória e destinado a suplementar as despesas públicas com a educação elementar (Lei 4.440, 1964, p. 1).

Essas contribuições correspondiam a 2% do salário-mínimo, mensalmente, por empregado. Porém essa Lei foi revogada pelo decreto-lei nº 1.422, de 23 de outubro de 1975. Colocando em vigência em seu art 1º, parágrafo 1

O salário-educação será estipulado pelo sistema de compensação do custo atuarial, cabendo a todas as empresas recolher, para este fim, em relação aos seus titulares, sócios e diretores e aos empregados independentemente da idade, do estado civil e do número de filhos, a contribuição que for fixada em correspondência com o valor da quota respectiva (Lei 1.422, 1975, p. 1).

e em seu segundo artigo estipula a dedução prevista da arrecadação, sendo

- a) 2/3 (dois terços) em favor dos programas de ensino de 1º Grau, regular e supletivo, no respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;
- b) 1/3 (um terço) em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 1975, p. 1).

Em 1968 a educação passa a contar com outro importante suporte que é criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, entidade responsável pelas políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Em 1969 o decreto de Lei nº 872 de 15 de setembro, vem alterando a Lei. Além da assistência financeira a autarquia também presta um papel técnico, objetivando a educação de qualidade.

Vinte anos depois em 1988, temos um marco legal que é a representação da política pela Constituição Federal, instituindo que a educação é um direito de cidadania e um dever do Estado e da família. Também institui a porcentagem anual que a união, os estados e municípios deverá aplicar resultante da receita de impostos, sendo nunca menos de dezoito para a União e vinte cinco para Estado, Distrito Federal e Municípios. Além de investimentos mínimos, a Constituição também defini padrões que devem reger a educação como a igualdade e gratuidade nas condições de acesso e o padrão mínimo de qualidade, princípios que até nos dias atuais devemos refletir se estão realmente garantidos diante de tantas diferenças e injustiças sociais.

Em 1996, institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que defini critérios das distribuições dos recursos para alcançar melhores índices educacionais em todo o país e erradicar o analfabetismo, além de firmar critérios de valorização do profissional do magistério, estabelecendo que fossem criados planos de carreira. Esse plano ficou em vigor durante 10 anos, sendo revisado em 2006 dando lugar para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ampliando assim os recursos que eram destinados ao ensino fundamental para toda as fases da educação básica. Em 2020 com a Emenda Constitucional 108/2020 é incorporada ao texto constitucional passando a ser permanente e regido pela Lei 14.113/2020. O funcionamento do FUNDEB se apresenta como forma de proporcionar equidade nos investimentos como mostra Oliveira (2023, p. 9),

Esses recursos são divididos entre o estado e os municípios proporcionalmente ao número de matrículas de cada um. Todos contribuem para o fundo e quem atende mais recebe mais recursos e quem atende menos recebe menos. Os recursos são redistribuídos de forma a que o atendimento geral na rede estadual e nas redes municipais tenha menores diferenças de gasto per capita.

Com o fundo, o financiamento da educação tem avanço em relação ao padrão de qualidade que passa a ser investido no formato Custo Aluno Qualidade (CAQ), sendo garantido por lei o mínimo para manter os alunos nas escolas, mas podemos refletir que apesar de apresentar um avanço na legislação que rege o financiamento da educação, esse valor representa verdadeiramente um padrão de qualidade? A educação no Brasil ainda precisa de mais investimentos e avanços, como cumprir o piso salarial dos professores, investir na carreira desses profissionais, cumprir a meta de investimento de 10% do PIB que ainda não foi alcançada, para que a sociedade possa usufruir de uma educação pública referenciada.

Tratar o financiamento da educação no Brasil, historicamente passa por processos de desenvolvimento e criação de legislação que embasa o cumprimento desses investimentos, apesar de ainda termos um longo caminho a percorrer enquanto sociedade civil, o Ministério da Educação ao longo dos anos e suas governanças constrói programas e projetos que ajudam as escolas em papéis básicos para garantir o acesso e permanência dos alunos. Porém em alguns períodos da história do Brasil vivemos retrocessos que constitui parte da história da educação desse país.

Um grande aliado do Ministério da Educação na criação de programas e organização dos investimentos da educação no Brasil é o FNDE, que foi mencionado nessa seção sobre a sua criação como marco de destaque, essa autarquia federal tem objetivo de repasse de recursos para projetos de ensino e pesquisa, com isso vamos abordar na próxima subseção a sua relevância para o financiamento da educação e participação como idealizadora do PDDE.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O FNDE é uma autarquia que, como explicitado na Lei nº 200/67, “é o serviço autônomo, com personalidade jurídica, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

Como já citado nesse texto, foi criado em 1968, a partir da Lei nº 5.537 ligada ao MEC, realizando o trabalho direcionado no financiamento de projetos e programas da educação, além de subsidiar os estados, municípios e distrito federal com assistência financeira. Inicialmente os recursos proviam com 20% da receita líquida da loteria esportiva e 30% do salário-educação, porém em 1981, passa a contar somente com as verbas advindas do salário-educação. O Fundo de desenvolvimento passou por diversas transformações ao longo do ano em sua composição de pessoal e em sua estrutura organizacional. Atualmente é composto por áreas abrangentes que sustentam o trabalho da autarquia e áreas mais específicas que gerem os programas. É possível visualizar com apresentação do organograma do FNDE, disponibilizada nos anexos da pesquisa.

As pastas que compõem a estrutura organizacional do FNDE são: Conselho deliberativo, presidência, procuradoria federal junto ao FNDE, auditoria interna (AUDIT), corregedoria (COGER), ouvidoria (OUVID), diretoria de administração (DIRAD), diretoria de tecnologia e inovação (DIRTI), diretoria financeira (DIFIN), diretoria de ações educacionais (DIRAE), diretoria de gestão, articulação e projetos educacionais (DIGAP) e diretoria de fundo e benefícios (DIGEF). O pessoal que compõe essas equipes são servidores públicos efetivos, comissionados, cargos de contratação temporária e serviços terceirizados, sendo que a autarquia conta com um número reduzido de funcionários, sendo que servidores ativos são apenas 10. Isso faz

com que parcerias estabelecidas, como com o Cecampes sejam pontos fortes no fortalecimento das diversas políticas públicas desenvolvidas.

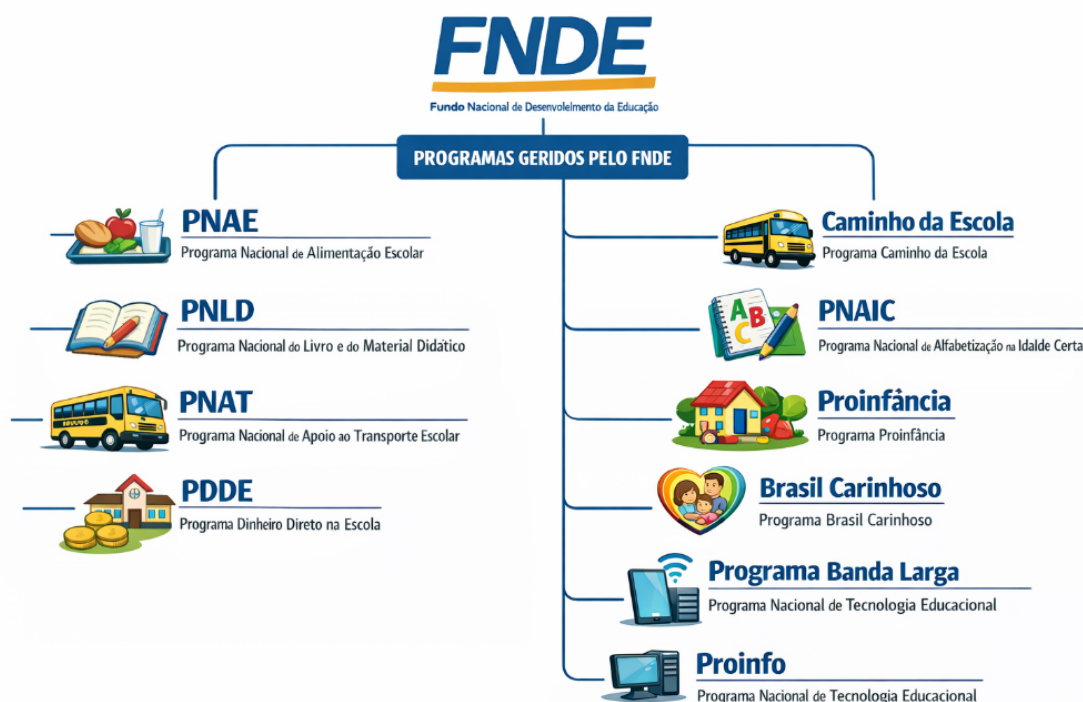
Com um grande grupo organizacional o FNDE tem objetivos de ações e programas diversos que fazem parte do contexto da educação brasileira. No portal do fundo podemos encontrar com transparência a legislação, as finalidades, as formas como tem atuado e um histórico de seu desenvolvimento. As ações que o fundo tem desenvolvido atualmente não são alvo de estudo dessa pesquisa, o nosso foco é o programa PDDE, mas para a construção de um histórico é importante citar as principais ações atuais.

Hoje o Fundo de Desenvolvimento da Educação tem ações importantes como o caderno do FNDE que traz estudos acadêmicos desenvolvidos nas áreas afins; a plataforma Antonieta de Barros que traz dados e ferramentas para melhorar o acompanhamento de políticas públicas; FNDE sustentável integrado com a responsabilidade ambiental; FNDE dialoga fortalecendo os laços com os beneficiários de programas; balcão FNDE um atendimento virtual sendo um canal de comunicação por via rápida e FNDE chegando junto com foco em atingir todas as regiões do país com os programas oferecidos. E além dessas ações ele também coordena programas que são parte integrante do financiamento da educação, compondo os avanços para que a sociedade tenha mais acesso e permanência.

Os principais programas são Brasil Carinhoso, com foco na manutenção e desenvolvimento da educação infantil e nos alunos beneficiários do programa bolsa família; Caminho da escola, como próprio nome já diz tem o objetivo de oferecer meio de transporte aos alunos que possuem dificuldades de chegar as instituições de ensino; Programa banda larga nas escolas (PBLE) que objetiva a universalização do serviço; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com foco no repasse financeiro para custear alimentação balanceada e nutricionalmente referenciada; Programa Nacional de apoio ao transporte escolar (PNATE) consiste na transferência de recursos para custear a manutenção dos veículos de transporte escolar; Programa Nacional do livro didático (PNLD) um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo, sendo didáticos, pedagógicos e literários para as escolas de educação básica; Proinfância destina melhorias na infraestrutura física das escolas de educação infantil; Programa Nacional de Informática na educação (Proinfo) investimento para o uso da

tecnologia como ferramenta pedagógica; escola em tempo integral que objetiva o estímulo de matrículas em tempo integral dos alunos e por fim o programa do qual esse trabalho tem como objeto de estudo o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que será discutido nas próximas subseções.

Figura 3: Principais Programas do FNDE



Fonte: Elaboração própria, gerado com auxílio de inteligência artificial (2025).

3.3. A constituição do PDDE e o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

Ao tratar a gênese do PDDE não podemos deixar de contextualizar o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na área educacional, visto que o programa foi pensado pelo FNDE em 1995, onde tínhamos o economista Paulo Renato como ministro da educação e reformulações na legislação que deram o caráter neoliberal a esse período sofrendo fortes influências dos organismos internacionais na criação das políticas públicas do Brasil. Retomando o que já foi abordado no histórico do financiamento da educação, mas que fazem parte desse período de governo, é importante destacar que tivemos grandes marcos da educação que já vinham sendo discutidos desde o governo

anterior e influenciados pela Conferência de Jomtien (Conferência Mundial sobre Educação para Todos) de 1990, mas que se concretizaram nos anos do FHC, como o Plano Decenal de Educação para todos (1993), Acordo Decenal de Educação para todos (1994), a aprovação da Lei 9394/96 (LDB), a implementação da Lei 9424/96 (FUNDEF), e a criação da Lei 10.172/01 do primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) e com tantas propostas para educação o governo de FHC apropriou-se de um discurso, como abordado por Pinto (2002, p.108), onde “os recursos já existentes são suficientes, cabendo apenas otimizar a sua utilização”.

Porém esse governo ficou conhecido por investir apenas 4% do Produto Interno Bruto (PIB) na área educacional, reformulações nas legislações que mesmo contribuindo para o desenvolvimento da educação, apresenta alguns padrões e normatizações que não são os mais adequados para uma educação de qualidade. Como trazer um perfil de restrição da responsabilidade da União para a educação direcionando as demais instâncias, estados e municípios, e até para própria iniciativa privada, afinal outra característica forte desse governo é o fomento as privatizações.

Portanto as medidas de governo de Fernando Henrique sobrecarregam as outras administrações priorizando que o dinheiro público da União seja empregado em outros setores, como é o caso do investimento de 8% do PIB em juros de dívida pública, afinal a legislação criada dá amparo, assim como explicitado por Aguiar (2002, p. 75),

Esse conjunto de ações vai incidir diretamente nas administrações estaduais, interferindo localmente na formulação e na condução das políticas educacionais das secretarias estaduais e municipais da educação. Aliás, esse caráter gerencial que assume a administração no governo FHC, e que se revela nos inúmeros projetos desenvolvidos pelos diversos ministérios, parece reeditar, com novas roupagens, pelo menos no campo educacional, o “projetismo” que caracterizava a ação centralizadora do MEC, no pós-64.

E durante esse mesmo período de criações já havia sido idealizado um programa de governo do novo Ministro da Educação que foi levado ao FNDE, criando o Programa Dinheiro Direto na Escola, com início em 1995 conhecido por Programa de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (PMDE), que em consonância com o FUNDEF que priorizava o ensino fundamental, o programa também atendia somente essa etapa da educação. E comungando com o perfil já adotado pela política estabelecida houve o

[...] início da adoção das diretrizes que iriam privilegiar a descentralização das políticas e a autonomia da escola. Foram seguidos os princípios da Gestão Pública Empreendedora, teoria que fundamentava esse governo, visando colocar em prática os conceitos de descentralização, flexibilidade, transparência, autonomia e responsabilidade (Mafassioli, 2017, p. 156).

Com isso, o programa foi formulado por técnicos de carreira do FNDE, que disponibilizou para o Brasil todo com agilidade em sua criação, sendo um modelo de PDDE básico como ainda temos, mas sem as diversas ações que são integradas nos novos moldes que o programa foi ganhando. Mas como o programa foi elaborado de forma muito rápida conhecer todas as burocracias envolvidas foi uma dificuldade enfrentada pelo FNDE, como explicitado em uma entrevista realizada por Mafassoli (2017, p. 154) demonstrando que “Para estabelecer o repasse de recursos às escolas na agenda do governo Fernando Henrique, um dos técnicos/burocrata do FNDE passou a estudar modelos e alternativas para criar soluções que permitissem essa ação.”. Pois, repassar verba para as secretarias de educação e para os municípios já era uma ação conhecida por parte do FNDE, mas enviar o dinheiro diretamente para as escolas, o que era o objetivo do programa, ainda precisou ser estudado, pois não tinham personalidades jurídicas para tal ação. A partir disso construíram a ideia da criação de uma unidade executora, princípio para o recebimento do recurso. Obviamente de imediato muitas instituições não conseguiram formalizar essa regra, e a verba teve que fazer outro caminho, diferente do idealizado.

Para a constituição de uma Unidade Executora (UEX), as instituições escolares necessitavam de uma organização social constituída na escola, que recebem até hoje diferentes nomes, como associação de pais e mestres, conselhos escolares, entre outros, para a partir disso constituírem uma pessoa jurídica e assim estar apto para abrirem a conta nos bancos conveniados e receberem o recurso de forma descentralizada, indo diretamente para a conta da instituição, ao invés de passar por diversas instâncias. Quando a escola não conseguia constituir a sua UEX, o recurso era encaminhado para as Entidade Mantenedoras (EM), que eram as Secretarias de Educação dos estados ou municípios. Então em maio de 1995 é aprovada a Resolução do FNDE nº 12, um manual com os procedimentos operacionais da transferência de recursos para as escolas estaduais e municipais do ensino fundamental.

Com a ideia de fortalecimento da autonomia das escolas o programa estabeleceu que o recurso deveria ser utilizado na manutenção e conservação da estrutura física das escolas, na compra de materiais pedagógicos e de necessidade para o funcionamento da escola e aperfeiçoamento e formação continuada dos profissionais. Na resolução nº 3 de

1997 o programa sofre algumas adequações e os valores repassados são referenciados no quantitativo de matrículas e são distribuídos de acordo com a tabela apresentada no artigo 3º da resolução,

Figura 4: Valores repassados pelo PDDE de acordo com a resolução nº 3 de 1997

§ 1º Para o ensino fundamental:

NÚMERO DE ALUNOS POR ESCOLA		VALOR ANUAL POR ESCOLA - R\$ 1,00						
		REGIÕES NO, NE e CO*			REGIÕES SD, SU e no DF			
		CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	TOTAL
De 21 a 50	600	-	600	500	-	500	500	
De 51 a 100	1.300	-	1.300	1.100	-	1.100	1.100	
De 101 a 250	2.300	400	2.700	1.500	300	1.800	1.800	
De 251 a 500	3.200	700	3.900	2.200	500	2.700	2.700	
De 501 a 750	5.300	1.000	6.300	3.700	800	4.500	4.500	
De 751 a 1.000	7.500	1.400	8.900	5.200	1.000	6.200	6.200	
De 1.001 a 1.500	8.600	1.700	10.300	7.000	1.200	8.200	8.200	
De 1.501 a 2.000	12.000	2.400	14.400	8.000	2.000	10.000	10.000	
Mais de 2.000	16.000	3.000	19.000	12.000	2.500	14.500	14.500	

*Exceto o Distrito Federal

§ 2º Para a educação especial:

NÚMERO DE ALUNOS POR ESCOLA		VALOR ANUAL POR ESCOLA * - R\$ 1,00		
		CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL
De 06 a 25	350	350	700	
De 26 a 45	600	600	1.200	
De 46 a 65	900	900	1.800	
De 66 a 85	1.200	1.200	2.400	
De 86 a 125	1.600	1.600	3.200	
De 126 a 200	1.900	1.900	3.800	
De 201 a 300	2.300	2.300	4.600	
Mais de 300	3.000	3.000	6.000	

* para todas as regiões

Fonte: FNDE - Resolução nº3 de 1997 (2025).

Os valores eram divididos em custeio e capital, que são duas finalidades do mesmo recurso. O dinheiro passado em formato de custeio é direcionado a contratação de serviços e materiais de consumo que estejam ligados ao uso com o aluno, direta ou indiretamente e no formato capital está relacionado a obtenção de materiais de bens de consumos duráveis para melhorar o patrimônio escolar.

Em 1998 com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998 o programa passa a assumir o nome PDDE que tem atualmente e passa a ter o censo escolar⁵

⁵ Atualmente é conceituado pelo Ministério da Educação como “o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira. É coordenado pelo Inep e realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país”.

como um mecanismo de transferência, e ao longo desses anos de programa foram sendo estudadas as adequações necessárias e como os beneficiários vinham sendo atendidos pelo programa. Já no segundo mandato de Fernando Henrique, nos anos 2000 há uma nova atualização importante, onde as instituições que tivessem mais de 99 alunos necessitariam em regra constituir uma UEx para receber o recurso e passa a ter novas exigências para a prestação de contas com responsabilizações severas para declarações falsas, onde a fiscalização passa a ser competência da TCU (Tribunal de Contas da União), FNDE e do CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). Nos próximos anos de governo do FHC poucas atualizações foram feitas e finaliza o mandato com aumento de escolas participantes no programa e com orçamento do programa em progresso, de acordo com Ferrarezi; Romão (2024) “em 1995 foi de R\$230 milhões de reais e no final do governo FHC, em 2002, o orçamento era de aproximadamente 0,3 bilhões de reais”.

Com isso compreendemos que a primeira fase do programa, a de criação e instituição, vem com diversos desafios para o FNDE que aprendeu a construir um novo programa a partir de sua prática e com isso foi sofrendo as adequações necessárias ao longo das necessidades. Ao retomar o caráter de governo de Fernando Henrique em que compreende a política com caráter neoliberal podemos observar que o PDDE apesar de ser uma proposta inovadora para que os recursos sejam repassados diretamente as escolas, assim atendendo melhor as demandas diretas, também traz consigo um viés de responsabilização aos gestores que agora assumem um papel complexo ao gerir o recurso e podendo ser responsabilizado por possíveis erros cometidos, ou seja terceirizando para dentro das escolas mais um papel ao qual muitos gestores possam não estar aptos a desenvolver.

3.4. A ampliação do PDDE e os dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

Com a vitória das eleições por Lula a sociedade brasileira procura mudança no que vinha sido posto nos governos anteriores, pois o país passa a ter um partido de esquerda no comando que apresenta propostas de resistência ao sistema capitalista e ao neoliberalismo, acreditando que Lula um líder sindicalista se torna o perfil ideal de quem iria lutar contra um sistema imposto que vinha causando insegurança com uma alta taxa de desemprego e privatizações. No campo educacional não era diferente, esperava-se uma mudança por parte do governo onde

[...] a expectativa dos educadores, expressa no posicionamento das entidades sindicais, científicas e de personalidades reunidas em torno do Fórum em Defesa da Escola Pública, era que o governo Lula removesse toda a legislação educacional que pautou as reformas neoliberais do governo anterior e desarticulasse o núcleo central do projeto pedagógico da pedagogia do capital: a ideologia das competências e da empregabilidade pelos parâmetros e diretrizes curriculares (Araújo, 2007, p. 61).

Inicialmente nos primeiros anos de governo de Luiz Inácio as expectativas criadas foram sendo frustradas por algumas organizações que não correspondiam ao idealizado nas suas propostas de campanha, e fazia uma governança sem conseguir romper com o modelo neoliberal. Na escolha do primeiro ministro da educação, Cristovam Buarque, com formação acadêmica em Engenharia Mecânica, tendo atuado como reitor da Universidade de Brasília, que de acordo com Pinto (2009), não teve longa duração no comando da pasta ficando apenas no primeiro ano de mandato, por ser uma indicação em que Lula não se sentia satisfeito pelo então ministro não ser uma pessoa participativa nas discussões do partido dos trabalhadores e não estar envolvido na elaboração e aprovação do PNE. Então em 2004, Tarso Genro assume o MEC, mas deixa ao comando de seu secretário executivo Fernando Haddad.

A partir disso alguns programas importantes para a área educacional foram surgindo, como o Prouni (Programa Universidade para todos) que traz bolsas parciais ou integrais em instituições de ensino superior da rede privada, que foi enxergada com críticas por apresentar uma política de privatização com caráter neoliberal, que consequentemente distanciaria a população da camada mais pobre das universidades federais. Mas em contrapartida o MEC também cria o Programa Reuni com anúncios de ofertas de vagas para os próximos anos como mostrado por Pinto (2009, p.326)

Já na esfera das instituições públicas de educação superior os números anunciados são impressionantes. Através do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que se estrutura na modalidade de educação a distância (decreto n. 5.800 de 8/6/2006), e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) o governo federal se propõe a ampliar as matrículas federais de 491 mil, em 2002, para 1,2 milhão, em 2010. Só no âmbito do REUNI pretende-se ampliar as vagas presenciais nos cursos de graduação de 101 mil, em 2002, para 227 mil, em 2012.

Em 2005, o então secretário executivo, Fernando Haddad, assume o MEC e um grande marco para a educação é articulado e aprovado com a sua participação, o Fundo de Manutenção Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que vem para alterar o antigo FUNDEF ampliando o financiamento da educação de atender apenas o ensino fundamental para todas as etapas

da educação básica, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, com isso há aumento dos investimentos do fundo, mesmo ainda representando uma parcela baixa de investimento da União. Em continuidade com suas ações no MEC, em 2007 é criado o Plano Desenvolvimento da Educação (PDE) pensado em reunir programas para a melhoria no desenvolvimento da educação construindo parcerias com municípios para melhoria na qualidade, equidade e potencialidade da educação básica. No mesmo ano foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) que serviria de parâmetro através de uma escola para indicar a qualidade da educação. E o PDE vem como medidas para auxiliar nessa melhoria do índice, e

[...] A partir da análise dos indicadores do IDEB, o MEC ofereceu apoio técnico e financeiro aos municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino. O aporte de recursos se deu a partir da adesão ao “Compromisso Todos pela Educação” e da elaboração do Plano de Ações Articuladas (PAR). Segundo dados do MEC, em 2008, os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso (Oliveira, 2009, p. 205).

E com PDE, o programa dinheiro direto na escola também passa por reformulações, pois quando as escolas de ensino fundamental tiverem acesso ao PDE uma das ações é utilizar o plano também como instrumento estratégico explicitando a origem dos recursos, inclusive aqueles que estão ligados ao projeto de melhorias na escola (PME) que atende as regiões norte, nordeste e centro-oeste, como decretado na Resolução n° 9 de abril de 2007.

Além disso o PDDE sofreu algumas significativas mudanças durante a presidência de Lula, como a redução do número de alunos de 90 (noventa) para 50 (cinquenta) como critério obrigatório para constituição de uma Uex e as escolas com menos de 20 (vinte) alunos também passam a receber o recurso que antes não recebiam, além disso o recurso passa a ser disponibilizado em apenas uma parcela. Em outubro de 2004 o programa além de sua versão básica passa a ter sua primeira ação agregada/integrada⁶, o Programa Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude, porém em junho o programa já havia disponibilizado a versão PDDE emergencial, para atender as

⁶ Quando iniciou o projeto de ações que faziam parte do PDDE eram conhecidas como ações agregadas que funcionavam de forma mais independente e podiam ter gestões separadas, ao longo da reformulação do programa e de suas atualizações essa parte passou a ser denominada por ações integradas e divididas em PDDE equidade e PDDE qualidade, constituindo um modelo que busca conjugar esforços e integrar a gestão de diversos programas e políticas públicas do Ministério da Educação.

instituições públicas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul devido as mazelas sofridas resultantes das fortes chuvas ocorridas pelo furacão Catarina.

Em 2007, lança outra modalidade de ação agregada/integrada PDDE educação integral e em 2008, o PDDE escola acessível. Em 2009, quase no fim do governo de Lula o PDDE ganha sua primeira Lei a de nº 11.947 de junho de 2009, que oficializa sobre a alimentação escolar, sobre o PDDE e o atendimento na educação básica, com isso passando a abranger os programas do ensino fundamental ampliando para toda a educação básica, nesse ano foi implementado mais uma ação agregada/integrada, PDDE Ensino Médio Inovador. Em 2010, finalizando as ações agregadas/integradas dessa gestão, PDDE Água na escola.

Podemos evidenciar que nesse período de oito anos de governo de Lula foram criadas muitas políticas públicas de desenvolvimento possibilitando avanços na educação básica brasileiras com ações e recursos, mas como apontado por muitos estudiosos da área do financiamento da educação a expansão dos recursos ainda é aquém do necessário para uma educação pública referenciada e de qualidade. Com isso como mostrado por Mafassioli (2017)

De acordo com o Relatório de Gestão do FNDE de 2010, em 2009 o Programa teve como estratégia institucional a capacitação técnica dos agentes executores da ação e visitas técnicas *in loco* em todas as regiões do Brasil e investiu, nesse exercício R\$ 1,1 bilhão, distribuídos nas regiões e por modalidades. Foram atendidas com recursos financeiros do programa PDDE/Educação especial 1.771 escolas privadas de educação especial e da educação básica, que totalizou investimentos superiores a R\$ 9 milhões (FNDE, 2010 *apud* Mafassioli, p. 210).

Portanto observamos o progresso nos investimentos, mas também observamos que a meta dos 6% do PIB, não foi alcançada e que mais investimentos precisam ser ainda ampliados para que os planos e metas produzidos sejam desenvolvidos com sucesso, e Lula acredita que com sua sucessora aliada na Presidência o país poderia continuar com os avanços na educação.

3.5. A continuidade no Governo de Dilma Rousseff e o golpe conhecido como *Impeachment* (2011- jul/2016)

Ao eleger Dilma Rousseff a sociedade aposta em uma continuidade das ações que Lula empregava para o povo, com políticas públicas que favoreciam a população mais pobre a conseguir ter acesso com mais dignidade a moradia, comida e lazer. A atual presidente segue no estilo desenvolvimentista, que mesmo sem romper com práticas neoliberais defende a intervenção do Estado na economia direcionando as ações de desenvolvimento do país. Contudo, algumas ações de governo no início do mandato divergiram do perfil conciliador do ex-presidente, como apresentado por Mafassioli (2017), Dilma seria mais incisiva na organização e demissão de ministros envolvidos em corrupção e em reformulações e ações ligadas a economia que transpareceu como medidas que causaram insegurança.

No ano de 2013, foi sancionada a Lei nº 12.858 definindo que 75% dos royalties do petróleo e gás seria destinado à educação e 25% à saúde, e além disso 50% do Fundo Social do Pré-Sal também seria destinado para educação. Uma Lei que amplia os recursos investidos na educação tornando um grande avanço para o financiamento da área. Até esse ano o governo conseguiu manter ações de continuidade dos programas, o que se tornaria complicado com o processo de desaceleração econômica refletindo na baixa do PIB e em diversos setores da sociedade.

Em 2014, Dilma Rousseff estava finalizando o seu primeiro mandato, nesse período o país começa a passar por uma crise financeira e há cortes significativos para todas as áreas e principalmente para a educação prejudicando a expansão dos investimentos nessa área. “O orçamento autorizado para a educação, em 2015, de R\$ 133,1 bilhões caiu para R\$ 119,1 bilhões, em 2016, e para R\$ 116,0 bilhões em 2018” (Rossi *et al.*, 2019 *apud* Ferrarezi; Romão, 2022, p.127). O país viveu momentos que foram marcados por uma disputa política para uma nova configuração do fortalecimento do neoliberalismo, combinadas com as investigações pela operação “lava jato” que criminalizou diversos políticos e empresas em desvios de dinheiro público.

Neste contexto a presidente sanciona o Plano Nacional de Educação (2014-2024) com metas a serem cumpridas nos próximos 10 anos, chamando atenção para a meta “chave” onde estabelece que até 2024 o governo federal deve investir 10% do PIB na educação, o que é enxergado como o principal meio para fazer cumprir todas as outras

metas, pois com o aumento do investimento é possível proporcionar mais qualidade no acesso e na permanência.

Nesse primeiro mandato a educação se desenvolveu em diversos setores, como no projeto de construção de escolas de educação infantil, nos programas de educação de tempo integral e nos investimentos a infraestruturas das escolas. No PDDE também teve significativas mudanças com uma nova legislação (Lei nº 12.695/2012) que inclui o atendimento das UABs e um novo cálculo dos valores transferidos

Por exemplo, escolas rurais com UEx recebiam 2 x Valor Fixo/ano (VF/a) e sem UEx 3 x VF/a. Já o valor *per capita*, ano (VPC/a) para alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a; alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a (Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013).

No final de seu primeiro mandato o PDDE mantém sua versão no modelo básico e as ações agregadas/integradas que estavam em vigor eram, PDDE/Educação Integral, PDDE/Escola do Campo, PDDE/Escola Acessível, PDDE/Água na Escola, PDDE/Atleta na Escola, PDDE/Escola Sustentável, PDDE/Ensino Médio Inovador, PDDE/Mais Cultura, PDDE/PDE Escola, diversas ações com objetivos de incentivar e fortalecer o vínculo e permanência das crianças e jovens nas escolas.

O Ministério da Educação junto com o FNDE tinha o objetivo de agilizar as operações de transferência e de facilitar o processo de prestação de contas, mas um fato importante a ser ressaltado é que o PDDE dividiu em duas parcelas iguais a maioria das destinações de verbas para adequação de orçamento, mas os recursos empenhados no exercício de 2014 não foram pagos até o fim do exercício de 2015 devido à indisponibilidade de limite financeiro. De acordo com o relatório de gestão do ano 2014 foram empenhados para o Programa no formato PDDE básico e para suas ações agregadas/integradas o valor de 2.1 bilhões, atingindo 151.144 escolas e 40.771.559 alunos.

Uma ação importante desenvolvida nesse ano foi a formação para o trabalho com o Programa, visto que reduz nas falhas e conseqüentemente evita a redução de recursos para as unidades executoras que são bloqueadas ao receber a verba quando tem alguma pendência com o processo de execução dos recursos do PDDE, com isso

[...] foram capacitados 7.053 agentes envolvidos com a gestão descentralizada do PDDE e de suas ações agregadas, dos quais 1.053 presencialmente – por ocasião de reuniões com representantes de Unidades Executoras Próprias (UEx) de escolas visitadas e participação em eventos promovidos por entes federados, entidades representativas de classe e pelo Instituto Formar para a Escola do FNDE – e 6.000 a distância, mediante web conferência, realizada

em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o Instituto Formar para a Escola e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundarj) (FNDE, 2014, p.157).

Apesar de alguns avanços podemos observar que esse ano termina em declínio em relação ao orçamento dos anos anteriores, mostrando que a crise financeira reflete na educação e no Programa Dinheiro Direto na Escola, e entendemos que é nesse período que ele entra em fase de crise.

Em 2015 Dilma é eleita para seu segundo mandato com fortes cortes de gastos e redução de investimentos. De acordo com IBGE a queda do PIB foi a maior nos últimos 25 anos, correspondendo a 3,5% ao ano anterior. A educação consequentemente teve cortes significativos e no PDDE é visível enxergar tais reduções em relação aos anos anteriores. De acordo com o relatório de gestão do ano de 2015, após contingenciamento de recursos e uma redução no valor dos repasses foi destinado ao orçamento o total de R\$ 2,0 bilhões, para PDDE básico e às ações agregadas/integradas (que continuaram sendo as mesmas do ano anterior), mas ao fim do exercício foi observado que apenas 1,5 bilhões de reais foram pagos às escolas, um prejuízo para o desenvolvimento e progresso de uma educação de qualidade.

Em relação as melhorias na desburocratização dos procedimentos técnicos de compra e prestação de contas o governo continuava atualizando, portanto, a partir daquele ano quem já tinha cadastro no PDDEweb (sistema de cadastramento/atualização de informações cadastrais das Unidades Executoras Próprias) nos anos anteriores, não necessitaria mais de realizar o procedimento anualmente, mas apenas atualizar os seus cadastros em relação a novas informações. E as ações de monitoramento e formação continuaram a acontecer em webconferências, reuniões técnicas e eventos, além de realizar pesquisas para posteriormente fornecer orientações direcionadas as demandas preenchidas nestes questionários.

Com todo esse contexto, a direita política no Brasil combinada ao neoconservadorismo⁷ e machismo presente na sociedade, cria uma narrativa de golpe político, utilizando a prática de “pedaladas fiscais”⁸ como motivo para em 2016 iniciar o

⁷ De acordo com Brown (2019), o neoconservadorismo é uma aliança com o neoliberalismo, buscando reconfigurar a sociedade através da imposição de uma moralidade tradicional e da privatização, resultando nas ruínas da democratização do ocidente.

⁸ De acordo com a Câmara legislativa, foi o nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS, com

processo de julgamento de *impeachment* de Dilma, que finaliza em 31 de agosto afastando-a do cargo, proporcionando uma conjuntura política de extrema fragilidade para o país principalmente com as relações internacionais. Em concordância aos princípios e ideologias que defendemos não podemos deixar de abordar esse processo como um golpe⁹, um desrespeito, claramente uma prática de machismo e misoginia. Afinal em um país onde a maioria dos políticos que decidem as leis são constituídos por homens, aceitar que uma mulher que lutou contra a ditadura, que foi vista e criticada pelo seu jeito de vestir, de falar, desqualificada pelo simples fato de não ser uma mulher “bela, recatada e do lar”, como prega o conservadorismo, ser a chefe de Estado com certeza seria um desafio. E como mostra Gomes (2018), esse processo de *impeachment* não teve bases legais comprovadas

O crime de responsabilidade fiscal? Única permissão constitucional para a retirada legítima de um chefe do Executivo do poder? Ele foi comprovado? Não. Portanto, os argumentos de que o *impeachment* seria pelo “conjunto da obra”, como afirmaram alguns parlamentares, não se sustentam juridicamente. Não se comprovou, mas se manipulou a opinião pública, através de um teatro do Legislativo, apoiado pelo jurídico e pela mídia hegemônica que induziram a população, à dúvida e à desconfiança. Colocaram em xeque a competência e a honestidade da primeira mulher chefe de Estado no Brasil (Gomes, 2018, p. 153).

Com o fim desse capítulo favorável ao patriarcado, onde mostra que mais uma vez as mulheres sempre terão lutas para assumir lugares de poder, que são vistos como estruturalmente um lugar para homens, reforça a luta do feminismo. E com isso assume a presidência o então vice-presidente Michel Temer, que foi uma peça-chave para que o golpe se concretizasse, afinal o país voltaria a ter um presidente homem, branco, alinhado as políticas de direita que representa bem a maioria do Congresso Nacional.

3.6. Período de recessão de Michel Temer (Ag/2016-2018)

o objetivo de retirar artificialmente das contas federais. Ao deixar de transferir o dinheiro, o governo apresentava todos os meses despesas menores do que elas deveriam ser na prática e, assim, ludibriava o mercado financeiro e especialistas em contas públicas.

⁹ O golpe jurídico-midiático-parlamentar que destituiu a presidenta Dilma Rousseff do cargo (2011-2016), eleita democraticamente divergiam em grupos opositores que defendiam a tese do crime de responsabilidade, amparados pela Constituição, enquanto outros consideravam a iniciativa como um golpe político. A denúncia de golpe de Estado se baseou na evidente articulação entre setores do legislativo, judiciário, empresariado, mídia e do próprio governo, liderada por Michel Temer.

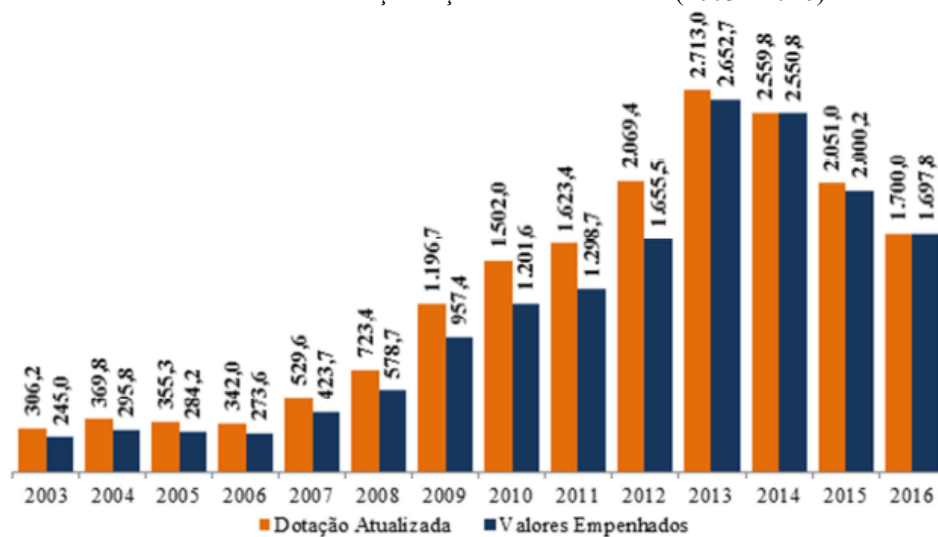
Michel Temer tem como uma de suas principais medidas as mudanças na economia do país, estipulando restrições de gastos formalizada pelo Projeto de Ementa Constitucional (PEC) nº 95 que é aprovada na câmara de deputados e no senado federal. Essa PEC, conhecida também como a “PEC do fim do mundo” impossibilita investimento públicos nos principais setores como saúde e educação que afetará os mais pobres. Como melhor explicitado por Pinto (2019) ao tratar a questão da equidade e qualidade da educação e os investimentos aplicados,

[...] a EC 95/2016 que congela os gastos primários do governo federal por 20 anos (a contar de 2017, para a educação) já tem provocado cortes significativos nos gastos federais com a Educação Superior, Ciência e Tecnologia e na Educação Básica. Tomando-se como referência o melhor ano (2012) a queda do gasto federal com ensino já é superior a 0,3% do PIB, e isso em um contexto de decréscimo real do PIB. Como a principal fonte de recursos novos para o financiamento da educação seria o governo federal, tendo em vista a sobrecarga de estados e municípios, o horizonte de cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação fica postergado por mais de duas décadas (Pinto, 2019, p. 34).

Com a devastação para o financiamento da educação causada por essa PEC as promessas e metas que continham no PNE (2014-2024) ficaram inviabilizadas de serem cumpridas e os direitos que vinham sendo construídos desde a constituição de 1988 sofre retrocesso.

Nos empenhos de recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola podemos visualizar através do gráfico que neste ano a redução dos investimentos no PDDE tem uma grande queda ao invés da evolução para melhoria nas escolas,

Gráfico 2: Execução orçamentária do PDDE (2003 a 2016)



Fonte: FNDE/DIRAE (Em R\$ milhões)

Como apontando no relatório de gestão do FNDE, a dotação empenhada no ano de 2016 foi de 1,7 bilhão de reais, mas o total gasto foi de 1,3 bilhão de reais, em relação as ações programadas para aquele ano. Porém houve a distribuição de recursos que foram destinados por cumprimento jurídico de parcelas em atrasos. As ações do PDDE que foram beneficiadas nesse período são: PDDE básico dividido em duas parcelas totalizando o valor de aproximadamente 763 milhões, e ações agregadas/integradas PDDE educação especial, Educação Integral, PDDE Acessibilidade e as ações retroativas aos anos anteriores foram PDDE 2014-Decisão judicial e PDDE Manutenção Escolar 2015.

Um ponto positivo a se destacar foi a continuação do empenho em contribuir na facilitação na burocracia, com a redução dos prazos de guarda dos documentos da prestação de contas de 20 anos para 10 anos. Além disso outras ações contribuíram como as alterações que buscam otimizar a execução do PDDE e de suas ações agregadas/integradas, a exemplo, os recursos que não gastos eram devolvidos e recolhido pelo Tesouro Nacional, mas foi reestruturado e passou a possibilitar que esse dinheiro retornasse para as contas além de criar formas alternativas para a utilização dos saldos.

Em 2017, inicialmente foi planejado para o programa destinar a verba de mais ou menos 1,4 bilhão, depois das revisões necessárias chegaram ao valor final de 1,5 bilhão, mas desse valor só foram pagas as instituições 1,3 bilhão. Com esse montante o programa atendeu além do PDDE básico, as ações agregadas/integradas, PDDE Integral e PDDE-

Ensino Médio Inovador e em relação aos restos a pagar (RAP) de anos anteriores foi empenhado em PDDE-Educação Integral (Programa Novo Mais Educação); PDDE-Emergencial RJ; PDDE Campo e PDDE Água. Um grande avanço para o processo de compras do programa foi o

Cartão de débito para Unidades Executoras Próprias (UEX) e Entidades Mantenedoras (EM), no âmbito do PDDE Básico. O objetivo é substituir, definitivamente, o uso de cheques por transações eletrônicas. Considerando a abrangência e diversidade do território nacional, com o Cartão PDDE pretende-se possibilitar a utilização da modalidade saque, limitado a R\$ 800,00/dia, R\$ 2 mil/mês e R\$ 8mil/ano, desde que a localidade da Unidade Executora (UEX) não tenha estabelecimentos que operem com máquinas leitoras de cartão magnético e não seja viável a efetivação de pagamentos por transferência eletrônica (FNDE, 2017, p. 83).

Para o Programa Dinheiro Direto na Escola tivemos um pequeno aumento em reais nos investimentos em relação ao ano anterior, mas podemos afirmar que em comparação a crescente dos anos anteriores o valor ainda é insuficiente. A estimativa era de 1,67 bilhão de reais e na execução final foram pagos 1,62 bilhão, contemplando um total de 127,6 milhares de escolas. O FNDE estuda a possibilidade de ampliação da utilização do cartão de débito para as escolas que ainda não conseguiram, como as rurais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas que enfrentam a dificuldade de acesso à internet e a agências bancárias. E amplia o apoio técnico para melhoria na orientação dos gestores das instituições que administra o recurso.

Michel Temer finaliza seu mandato com uma série de contrarreformas e um país em recessão, e com a insatisfação da população com a política atual surge um novo fenômeno, o bolsonarismo, representado na candidatura de Jair Messias Bolsonaro apoiado pela extrema direita.

3.7. O Governo de Jair Bolsonaro: Uma nova ideologia (2019-2022)

Em 2019, toma posse ao cargo de Presidente do Brasil Jair Messias Bolsonaro permeado por diversas polêmicas durante a sua candidatura e com slogan de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” fortalecendo os seus princípios de família tradicional, patriotismo e anticorrupção. Em seu plano de governo que contém 81 páginas e foi intitulado “O Caminho da Prosperidade - Proposta de plano de governo” (2018), Bolsonaro elenca temas que são norteadores para as suas propostas como, “Brasil livre”; “o fruto da vida é sagrado”; “liberdade e fraternidade”; “imprensa livre e independente”; “a nossa bandeira é verde e amarela”; “a nova forma de governar, mais Brasil menos

Brasília” e na mesma direção apresentou propostas da sua linha de ação dos pontos principais,

SEGURANÇA E COMBATE À CORRUPÇÃO: enfrentar o crime e cortar a corrupção.

SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.

ECONOMIA: Emprego, Renda e Equilíbrio Fiscal. oportunidades e trabalho para todos, sem inflação (Bolsonaro, 2018, p. 22).

O novo presidente traz uma visão de mundo que havia sido adormecida há algum tempo, com viés machista, racista, homofóbico que suscitou certo medo em uma parcela da população. Durante a campanha eleitoral houve a divulgação de vídeos antigos que mostravam a real opinião do então presidente frente a essas pautas, inclusive o mesmo enfrentava um processo judicial empenhado pela Deputada Maria do Rosário, onde o então presidente, que na época era deputado federal, proferiu ofensas de cunho sexual e machista levando-o a um processo por danos morais. Além disso outras polêmicas envolveram o seu caminho até a eleição, como a propagação de diversas *fake news* e um atentado que sofreu durante uma passeata de comício político com seus eleitores, que foi noticiado pelos principais jornais do país e jornais estrangeiros. De acordo com o jornal Gazeta do povo, a Polícia Federal concluiu que o autor do crime agiu de forma isolada com motivações políticas. O seu perfil era evidenciado por características neoliberais e conservadoras dando ascensão a extrema direita, e como dito por Brown (2019, p. 20),

As formulações neoliberais da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital.

E nessa forma de representação que o Presidente conduziu todo o seu mandato, sempre utilizando o conservadorismo como pauta para o enfrentamento do que ele dizia ser o enfraquecimento da família, dos princípios cristãos, desrespeitando o princípio de laicidade do Estado e consequentemente fortalecendo a intolerância religiosa as demais crenças.

A Educação foi uma das pastas que mais sofreu com diversas *fake News*, foi um dos ministérios que mais houve trocas de ministros, chegando ao total de 5 pessoas diferente no comando. Fez grandes cortes de verbas das Universidades, principalmente de bolsas de pesquisas, incentivando que as mesmas fossem voltadas ao

empreendedorismo e parcerias com multinacionais, atendendo ao mundo capitalista. Nesse caminho criou o programa Future-se que,

Destina-se a reestruturar o financiamento do ensino superior público, ampliando o acesso a recursos privados como forma de financiar as atividades das universidades. Uma das finalidades da proposta é estimular que as instituições captem recursos próprios, com a abertura para contratação de organizações sociais ou de fundações de apoio para a execução de atividades e a possibilidade de as universidades fecharem parcerias diretamente como a iniciativa privada. De acordo com a proposta, a adesão ao programa é voluntária (Silva *et al.*, 2022, p. 170).

A proposta foi encabeçada por um dos ministros que passaram no MEC, Abraham Weintraub, que é um economista que seguia o perfil do governo com propostas voltadas ao neoliberalismo, ao desenvolvimento econômico, e teve diversas críticas apontadas pelos reitores das universidades. O Programa future-se tinha adesão voluntária de acordo com a proposta e pouquíssimas instituições participaram. O MEC apresentou novas propostas como essa que não tiveram muita adesão e houve o desmonte de políticas públicas já consolidadas, nesse ano, apenas cinco programas foram executados pelo FNDE, apontado no relatório de gestão, e o PDDE é uma dos que seguiu em continuidade.

O Programa Dinheiro Direto na Escola teve grande queda nos valores repassados em 2019 sendo, 796,6 milhões para PDDE básico e 270, milhões para as ações agregadas, totalizando em 1 bilhão, resultado inferior aos anos anteriores, nesse ano 115,3 milhares de escolas foram contempladas. O FNDE registrou no relatório de gestão um motivo que influenciou na queda dos recebimentos dos recursos,

Impactaram no atingimento das metas de execução financeira a falta de atualização cadastral no Sistema PDDEWEB e a inadimplência das entidades com a prestação de contas do Programa. Os ajustes de repasses de anos anteriores, a menor, nos valores a serem repassados no exercício de 2019, por recomendação de auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União (CGU), ocasionaram também a redução dos índices de execução neste exercício. A partir de ações para regularização, pretende-se o atendimento à totalidade das escolas públicas de educação básica e privadas de educação especial sem fins lucrativos, inscritas no Censo Escolar (FNDE, 2019, p. 30).

Para tentar cada vez mais facilitar o processo de prestação há a pretensão de integrar o PDDEweb a conta do gov.com modernizando o sistema, também como meio de avanços para o processo de compras houve a distribuição dos cartões de débitos, chegando aos acessos mais difíceis, emitindo “62.401 cartões PDDE para UEx em todo o país. Deste total, 27.440 cartões foram emitidos para UEx localizadas em zonas rurais” (FNDE, 2019, p.31).

Além disso nesse ano houve a construção do Painel de Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) para que os gestores pudessem acompanhar o desenvolvimento e a evolução das Unidades executoras, além de facilitar a transparência com os investimentos do dinheiro público. O IdeGES é dimensionado por três indicadores, a adesão ao programa, a sua execução, observando se todo o recurso foi utilizado e a prestação de contas de forma regular, atualmente há críticas na forma como é mensurado o índice sem considerar as reprogramações de saldos, como o recurso tem sido aplicado e as diferenças de regionalidades. Contudo, o principal avanço para o desenvolvimento e acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola foi o edital de convocação para parcerias com institutos federais se tornarem os Centro Colaboradores de Apoio ao e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes), o chamado foi publicado no ano anterior, mas foi concretizada as escolhas no ano de 2019.

Podemos observar ao longo desses anos que discutimos sobre o PDDE aqui nesta pesquisa, que o aprimoramento e a preocupação com a formação e a qualificação dos gestores e atuantes nos gastos dos recursos vinha sendo uma preocupação e conseqüentemente um empenho do FNDE, por isso essa parceria com os institutos federais se mostra um caminho para melhoria nas ações e conseqüentemente no melhor aproveitamento dos recursos.

É importante destacar que como apresentado no Dossiê de Fernandes e Gouvêia (2023), Bolsonaro desenvolve uma política de que escolas e universidades federais são inimigas do governo e da sociedade, sendo colocadas em xeque, mas o FNDE por ser uma autarquia, uma entidade autônoma que possui servidores públicos concursados, consideraram a importância dessa parceria com institutos federais como esse apoio, baseado no histórico de outros programas que já eram acompanhados por universidades e vinculados ao FNDE.

E com o apoio dos centros, o FNDE tem a expectativa que a execução dos recursos disponibilizados pelo programa, como a cotação, as compras e a prestação de contas sejam feitas de forma mais transparente e sem falhas, facilitando o trabalho dos gestores e possibilitando que os recursos sempre estejam disponíveis. Pois com a descentralização do monitoramento e manutenção do programa por regiões do Brasil facilita na disseminação de cursos preparatórios, no atendimento direcionado de acordo com as necessidades de cada região, ainda podendo ampliar a discussão entre os Cecampes de

todo o país para trocas de experiência e fortalecimento no Programa Dinheiro Direto na Escola cumprindo o objetivo final que é uma educação de qualidade.

No segundo ano de governo de Bolsonaro acontece a maior crise sanitária dos últimos tempos, anteriormente a ela em 2010 o mundo foi acometido pela influenza H1N1, mas que não teve a mesma proporção em contágio e mortalidade que o coronavírus trouxe. Foram momentos de muita tensão e tristeza que o país viveu, onde no dia 26 de fevereiro de 2020 foi encontrado o primeiro caso no Brasil de infecção respiratória conhecida por Covid-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2. O poder de contaminação era intenso, rápido o que obrigou a população de todo o mundo tomar medidas drásticas de isolamento e de segurança como o uso de máscara, higienização constante de mãos, sapatos e utensílios, até que as vacinas fossem produzidas.

Nesse momento em que o mundo passava por todo esse transtorno, no Brasil além da crise sanitária também enfrentamos grande crise na política. O ministério da saúde teve a troca sucessiva de ministros, foram 4 diferentes no comando da pasta, devido à problemas enfrentados com então presidente que dava declarações negacionistas, não aceitando que estávamos vivendo um pandemia mundial, onde muitas vezes ridicularizou as mortes e o sofrimento do povo, não aceitava o isolamento da população, deixando somente os serviços essenciais em funcionamento, com discurso da importância da economia, demorou a liberar auxílio emergencial para a população brasileira ficar em casa durante o período de crise, estimulou o uso de medicamentos não comprovados cientificamente para prevenir a doença, incentivou a população a não se vacinar alegando que as vacinas causariam mutações na população e além disso, demorou a negociar as vacinas atrasando a prevenção das pessoas e conseqüentemente deixando que a vida voltasse ao seu curso, sendo pauta noticiária nos principais jornais do mundo.

Com todas essas atitudes, de acordo com ministério da saúde, foram 715.414 mil mortos pela doença deixando famílias devastadas, crianças órfãs e muito medo de como o mundo seria após quase um ano convivendo com o vírus. Durante esse ano a educação sofreu prejuízo para os alunos, pois as aulas precisaram ser interrompidas, onde naquele momento sobreviver era prioridade. E fez com que alunos perdessem um ano letivo atrasando a suas formações. As aulas passaram a ser online por meio de vídeo aulas gravadas e momentos sincronizados com vídeo chamadas com os professores.

Com o programa PDDE a ação agregada/integrada mais importante do período foi o PDDE emergencial, que disponibilizou recursos para as escolas adequarem à nova realidade, comprando itens de segurança para o momento da volta às aulas presencial. Nesse ano, em relação a recursos o programa em sua forma básica e para as escolas de educação especial destinou aproximadamente 818 milhões de reais, e em suas ações agregadas/integradas no eixo qualidade, que corresponde a PDDE emergencial, PDDE conectada e Novo ensino médio foram empenhados aproximadamente 875 milhões e no eixo estrutura, tendo como ação água e esgotamento e escola acessível aproximadamente 72 milhões. Totalizando 1,7 bilhões de reais investidos, conseguimos observar um aumento desse valor em relação aos anos anteriores, porém entendemos que esse aumento se deve a demanda das escolas para a organização em relação a pandemia e ao acesso à internet para todos os profissionais nas escolas.

Como melhorias para o programa, nesse ano o FNDE consegue cumprir metas do ano anterior, como a de integrar o PDDEweb ao site do gov.com e a publicação no painel do IDEGES com as informações dos desempenhos das UEx e EEx, revelando que 40% dessas instituições alcançaram o alto índice de desempenho.

Em 2021, seguimos com restrições sociais e medidas de segurança para prevenir o coronavírus, que em alguns momentos teve outros surtos de contágio, mas aos poucos com as novas doses de reforço da vacina foram estabilizando a pandemia. Na educação as atualizações ainda eram novidades, e o ensino híbrido fez se necessário. As escolas recebiam os alunos num quantitativo reduzido, sendo dividido por grupos, uns em aulas online e outros presenciais e assim seguiu até a estabilização da transmissão do vírus de forma descontrolada. De acordo com as informações do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) os resultados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e do Censo escolar, em relação as aprovações, teve queda em semelhança ao ano anterior, o que concluímos que todo o contexto de mudança possa ter contribuído para esse resultado.

As escolas nesse ano ainda contaram com uma parcela complementar do PDDE emergencial para tender as adequações necessárias para o ensino híbrido, onde foi transferido o valor de 172.199.021,00 reais para as escolas de educação básica do Brasil. Além do PDDE emergencial e do PDDE básico que teve o valor de aproximadamente 827 milhões repassados, outras ações agregadas/integradas foram contempladas:

Educação especial, em duas parcelas, novo ensino médio, dividido em três parcelas mais uma dedicada aos itinerários formativos, educação e família, sala de recursos, também em duas parcelas e uma parcela referente ao desempenho das escolas em cumprir os prazos e entregar bons resultados com a utilização do recurso totalizando o valor de aproximadamente 1,4 bilhões de reais para essas ações agregadas/integradas. No fim, o programa repassou o valor de aproximadamente 2,2 bilhões de reais para as escolas, melhorando o investimento em relação aos anos anteriores que demonstraram queda de valores repassados e cortes nos investimentos da educação.

Em setembro desse ano foi promulgada uma Resolução, a de nº 15 que “Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009” (MEC, 2021, p.1).

Nesse texto traz todos os objetivos do programa, as definições, como os recursos são destinados e à quem, quais as atribuições dos participantes e quais as atribuições de quem fiscaliza, explicita todo o processo de constituição de Unidades Executoras e Entidades Executoras, estabelece os valores calculados a serem repassados, elucida sobre a movimentação do recurso, do arquivamento de documentos e sobre a forma de prestação de contas, trata também sobre as penalidades de suspensão do programa pelo não cumprimento das regras, traz sobre o atual monitoramento e fiscalização pelo IDEGES, por fim das denúncias e dos bens patrimoniais. Essa resolução vem para atualizar a Lei de novas práticas que o programa foi desenvolvendo ao longo dos anos.

No último ano do governo Bolsonaro, 2022, começavam a articular as campanhas para sua reeleição pautado no discurso conservador e moralistas apoiado pela bancada evangélica e pelos militares, mas que não fugiu de escândalos envolvendo o negacionismo em relação a devastação do meio ambiente, a investigação em corrupções de “rachadinhas” e utilização de “laranjas”. O país passa por um momento histórico de divisões filosóficas de vida e a população assumem suas visões de mundo para lutar por aquilo que defendem para o futuro do país definindo o lado político a se posicionar.

Luiz Inácio Lula da Silva pode se candidatar, e foi o principal adversário de Bolsonaro nas urnas, talvez o único que poderia derrotar o atual presidente de acordo com as pesquisas de boca de urna, o que se mostrava uma solução para muitos que não concordava com os posicionamentos polêmicos de Jair Messias.

Nas escolas do Brasil as aulas voltaram ao normal, os alunos já frequentam as salas em sua totalidade não necessitando mais do ensino remoto como complemento obrigatório. Para o PDDE há um ajuste no valor total repassado, que caiu em relação ao ano anterior ficando em aproximadamente 1,9 bilhão de reais. Deste valor aproximadamente 992 milhões foram empenhados para o PDDE básico e para escolas de educação especial, e aproximadamente 965 milhões para as ações agregadas/ integradas, que neste ano foram: educação conectada, tempo de aprender, educação e família, sala de recursos, itinerários formativos, Brasil na escola, primeira infância, campo, água e saneamento. O Programa continua fortemente com as formações e qualificações dos gestores para melhores resultados nos gastos das verbas contando com o apoio do Cecampes de todas as regiões, principalmente por causa da rotatividade de gestores no comando das escolas que dificulta a continuidade do trabalho. E tem como desafio de aperfeiçoar o painel do IDEGES para melhorar a transparência do programa e os gastos dos recursos públicos do PDDE.

O ano termina com a derrota de Jair Messias Bolsonaro nas urnas, retornando à presidência Lula que conduziu o país por 8 anos, de 2003 a 2010, e assumi novamente em 2023, dando visibilidade as minorias que vinham sendo silenciadas ao longo dos últimos quatro anos e ressurgindo a esperança em uma parcela da população.

3.8. Luiz Inácio Lula da Silva: de volta ao poder (2023-2026)

Em 8 de janeiro de 2023 aconteceu um ato golpista, milhares de apoiadores do antigo presidente, Bolsonaro, que marcharam em direção ao Palácio do Planalto invadiram as sedes do governo com atos de vandalismo, provocando o crime de depredação do patrimônio público, causando danos irreversíveis, tanto financeiros, históricos e culturais, com a destruição de peças únicas dedicadas ao Brasil por outras representatividades, além de antiguidades. Esse momento foi histórico para o país, marcando a fragilidade da democracia que estava em pauta nas campanhas de Bolsonaro, apoiador da ditadura militar e da intervenção dos militares para que ele continuasse no poder. Esse momento foi veiculado por diversos jornais, e como apresentado no estudo de Janaina Barcelos (2024, p.3),

[...] tais atos numa perspectiva do patriotismo constitucional, em que apresenta várias crises democráticas brasileiras, Cabral e Coser (2023, p. 381) classificam-nos como “uma das manifestações que posteriormente se

transformou em um dos atos antidemocráticos de maior violação ao Estado democrático de direito e suas instituições, por parte apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro”.

O mandato de Lula começa conturbado e com forte resistência da extrema direita atacando a democracia, como dito por Wendy Brown (2019, p.76),

[...]o ataque do neoliberalismo à democracia é frequentemente menos audacioso. Ele envolve alterar os significados da democracia, reduzindo-a a um "método" de estabelecer regras em vez de uma forma de governo, restringindo seu escopo ou apartando-a do governar. O sufocamento da democracia foi fundamental, e não incidental, para o programa neoliberal mais amplo. As energias democráticas, acreditavam os neoliberais, entopem inerentemente o político, o que ameaça à liberdade, a ordem espontânea e o desenvolvimento - e, no extremo, produzem o despotismo ou o totalitarismo de Estado.

Mas apesar da tentativa de golpe articulada o atual presidente segue com seu plano de governo e enfrenta a oposição prometendo que todos os envolvidos na articulação desse atentado à democracia será punido pelas suas ações. O ex-presidente posteriormente foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal e condenado, juntamente com outros participantes da trama golpista.

Ainda nesse ano a Educação viveu momentos tristes, com a propagação de discurso de ódio e a excitação do extremismo na sociedade articulados nos últimos anos, houve a elevação da frequência nos casos de *bullying* dentro das escolas e práticas como o *copycat crimes* (a prática de copiar crimes famosos) e uma dessas ações teve como referência o ataque de Columbine em 1999, nos Estados Unidos da América provocando a invasão às escolas do Brasil. Os profissionais viveram momentos assustadores, pois alunos e ex-alunos invadiam as escolas com intuito de agredir colegas e professores, além de destruir as instituições, e durante esses dias de terror ficou evidenciado como as escolas, principalmente as públicas, tem um sistema de segurança fragilizado, o que fez várias instituições fecharem as portas e suspenderem as aulas por alguns dias, até que medidas fossem tomadas.

Uma das medidas adotadas pelo FNDE foi a utilização, em caráter emergencial, dos recursos do PDDE de saldos dos anos anteriores disponíveis nas contas bancárias para aquisição de ações de proteção ao ambiente escolar. Na perspectiva de combate a essas ações, posteriormente o MEC criou um documento baseado em especialistas em violência escolar com análise do fenômeno e recomendações de ações governamentais, tendo como relator Daniel Cara.

Além dessa ação do PDDE houve reajuste, aumentando em torno de 48% do valor fixo do PDDE básico, passando de 1250,00 para 1850,00 para escolas urbanas e de 2500,00 para 3700,00 para escolas rurais. Com isso o programa retoma os valores de repasses para a casa dos 2 bilhões de reais. Sendo empenhados da seguinte forma, para PDDE básico e para as escolas de educação especial foi destinado aproximadamente 976 milhões de reais, para as ações integradas do PDDE qualidade (itinerários formativos, educação e família, primeira infância, educação inovação conectada, brasil na escola, cantinho de leitura, PDDE emergencial RS) totalizaram aproximadamente 666 milhões, para o PDDE estrutura (sala de recursos, água e esgotamento sanitário, escola do campo) destinou-se aproximadamente 250 milhões e ainda teve recursos empenhados no RAP (restos à pagar) tanto para PDDE qualidade, quanto para PDDE estrutura somando aproximadamente 121 milhões.

Uma das ações efetivas no investimento de qualificação e atualização dos gestores para gerir os recursos foram os webinários realizados de forma online e as visitas técnicas e formações presenciais realizadas pelos Cecampes das diversas regiões em polos específicos de encontro atendendo a 242 municípios diferentes. Além disso os gestores indígenas também tiveram formações direcionadas as suas particularidades. O FNDE acompanhado pela FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) totaliza em 696 pessoas qualificadas. Também é importante ressaltar que houve a renovação das parcerias com as universidades federais que constituem os Centros de Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais que se fazem importantes para que cresça a formação desses gestores minimizando os problemas de desempenho no programa.

Lula chega ao segundo ano de governo, metade do caminho a ser percorrido, em março de 2024 o sul do país passa por uma grande catástrofe ambiental, uma tragédia anunciada, devido às fortes chuvas e a elevação do nível do Rio Guaíba muitas cidades foram afetadas com alagamento, deixando a população em situação de risco, onde muitos perderam suas casas, comércios, bens materiais e infelizmente algumas famílias que não conseguiram socorro em tempo hábil perderam familiares e animais de estimação. As escolas mais uma vez sofrem, e muitas escolas do estado do Rio Grande do Sul fecha as portas e interrompe as aulas. Foram quase meio ano letivo de aulas perdidas, milhares de crianças e jovens desassistidos e as escolas que enfrentaram maior dificuldade de se

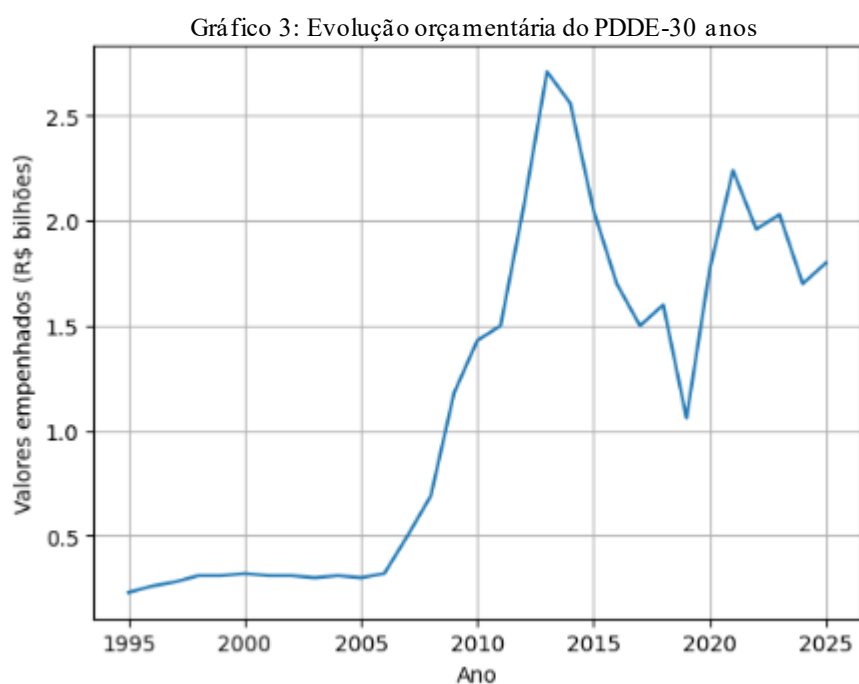
reerguer são as estaduais. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos realizou um estudo com os impactos causados por essas enchentes, levantando observações e recomendações para garantir os direitos dessa população. Nesse momento o governo federal, através do programa dinheiro direto na escola destinou em torno de 12 milhões de reais na modalidade PDDE emergencial para o Rio Grande do Sul, em apoio a reconstrução das escolas, além disso também antecipou a segunda parcela do PDDE básico como reforço para essas medidas.

Com isso, de acordo com o relatório de gestão do FNDE o valor do PDDE básico ficou em torno de 1 bilhão de reais, muito abaixo do que vinha sendo empenhado nas escolas do Brasil. O que podemos exaltar foi o fortalecimento do poder de compra das escolas indígenas, quilombolas e rurais. Aumentando em 50% do valor fixo pra essas escolas passando o PDDE básico de 3700,00 para 5550,00, esse reajuste tem objetivo de mais equidade em relação a essas comunidades que tem especificações mais difíceis no desenvolvimento da educação.

As parcerias com as universidades continuam consolidadas e a Universidade Federal do Goiás, que é o Cecampe responsável por avaliações do programa produz um estudo em formato de ebook com essas avaliações, a partir de uma compreensão do sistema político, mas evidenciando as regionalidades e particularidades de cada estado, dando origem ao livro "Avaliação Sistêmica e Multicêntrica do PDDE".

Outras ações importantes foram a conclusão do painel de monitoramento do PDDE, facilitando a transparência dos recursos, mostrando o “cadastro, unidades executoras, atendimento, previsão e repasse, execução, prestação de contas. Outros três painéis trazem a série histórica da execução do PDDE e Ações, nas visões cadastro, repasse e saldo.” (FNDE, 2024). E um projeto instituído pela resolução cd/fnde nº 7, de 2 de maio de 2024, a plataforma bbÁgil idealizada pelo Banco do Brasil, o banco que gerencia as contas das escolas que recebem o recurso do PDDE e visa institui essa ferramenta para a prestação de contas com objetivo de torná-la mais fácil, conectada e transparente. Os gestores ainda continuarão usando o sistema do SIGPC para a prestação de contas, mas futuramente ele será descontinuado fortalecendo o uso exclusivo da plataforma bbÁgil. E para essa nova demanda o FNDE disponibilizou diversos webnários e vídeos orientando os gestores para a nova atualização.

Retomando um breve histórico político da criação do Programa Dinheiro Direto na Escola e acompanhando como foi o seu desenvolvimento durante esses últimos 10 anos não podemos deixar de reafirmar que o programa passou pela fase de crise e resiliência, tanto devido ao contexto político que o país passou, com modo de governar pautado em modelo neoliberal que não fortalece as políticas públicas e não prioriza o bem estar social da população, além de lidar com as mazelas causadas pela pandemia. Com o gráfico a seguir, podemos observar a queda dos recursos nesse período.



Fonte: Elaboração própria com auxílio de inteligência artificial a partir dos dados de Relatórios de gestão do FNDE (2025).

Com a observação do gráfico não podemos deixar de destacar, que no período que no período de 2020 e 2021 temos uma ascensão dos recursos que se deve ao empenho de parcela extra emergencial para a adequação das escolas durante o período de pandemia, para que pudessem realizar compras de material de uso exclusivo para evitar a contaminação em massa pelo coronavírus. Não produzindo então, um dado de investimento na qualidade da educação, mas em método obrigatório de prevenção.

Mas também notamos que desde a última gestão de Lula os recursos empenhados ainda apresentam dificuldade de evolução significativa, mas apresenta pontos positivos de acordo com os empenhos do FNDE demonstrado nos relatórios de gestão, como a

modernização dos procedimentos técnicos e o acompanhamento aos gestores fornecendo apoio e monitoramento foram cada vez mais desenvolvidos, procurando atualizar e facilitar os processos com o recurso federal para que as escolas não ficassem desassistidas motivadas por erros e conseqüentemente bloqueios no programa. Contudo, o PDDE tem o poder no suporte das melhorias escolares, mas não podemos deixar de ressaltar que é uma verba suplementar e a Educação no Brasil ainda necessita de inúmeros investimentos por parte do poder público, como já apontado na discussão histórica do financiamento da educação, não deixando que uma verba com caráter suplementar seja vista como a solução dos problemas a serem resolvidos dentro das escolas.

Com o objetivo de discutir essa qualidade e o empenho no suporte das instituições através do programa dinheiro direto na escola que já vem sendo abordado nessa pesquisa ao longo de sua construção, no próximo capítulo vamos dar ênfase a criação dos Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da região Sudeste e como tem desempenhado o trabalho, como a equipe contribui ativamente para o fortalecimento do conhecimentos dos gestores e executores do recurso federal e conseqüentemente refletindo em uma educação que promova novas oportunidades aos estudantes.

4. CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DA REGIÃO SUDESTE (CECAMPE SUDESTE) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Como já abordamos nessa pesquisa, ao perceber que as gestões das escolas apresentavam dificuldades na execução dos recursos e muitas instituições com dificuldades na gestão financeira deixariam de receber verba do PDDE, e, levando em consideração que tal repasse tem como finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas de educação básica para cobrir despesas de manutenção, pequenos reparos e melhorias na infraestrutura física e pedagógica, avaliou-se a importância de encontrar parceiros que oferecessem um suporte aos gestores das escolas. Com isso firmou-se parcerias entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e instituições de ensino superior (universidades), por meio de editais de convocação, oficializando o papel da universidade na formação de gestores e no monitoramento dos recursos educacionais. Os principais pontos sobre essa parceria são: apoiar estados, municípios e escolas na aprimoração da execução e do desempenho do PDDE e suas Ações Integradas e oferecer atividades de formação, pesquisa, monitoramento e produção de material de apoio.

A partir dos editais, são instituídos dos Cecampes (Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais) sediados nas universidades federais (como a UFU - Universidade Federal de Uberlândia no Sudeste) e vinculados ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) que oferecem apoio aos gestores escolares e acompanham a execução de programas, especialmente o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), por meio de formação continuada e assistência técnica, visando melhorar a prestação de contas e a gestão financeira das escolas.

Os Cecampes atuam em suporte e monitoramento do Programa Dinheiro Direto na Escola, que atualmente é regido por um conjunto vasto de legislações, entre Leis, portarias, medidas provisórias, decretos e emendas constitucionais que instituí para o programa diversas regras e atualizações ao longo desses anos.

A Universidade Federal de Uberlândia representante do Cecampe Sudeste tem esse projeto incorporado à Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) que é vinculada a Reitoria da universidade, com responsabilidades ligadas as ações de extensão e

cultura como propor, planejar, coordenar, executar, supervisionar e avaliar. Esse projeto teve sua abertura oficial no dia 20 de maio de 2021 e, ao assumir o compromisso com o FNDE, o Cecampe Sudeste desenvolve diversas ações colaborativas para os acompanhamentos da região Sudeste. E seus principais objetivos são atuar em pesquisa e formação continuada.

No âmbito da pesquisa desenvolveremos investigações concernentes às políticas de financiamento para a educação pública, especificamente o Programa Dinheiro Direto na Escola, buscando apreender as potencialidades e limitações desse Programa no que concerne à suplementação de recursos com vistas à melhoria da qualidade da educação por meio também de ferramentas de acompanhamento e avaliação. No âmbito da formação presencial colocaremos em relevo olhares e vozes dos sujeitos que atuam diretamente na gestão dos recursos financeiros provenientes do PDDE (Cecampe Sudeste, [s.d.]).

A região Sudeste do país é composta por quatro estados, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com o banco de dados PDDE Adesão do Cecampe Sudeste há um total de 119.155 escolas públicas nessa região e dessas, 98.963 aderiram ao Programa dinheiro direto na Escola, correspondendo a aproximadamente 83% das escolas. Tratando mais especificamente por estado é possível observar a partir do quadro a seguir o quantitativo de escolas que aderiram ao programa.

Tabela 1: Dados do quantitativo de escolas por estado da Região Sudeste

CECAMPE SUDESTE		ESCOLAS POR ESTADO			
	MINAS GERAIS	ESPÍRITO SANTO	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	
QUANTIDADE DE ESCOLAS	35.740	7.991	55.666	19.758	
ESCOLAS ADERIDAS AO PDDE	29.842	6.586	46.056	16.479	
PORCETAGEM DE ADESÃO	83%	82%	82%	83%	

Fonte: Elaboração própria com base no Banco de Dados do Cecampe Sudeste (2025).

Podemos observar que no geral dos estados do Sudeste há uma margem de 20% das escolas que não aderiram o PDDE, e o Cecampe tem foco de apoio e monitoramento não só as escolas aderidas, mas também o incentivo e a orientação para proporcionar que essas escolas que estão fora do programa constituam suas Unidades Executoras e possam fazer parte, para receberem a verba suplementar completando os recursos das instituições almejando melhorias pedagógicas e nas infraestruturas das escolas.

Atualmente o PDDE apresenta a modalidade PDDE Básico e a modalidade Ações Integradas (PDDE Equidade e PDDE Qualidade). Esses recursos são disponibilizados em contas diferentes para as instituições. Sendo que o PDDE Básico é enviado para todas as participantes do programa em duas parcelas ao ano e as ações integradas são disponibilizadas a partir de regulamentos específicos que atendam cada especificidades de cada ação. Com isso o Cecampe produz conteúdos, *lives*, *ebooks*, diversos materiais, e ainda promove encontros presenciais para a formação dos gestores, que é quem faz o manejo do recurso federal, composto por diversas etapas a serem cumpridas de forma burocrática e complexa. Mas, além dessa preparação técnica, o Cecampe também se preocupa com a formação integral que abrange orientações de como esse recurso deve ser pensado para que ao ser adquiridos os materiais a escola aumente as possibilidades pedagógicas, investindo em qualidade, equidade e justiça social no ensino público do país.

Em um dos *ebooks* da coleção “Diálogos” produzidos pelo próprio Cecampe Sudeste como material de apoio é abordado a importância da reflexão dos pós execução de recurso. O processo não se finaliza ao entregar a prestação de contas, mas deve-se ter uma “[...]escuta ativa de todos os que compõem a escola; é primordial refletir sobre a aplicação consciente desses recursos e sobre seus fins, pois um bom planejamento é aquele que produz mudanças positivas” (Katrib; Santos, 2022), além disso é importante “[...] provocar nos gestores a atenção de se avaliar se a aplicação dos recursos produziu modificações exitosas na escola, [...] com o diagnóstico das transformações trazidas pela aplicação dos recursos na melhoria da qualidade da educação ofertada” (Katrib; Santos, 2022).

Para o Cecampe Sudeste há algumas bases epistemológicas e alguns conceitos principais para o direcionamento das formações e ações de assistência técnica como trazido no próprio sítio do centro

Os cursos de formação oferecidos pelo Cecampe Sudeste são pensados a partir de três princípios: **Gestão Democrática, Equidade e Educação Social e Etnicamente Referenciada**. Esses princípios direcionam um caminho com muitas aprendizagens, saberes e afetos, com o intuito de apoiar as políticas públicas do PDDE em toda a região sudeste (Cecampe Sudeste, [s.d.]).

Diante disso, é importante trazer para esse capítulo os conceitos de qualidade, equidade e justiça social que entendemos que fazem parte dos princípios de trabalho do Cecampe Sudeste.

Quando explicitamos a importância que o PDDE tem para as escolas em melhorias, entendemos como qualidade não aquela utilitarista que é expressa através de *rankings* e medidas com avaliações, mas um conceito que transmite cultura, cidadania e ética que gere oportunidade da formação integral de cada um que passa pela instituição, que oportunize um trabalho completo, com diversas possibilidades de aprendizagens, mas que também seja sensível e possível acolher as individualidades necessárias. A qualidade que se almeja na educação pública do Brasil é a que está diretamente ligada aos outros conceitos, onde o ensino deve ser ofertado de forma equitativa.

A equidade é um termo que supera o princípio de igualdade para todos, pois vivemos em uma sociedade em todos não estão no mesmo ponto de partida ou tem o mesmo nível de acesso aos recursos e oportunidades, com isso se reforçamos que todos devem ser tratados de forma igual para o Estado, conseqüentemente reforçaremos a desigualdade social. Como trazido por Bourdieu *apud* Azevedo (2013, p. 13),

[...] tratando a todos os educandos, por mais desiguais que eles sejam de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura. A igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou, melhor dizendo, exigida.

Com isso, entender a equidade, é compreender que as condições e ações executadas em prol da sociedade devem partir de ações equitativas baseadas em uma justiça que adotem medidas a compensar as desvantagens provocadas pelo sistema capitalista. E trazer esse princípio para a utilização dos recursos do PDDE, é enxergar a comunidade escolar em qual atua e investir em possibilidades que superem as desigualdades enfrentadas, dando acesso a melhores recursos para que ao longo do caminho a justiça social possa ser promovida.

Esse modo de almejar os alcances que o recurso do PDDE traz para as instituições, está ligada a outro conceito importante que o Cecampe Sudeste considera como base

principal, o princípio da gestão democrática. A gestão democrática é um princípio inerente à estrutura do programa, ancorando-se na legislação como a LDB 9394/1996. O princípio da gestão democrática na LDB (Lei nº 9.394/1996), estabelecido nos artigos 14 e 15, obriga que escolas públicas de educação básica adotem participação ativa da comunidade escolar (professores, pais, alunos e funcionários) em decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, valorizando conselhos escolares, grêmios e eleições de diretores.

A gestão democrática é, portanto, um princípio legal, tornando a escola um ambiente de construção coletiva e compartilhamento de responsabilidades. E o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) operacionaliza o princípio da gestão democrática ao descentralizar recursos financeiros diretamente para as unidades escolares, fortalecendo a autonomia e a participação da comunidade no planejamento e uso de verbas, com foco na transparência e melhoria da infraestrutura e pedagogia escolar. Considerando os aspectos da Gestão Democrática, pode-se afirmar que a gestão dos recursos do PDDE exige a organização da escola em uma UEx (ou Conselho Escolar), que atua na gestão financeira, promovendo a participação de pais, alunos, professores e funcionários.

Além disso, o PDDE, por ser um programa de descentralização financeira, remete à autonomia e tomada de decisão, onde na gestão desses recursos é possível que a comunidade escolar decida, de forma colaborativa, as prioridades de gastos, alinhando as necessidades da escola com o repasse financeiro, conforme as resoluções do FNDE. Essa gestão precisa ter como base os princípios de transparência, participação e democracia, exigindo prestação de contas dos recursos recebidos e a prestação de contas à comunidade, fortalecendo o controle social. Nessa direção, o PDDE é um mecanismo para concretizar a gestão democrática, buscando maior representatividade da comunidade escolar na administração dos recursos públicos e no fortalecimento da autonomia da escola. Mas vale ressaltar que, mesmo assim, ainda há inúmeros desafios nessa gestão, pois, apesar de promover a descentralização, a gestão democrática no PDDE ainda enfrenta dificuldades, como a necessidade de orientar a comunidade para a gestão de verbas e superar práticas administrativas conservadoras.

Considerando o princípio da gestão democrática, o Cecampe Sudeste reforça a importância de assegurar que a gestão dos recursos do PDDE seja realizada a partir de tal princípio, em suas publicações e durante as formações oferecidas, como no livro

“Políticas de Descentralização Financeira na Educação Brasileira: O Programa Dinheiro Direto na Escola em foco”, onde há seções dedicadas a essa temática relacionando a discussão da importância de uma gestão pautada na democracia para a execução do PDDE e trazendo dados do Ideges que mostram a relação do bom desempenho de escolas do sudeste com a presença da associação de pais e mestre. Contudo é importante destacar que “democratizar a escola pública abrange também assegurar condições e mecanismos de participação dos membros na gestão dos recursos descentralizados, entendida aqui como um ato pedagógico, para além da dimensão técnica” (Santos, Gandolfi, 2022, p. 56).

A equipe do Cecampe Sudeste conta com diversos profissionais dentro da Universidade Federal de Uberlândia que abrange a professores, técnicos administrativos e discentes bolsistas tanto da pós graduação como da graduação, além de parceiros externos de diferentes municípios que atuam diretamente com a gestão do PDDE no âmbito das Entidades Executoras, compondo uma equipe multidisciplinar que atua em diferentes áreas, gerindo as diversas maneiras de colaboração e apoio que o Cecampe Sudeste oferece. Contudo é importante destacar as produções e atuações que o Cecampe Sudeste tem desenvolvido ao longo desses 4 anos de monitoramento do PDDE no Sudeste do Brasil.

No banco de dados do Cecampe Sudeste encontramos todas as produções e informações aos cursos realizados, além das cartilhas orientadoras e do direcionamento de cursos online. Também é um espaço para o gestor e toda a população em geral acessar com facilidade os dados do censo escolar, os códigos do Inep que representam cada instituição e modelos de tabelas para acompanhamento financeiro, guia do FNDE e legislações importantes que regem o programa. Esse sítio é encontrado no portal do PROEXC UFU.

A partir disso, apresentaremos nas próximas seções um mapeamento das ações do Cecampes Sudeste que foram observadas a partir da organização de tempo, primeiro biênio (2021-2022) e início do quadriênio (2023- 2027). As formações foram explicitadas separadas nesse marco temporal para que a observação das ações do Cecampe Sudeste possa ser estudada e entendidas ao longo de sua construção.

4.1. As ações e produções no banco de dados do Cecampe Sudeste

Como já apresentado nessa seção, o Cecampe Sudeste tem atuações diversas para que os diretores das escolas consigam encontrar apoio e orientações ao gerir o recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola. Apesar de muito burocrático, o Centro vem auxiliando para que os erros sejam minimizados ao longo do processo, e a partir disso, além das formações e assistência técnica ofertadas, no sítio do Cecampe Sudeste é possível encontrar um banco de dados com diversas produções mapeadas com a temática do PDDE e tudo que possa contribuir para o assunto.

Há um espaço destinado a cartilhas e *ebooks* produzidos pela equipe e por convidados estudiosos do assunto. Nesse espaço contamos com a produção de uma coleção com sete volumes, lançados até o momento, com o nome de “Coleção Diálogos” e nesses volumes as temáticas são sobre unidades executoras e como constituí-las, a execução do PDDE e o painel de avaliação do Ideges, as ações agregadas, o pós execução do PDDE, orientações sobre o cartão do PDDE e sobre transporte escolar, abordagens sobre a diversidade étnico racial e a inclusão, além de uma edição esclarecendo dúvidas gerais sobre o programa. A coleção "Diálogos Cecampe Sudeste" oferece aos gestores temas diversos sobre a gestão dos recursos do PDDE e que são utilizados nas ações do Cecampe Sudeste, da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. O teor da coleção é proporcionar “novas percepções dialógicas, democratizando um pouco mais as discussões [...] para se pensar e reelaborar os modos de pensar e agir sobre políticas públicas de financiamento como é o caso do PDDE¹⁰.”

¹⁰ Fonte: <https://www.culturatrix.com/colecao-dialogos>.

Figura 5: Coleção Diálogos



Fonte: Cecampe Sudeste¹¹.

Outras publicações importantes também estão disponíveis, como a produção do livro “DIÁLOGOS COMO PDDE: vivências, experiências e boas práticas” que traz doze capítulos. Essa coletânea é resultado das ações desenvolvidas pelo Cecampe Sudeste e apresenta as experiências de gestores da região sudeste com as políticas públicas de financiamento da educação, especialmente com a gestão dos recursos do PDDE. O Cecampe Sudeste em parceria com o FNDE realizou entre os anos de 2020 e 2022, uma série de ações formativas com gestores escolares onde foram coletados relatos significativos do uso consciente dos recursos financeiros suplementares do PDDE, passando a compor a coletânea em questão, apresentando experiências exitosas na gestão dos recursos.

¹¹ Disponível em: <https://www.culturatrix.com/colecao-dialogos>.

Figura 6: Diálogos com o PDDE



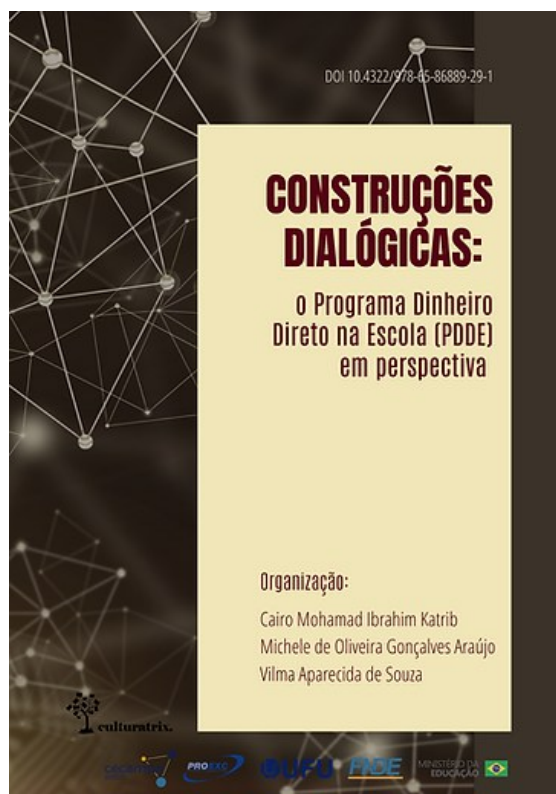
Fonte: Fonte: Cecampe Sudeste¹².

Os *ebooks* “Construções Dialógicas: O programa PDDE em perspectiva” que contém oito capítulos e “Políticas de Descentralização Financeira na educação brasileira: O Programa Dinheiro Direta na Escola em foco” com doze capítulos, são outras produções onde são abordadas diversas temáticas que enriquecem o conhecimento daqueles que buscam conhecer mais sobre o programa PDDE, além de contribuir com a problematização de temas importantes quando abordamos o financiamento da educação com vistas em uma proposta de melhorias na qualidade da educação pública.

O *ebook* "Construções Dialógicas: O programa PDDE em perspectiva" é uma coletânea organizada por Cairo Katrib, Michele Araújo e Vilma de Souza, focada em analisar criticamente o PDDE. A obra apresenta um levantamento bibliográfico da produção acadêmica sobre o PDDE, trazendo recortes de várias pesquisas sobre o tema. A análise da produção acadêmica sobre o PDDE evidencia diferentes perspectivas e enfoques da política, destacando a relevância do programa ao longo dos anos.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/DilogoscomoPDDE.pdf>.

Figura 7: Construções Dialógicas: O programa PDDE em perspectiva



Fonte: Cecampe Sudeste¹³.

A coletânea “Políticas de Descentralização Financeira na educação brasileira: O Programa Dinheiro Direto na Escola em foco” apresenta diferentes aspectos concernentes ao PDDE, evidenciando as potencialidades e desafios da política no chão das escolas públicas de Educação Básica. A coletânea apresenta análises importantes para o debate sobre esta política pública e do financiamento da educação, condição imprescindível para a garantia do direito à educação. Tais análises partem de aspectos teórico-conceituais e metodológicos para problematizar o processo de implementação do PDDE, tendo como pano de fundo a defesa dos princípios da gestão democrática e da educação social e etnicamente referenciada como sustentáculos das diretrizes operacionais do PDDE.

¹³ Disponível em: <https://www.culturatrix.com/construções-dialógicas>.

Figura 8: Políticas de Descentralização Financeira na educação brasileira



Fonte: Cecampe Sudeste¹⁴

Além da produção de ebooks, em seu banco de dados, o Cecampe fornece de forma rápida o acesso as diversas legislações que regem o programa, ampliando o repertório de conhecimento. Ainda disponibiliza uma aba com o guia de orientações do PDDE produzido pelo Cecampe Sudeste, com o passo a passo a ser seguido, pensado de forma didática para que o gestor encontre suporte durante momentos de dúvidas.

Outras atuações interessantes que são desenvolvidas com objetivo de levar as discussões convergentes ao programa de forma mais lúdica são os “webinars”, palestras virtuais, transmitidas de forma ao vivo, mas que se permanecem gravadas na plataforma para acessos posteriores, com o intuito de trazer uma pauta abordada e interação através de perguntas e discussões levantadas nos *chats* transmitidos pelo canal do Cecampe Sudeste no *youtube*. O Centro também possui uma conta no *instagram* que produz as quintas-feiras, *lives* denominadas “Dedo de prosa” com convidados que são autoridades

14 Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/PoliticasdeDescentralizaofinanceiranaEducaoBrasileira.pdf>.

em assuntos diversos que esteja associado ao PDDE e suas similaridades, levando conhecimento com um formato mais leve, remetendo-se a uma conversa informal.

De modo mais formal, voltado para o meio acadêmico, mas que é aberto a todos que interessar, há o grupo de estudos GEPEFES (Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão, Financiamento da Educação e Equidade) que conta com a participação de debatedores estudiosos do PDDE de forma geral ou em viés específicos, que trazem dados e discussões enriquecendo as pesquisas de outros membros e gerando conhecimento para os demais. E um diferencial do Cecampe do Sudeste que não poderia deixar de ser abordado é o Cecampe Atende. Que é a disponibilização de pessoal com aptidão para sanar as dúvidas enviadas. De acordo com o que traz o sitio o objetivo é,

Acolhe demandas apresentadas pelas Entidades Executoras (Eex), Unidades Executoras Próprias (Uex) e Entidades Mantenedoras (EM) sobre a aplicabilidade legal dos recursos federais oriundos do PDDE e suas ações integradas. Isso é feito por meio de escuta ativa das dúvidas ligadas ao uso dos recursos do PDDE e respondidas por uma equipe técnica preparada para isso (Cecampe Sudeste, [s.d.]).

Esse atendimento pode ser feito em diversas vias, presencialmente na Universidade Federal de Uberlândia, aos sábados com horário agendado, também podem ser enviadas por e-mail ou *WhatsApp* e ainda há a possibilidade de agendar um webconferência com a equipe responsável.

Diante de tamanha oferta de produções, materiais e inovações para gerar conhecimento e sucesso na execução, no processo de pensar o financiamento da educação como um artifício de melhoria para as instituições, é possível entender que o trabalho dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais, em especial o do Sudeste que foi abordado nesse capítulo, tem missão de dar suporte para a transformação e evolução da educação referenciada em qualidade, equidade e justiça social com o suporte do recurso federal do PDDE. E podemos compreender que esse trabalho vem sendo executado de maneira eficiente ao propor diversas formas de levar esse conteúdo para a região Sudeste, observando meios de ampliar o acesso e facilitar a informação.

Além disso, o Cecampe Sudeste tem como principal trabalho as formações oferecidas de forma presencial e online para melhorar o conhecimento sobre o recuso do PDDE, essas formações serão apresentadas nas próximas seções para compreendermos como tem sido as contribuições dessas ações com os gestores.

4.2. Primeiro biênio (2021-2022): As formações: Sensibilizações e Trilhas do PDDE

O Cecampe Sudeste deu partida com a estruturação do Curso Trilhas do PDDE em formato presencial e posteriormente em formato *online*. Com isso foram as diversas cidades do Sudeste fornecendo conhecimento, momento denominado de “sensibilizações” com título de formação “Diálogo com gestores”, isso ocorreu no primeiro biênio de atuação do centro. Nesse processo foram visitados de forma presencial no estado de Minas Gerais as cidades: Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Prata, Monte Carmelo e Montes Claros, Patos de Minas e Uberaba. No modo *online* foram ofertados os cursos para as cidades: Montes Claros, Betim (em duas datas diferentes), Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo, e uma conferência direcionada a todos os gestores da região.

No Estado de São Paulo de forma presencial foram visitadas as cidades de São José do Rio Pardo, Mococa, Piracicaba e Ribeirão Preto (em duas datas diferentes). Na modalidade remota foi direcionado as cidades, Santo André e Mauá (oferecidas em dois horários diferentes no mesmo dia) e Região do ABC Paulista. Para o Rio de Janeiro a modalidade presencial foi ofertada apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas contou com a participação de gestores do Rio de Janeiro, Mendes, Paty do Alferes, Piraí, Pinheiral, São Gonçalo, Rio Bonito, Iguaba Grande, Duque de Caxias, Magé e Arraial do Cabo. E a modalidade virtual não foi oferecida. Finalizando, a região do estado do Espírito Santo contou com a sensibilização apenas em formato virtual direcionada para todo o estado e teve duas reuniões direcionadas a cidade de Vitória que ocorreram no mesmo dia em horários diferentes.

Quadro 2: Cidades onde foram ofertadas as formações denominadas "Diálogos com gestores"

MINAS GERAIS	PRESENCIAL: Uberlândia, Araguari, Ituiutaba, Prata, Monte Carmelo e Montes Claros, Patos de Minas e Uberaba. <i>ONLINE</i> : Montes Claros, Betim (em duas datas diferentes), Belo Horizonte, Ribeirão das Neves e Pedro Leopoldo.
SÃO PAULO	PRESENCIAL: São José do Rio Pardo, Mococa, Piracicaba e Ribeirão Preto (em duas datas diferentes).

	ONLINE: Santo André e Mauá (oferecidas em dois horários diferentes no mesmo dia) e Região do ABC Paulista.
RIO DE JANEIRO	PRESENCIAL: Rio de Janeiro, mas contou com a participação de gestores do Rio de Janeiro, Mendes, Paty do Alferes, Pirai, Pinheiral, São Gonçalo, Rio Bonito, Iguaba Grande, Duque de Caxias, Magé e Arraial do Cabo.
ESPÍRITO SANTO	Apenas em formato virtual direcionada para todo o estado.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Além das “sensibilizações” nesse primeiro biênio, foram ofertados o curso “trilhas no PDDE CECAMPE”, que teve como temática as “perspectivas para práticas bem sucedidas no PDDE”. Sendo formações mais abrangentes em relação ao recurso com maior duração de carga horária e consequentemente maior conteúdo oferecido. Em Minas Gerais, Uberlândia contou com dois dias de curso, recebendo em média 300 gestores nos dois dias, pois além dos gestores da cidade também participaram os das cidades vizinhas como Araguari, Araporã, Campina Verde, Indianópolis, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Prata, Tupaciguara, Cachoeira Dourada e Santa Vitória. O Curso ofertado em Montes Claros capacitou em torno de 80 gestores, contando com a participação das cidades Fruta do Leite, Itacambira, Japonvar, Josenópolis, Juramento, Luislândia, Magna, Montalvânia, Olhos D’água, São João da Ponte e São João do Pacuí. Em Ibirité, região metropolitana de Belo Horizonte teve a mobilização de 150 gestores, abrangendo as cidades de Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Esmeralda, Igarapé, Mário Campos, Moema, São Joaquim de Bicas, Sarzedo. Também foi ofertado em Belo Horizonte com a participação de 300 agentes educacionais que atingiram cidades vizinhas que ampliaram as suas participações, pois já haviam participado em Ibirité, mas novas cidades ingressaram pela primeira vez, nesse curso, como é o caso de Jaboticatubas, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Santana do Riacho, Vespasiano. E teve o curso ofertado na cidade de Aimorés.

Além de todos esses cursos oferecidos em Minas Gerais e conseguir atingir a tantos gestores de cidades diferentes orientando-os e tornando suas práticas bem-sucedidas, o Cecampe também produziu um encontro com a UNDIME, que aconteceu no

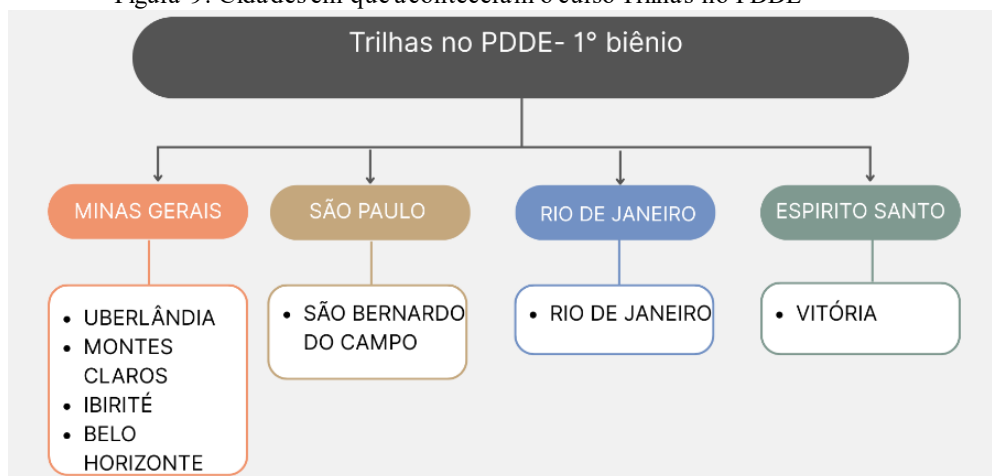
TJMG em Belo Horizonte, os temas centrais discutidos foram o “Plano de Carreira e Remuneração” e “Educação no Contexto Social e PDDE”.

O curso trilhas do PDDE no estado de São Paulo oferecido de forma presencial teve como local de encontro a cidade de São Bernardo do Campo na Universidade Federal do ABC, abrangendo o curso para os gestores de: Boituva, Diadema, Indaiatuba, Mauá, Palmital, Papagaios, Ribeirão Pires, Santo André e São Paulo.

Já no Rio de Janeiro o curso teve local de encontro a cidade do Rio de Janeiro no Centro Federal de Educação Tecnológica contando com a presença de municípios circunvizinhos como Barra do Piraí, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Carapebus, Duque de Caxias, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Itabaraí, Japeri, Mendes, Niteroi, Nova Iguaçu, Paty do Alferes, Petrópolis, Piraí, Quatis, Quissamã, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti compartilhando aprendizagens com 160 gestores.

E no estado do Espírito Santo, houveram dois encontros na cidade de Vitória, capital do estado, mas que contou com a presença de gestores de mais de 30 cidades vizinhas, como Afonso Cláudio, Águia Branca, Aracruz, Baixo Guandú, Barra de São Francisco, Brejetuba, Cariacica, Colatina, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Fundão, Governador Lindenberg, Ibiracú, Itaguaçu, Itarana, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Marechal Floriano, Marilândia, Mucurici, Nova Venécia, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Mateus, São Roque do Canaã, Serra, Viana, Vila Velha.

Figura 9: Cidades em que aconteceram o curso Trilhas no PDDE



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ainda em 2021 o Cecampe Sudeste deu início ao curso TRILHAS do PDDE no formato EAD que foi ofertado na plataforma do Moodle, com certificado de extensão de 60h, sendo realizado de forma totalmente gratuita, podendo atingir ainda mais gestores, que além de aprender com as atividades oportunizadas teve acesso ao material compartilhado na plataforma para uso posterior em momento de dúvidas na execução.

Com isso o Cecampe Sudeste terminou o primeiro biênio com inúmeras formações promovidas na região, levando informações importantes para o sucesso desses gestores com o manejo dos recursos do PDDE, além de ressaltar a conscientização dos pilares importantes que o centro traz como princípio para uma educação de qualidade. Diante de sua continuidade da parceria da UFU com o FNDE o Cecampe Sudeste continuou com suas ações nos próximos anos.

4.3. Primeiro ano do quadriênio (2023- 2027): Caminhos Compartilhantes com o PDDE

No quadriênio (2023-2027) de atuação da Universidade Federal de Uberlândia no Cecampe Sudeste, a equipe responsável pelo centro reestruturou as bases epistemológicas que representam os caminhos a serem compartilhados reforçando a importância dessa formação integral com os gestores de toda a região. Nos cursos presenciais que recebeu o título de “Caminhos Compartilhantes do PDDE” as temáticas seguem o mesmo princípio, mas adotaram novas metodologias, de forma que conseguissem dar foco nas limitações e possibilidades que o recurso traz e fortalecendo a escuta ativa. Já para os cursos no formato EAD foi proposto cadernos temáticos direcionados para cada etapa de atuação com o recurso e com suportes teóricos que ajudem os gestores a pensar sobre como aplicar o recurso na sua instituição. A partir da pesquisa no sítio do Cecampe Sudeste e no Relatório de Formação Presencial - Produto 19, podemos conhecer como foram desenvolvidas essas atividades no primeiro ano desse quadriênio, compreendendo o período de setembro de 2023 à julho de 2024.

Neste quadriênio, foi ofertado os cursos presenciais em Minas Gerais em algumas cidades. A primeira formação em fevereiro de 2024 foi em Ituiutaba, que aconteceu no campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia com 116 inscritos para o evento, porém com 87 participações. Essa formação abrangeu outras cidades vizinhas como

cachoeira dourada, Canapólis, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Lucélia e Santa Vitória. O evento contou com 8h de duração trabalhando com mesas dialogadas com o tema “Planejamento sobre a Execução do PDDE por meio da Gestão Democrática” e também aconteceram oficinas temáticas. Em abril a cidade escolhida para a formação foi Paracatu, com a mesma carga horária habitual de 8h, sendo sediada em dois locais diferentes no turno da manhã aconteceu no auditório da prefeitura da cidade e a tarde na Faculdade UniAtenas. Houve a inscrição de 170 gestores, porém a participação de 132 contando com gestores de outras cidades como, Brasilândia de Minas, Guarda Mor, João Pinheiro e Lagoa da Prata. Os planejamentos das atividades seguem o mesmo princípio da outra formação e a temática para a mesa dialogada também.

Na cidade de Uberlândia o evento aconteceu em junho na Universidade Federal de Uberlândia, campus Santa Mônica seguindo o mesmo padrão de evento ofertado nessa nova estruturação do Caminhos Compartilhantes com o PDDE, mesma carga horária e organização. Na mesa dialogada foi dividida em duas temáticas “Políticas Públicas do PDDE” primeiramente e “Planejamento sobre a Execução do PDDE por meio da Gestão Democrática” que é a tradicional mesa utilizada nos cursos de formação. Essa formação contou com o maior número de participantes e também com maior número de pessoal vindo de cidades da região. Foram 278 inscrições e 234 participantes, contando com a presença das cidades de Araguari, Araporã, Campina Verde, Centralina, Horonópolis, Indianópolis, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte, Prata e Tupaciguara.

Ao fim do mês de junho aconteceu o XXII Seminário Estadual Undime – MG: Educação de Qualidade e Equidade. Caminho a ser trilhado com segurança social, inclusão, empreendedorismo, gestão eficiente e eficaz na cidade de Jaboticabal, esse evento durou o período de três dias de formação com diversas oficinas ofertadas. O Cecampe Sudeste ministrou 4 (quatro) oficinas com as temáticas prestação de contas: “estudo de caso; gestão baseada em evidências (dados) diagnósticos e avaliação; formação Básica PDDE - adesão, execução e prestação de contas; e educação antirracista e PDDE: uma relação possível” (Cecampe, 2025, p.70).

No estado de São Paulo o Cecampe Sudeste realizou a formação presencial no mês de maio na cidade de Itaquaquecetuba, sendo ofertado em três dias com parceria firmada com a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação) no evento XXVIII Encontro Estadual dos Conselhos Municipais da Educação do Estado de

São Paulo. O local disponibilizado para a realização foi a Associação Brasileira da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. A temática geral do evento era “O inimaginável, o sensível e o pluralismo do Fantástico Mundo das Infâncias: reflexões necessárias à ação conselheira”. No desenvolvimento do evento aconteceram mesas redondas e oficinas temáticas.

Contudo, conseguimos acompanhar como o Cecampe Sudeste deu encaminhamento nas suas ações com os gestores do Sudeste produzindo formações cumprindo seus objetivos de levar maior conhecimento sobre o Programa Dinheiro Direto na escola. O centro também continuou com suas ações no formato online e EaD, produzindo webnários e reofertando a formação continuada pela plataforma do *Moodle*.

Para maior conhecimento de como essas formações têm refletido nos gestores participantes na próxima seção vamos mapear os dados apresentados no Relatório de Formação Presencial - Produto 19, evidenciando a opinião dada pelos participantes, através de formulários *online*, das formações do primeiro ano do quadriênio (2023-2027) do estado de Minas Gerais, contemplando as cidades de Ituiutaba, Paracatu e Uberlândia.

4.3.1. “Caminhos Compartilhantes com o PDDE” - Minas Gerais: Abordando os questionários iniciais e finais de avaliação

A partir da análise do relatório das formações presenciais referente aos meses de setembro de 2023 a julho de 2024 (ano 1 do quadriênio 2023-2027) que apresenta um compilado de informações sobre o que foi executado nas formações realizadas em Minas Gerais, denominada “Caminhos compartilhantes com PDDE” na 2ª edição do Cecampe Sudeste, realizamos o levantamento dos dados para apontarmos algumas considerações. Isso ocorreu a partir das avaliações preenchidas pelos participantes, nos formulários oferecidos ao início e ao final do curso, traçando perfil, desejos principais sobre as temáticas abordadas e como consideraram a formação oferecida. Faremos um comparativo desses dados apresentados pelos gestores das formações de Ituiutaba, Paracatu e Uberlândia.

É importante lembrarmos o quantitativo de participantes em cada formação para seguirmos com as porcentagens analisadas nas respostas. Em Ituiutaba foram 87 pessoas presentes, em Paracatu 132 e, em Uberlândia 234, ressaltando que mesmo a formação

tendo ocorrido nessas cidades contaram com a participação de pessoas de cidades vizinhas. A partir das respostas oferecidas no relatório inicial é possível traçar o perfil dos participantes, podemos observar a predominância nas três formações do público feminino ser majoritariamente maior, sendo que em Ituiutaba representou 59,7%, em Paracatu essa porcentagem é ainda maior sendo 64,7% mulheres e em Uberlândia ainda superou sendo 91,4% das participantes. Outro dado importante é que a maioria participante são gestores escolares que buscam conhecer mais sobre o PDDE, sendo representados em 41% na cidade de Ituiutaba, 49% em Paracatu e 66,6% em Uberlândia, com isso sabemos que houve a participação de pessoas representantes de outros cargos como auxiliares administrativos e professores.

É importante refletir o fato de predominantemente a presença serem de mulheres, historicamente acompanhamos a ascensão da classe feminina no mercado de trabalho e na luta pela inserção na sociedade como sujeito atuante e com voz de decisão. Como apontado por Kanan (2010, p.4),

[...] é tão importante quanto atual refletir sobre a liderança da mulher nas organizações de trabalho, pois de acordo com o relatório “Tendências Mundiais do Emprego para as Mulheres 2007”, produzido pela Organização Internacional do Trabalho– OIT, o número de mulheres participando do mercado de trabalho não tem precedentes. Segundo a OIT, há estimativas que indicam que, em 2006, havia 2,9 bilhões de trabalhadores no mundo, dos quais 1,2 bilhões eram mulheres. Paradoxalmente a esses números, um levantamento inicial a respeito indica que não apenas no Brasil, mas em todos os continentes, o número de mulheres que ocupam ou já ocuparam posições elevadas na hierarquia das organizações não é expressivo.

Ao nos depararmos com o dado de que as mulheres têm assumido esse papel de liderança, visto que a maioria participante da formação assume o cargo de gestor escolar, podemos considerar um avanço para a classe feminina no Brasil, considerando que as mulheres não só assumem em sua maioria as salas de aula, que também está atrelada a história da Pedagogia o fato de serem maior presença dentro das instituições de ensino, mas passam a assumir cargos de liderança dentro das instituições. Sabemos que, a sociedade ainda apresenta dificuldades para a aceitação de mulheres assumindo cargos de poder, e com isso a mulher precisa está em constante aprendizado para provar a toda a sociedade machista que é merecedora de assumir a posição que está, mas é importante evidenciar que vem assumindo gradativamente.

Ainda traçando o perfil inicial dos cursistas nas três formações a idade média da maioria dos participantes eram de 41 a 50 anos, e ao saber que a maioria representa

peessoas da gestão escolar os dados mostram que esses apresentam como formação o superior completo, sendo 56,8% em Ituiutaba, 64,7% em Paracatu e 73,5% em Uberlândia. Em relação a esfera de atuação em Ituiutaba e Paracatu a maioria do pessoal representava os municípios, com uma porcentagem de 71,5% e 54,1% respectivamente, já em Uberlândia 86,7% dos cursistas presentes eram da esfera estadual de ensino.

Ao avaliar os dados, podemos entender que o fato desses cursistas constituírem gestores escolares e ter como formação mínima o superior completo é um reflexo do avanço da legislação da educação brasileira, onde tem a disposição artigos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define essas exigências que são um avanço para o quadro do magistério. É possível visualizar onde diz,

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Lei nº 13.415, 2017).

E, além da exigência para a atuação docente, a legislação também traz em seu texto requisitos para a atuação profissional em outras áreas do sistema de ensino, o que consequentemente fica atrelada a exigência de formação mínima em superior completo. Como podemos ver no art. 67,

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico (Lei nº 9394, 1996).

Finalizando esse perfil inicial dos participantes, eles responderam se já haviam participados dos eventos do Cecampe Sudeste, em Ituiutaba 60,3% nunca haviam participados das ações, em Paracatu 61,1% também nunca participaram e em Uberlândia 73% nunca participaram. Também relataram o nível de experiência de atuação com o PDDE, ressaltando que o gestor escolar está diretamente ligado a execução do Programa dentro de suas instituições de ensino, e com isso as declarações dizem que em Ituiutaba 41% tem alta experiência e 32% diz ter média, compondo a maioria; em Paracatu traz um dado diferente do esperado diante das informações anteriores, onde 31% diz ter baixa conhecimento no assunto e 29% alta, transparecendo uma porcentagem muito alta de

gestores com pouco conhecimento sobre um dos programas mais importantes e longevos de financiamento da educação no Brasil, que é suporte suplementar para dentro das instituições. Em Uberlândia 43,2% tem alto conhecimento e contato e ainda 23% média.

Em relação aos questionamentos direcionados as questões do PDDE, ainda no relatório inicial foi perguntado o que dificulta a gestão dos recursos e é interessante observar a unanimidade das respostas desses gestores do estado de Minas Gerais que revelam como maior problema a falta de conhecimento técnico, e também a prestação de contas exaltando a dificuldade dos gestores em lidar com a parte burocrática do processo. Revelado nos dados onde em Ituiutaba são 45%, em Paracatu 55% e em Uberlândia 54,8%. Porém uma grande parte dos participantes também revelam que a ausência de autonomia pedagógica e financeira para desenvolver projetos pedagógicos de acordo com a realidade da escola prejudica essa execução. Entendemos que o programa não permite que a verba suplementar seja gasta com quaisquer produtos, mas deve seguir uma listagem que é compreendida para a melhoria da qualidade pedagógica e de infraestrutura.

Já para o questionamento direcionado ao principal interesse em temáticas ligadas ao PDDE, a resposta mais escolhida foi a execução do recurso ligada a utilização adequada e as formas de pagamento e o segundo ponto que chama a atenção é a prestação de contas, um tema amplamente discutido pelo FDNE, que vem atualizando e consequentemente sistematizando essa etapa objetivando uma forma mais suscinta e informatizada.

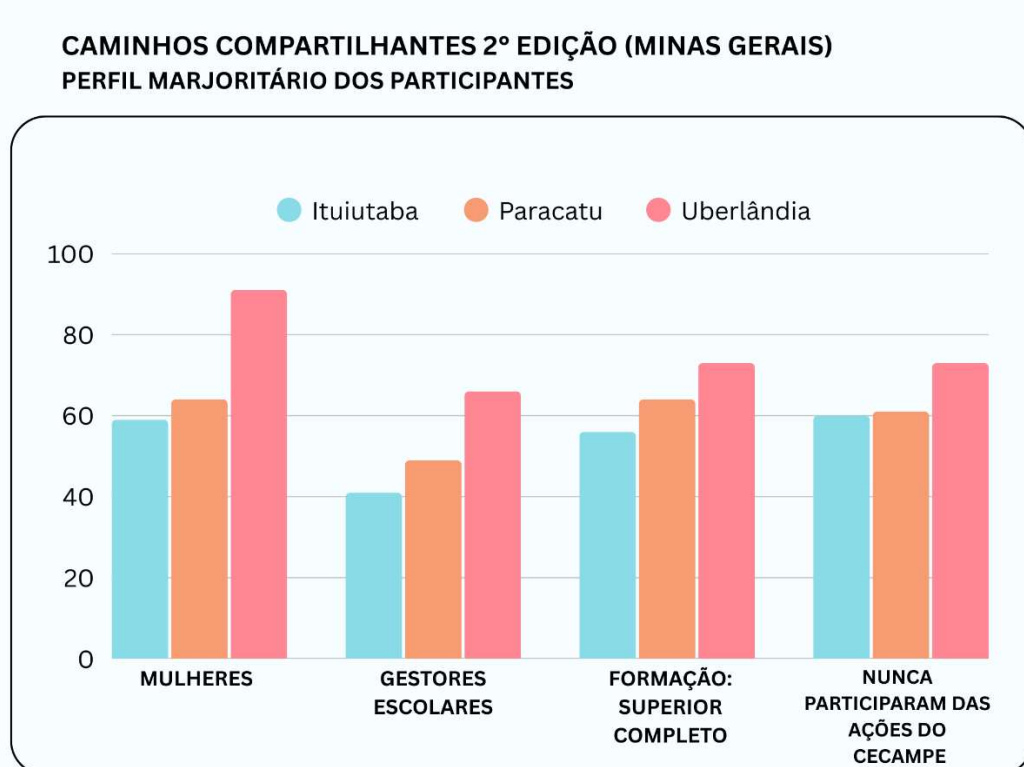
A partir dessas respostas relacionadas a atuação do PDDE, relaciono com a pesquisa de Andreia Mafassoli (2017), que através de análise de estudos sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola e a atuação de gestores baseando-se em diversas fontes para reunir contribuições e informações que compõe sua pesquisa chega a um panorama de compreensão sobre como é a relação desses gestores com o PDDE, e um de seus apontamentos sobre as fragilidades está diretamente relacionado a respostas que ainda em 2024 gestores apresentaram como sendo uma dificuldade, onde diz

Indico como fragilidades na implementação do PDDE: a presença de uma autonomia relativa nas escolas, pois esta foi outorgada a ações específicas, determinadas pelo próprio Programa, sem possibilidade de efetivo poder de decisão; as decisões centralizadas sobre os gastos públicos e seu rigoroso controle por parte do governo federal, inclusive, com os recursos sendo fixados para despesas de custeio e de capital. Essa falta de autonomia promove a manutenção da dependência da UEx ao centro do sistema (Mafassoli, 2017, p. 268).

Porém, com as atualizações do programa atualmente é possível definir a porcentagem que a instituição deseja receber em custeio e capital, conseguindo assim organizar melhor as suas prioridades dentro das escolas. Além disso é importante destacar que as instituições também recebem outras verbas das esferas estaduais ou municipais que são direcionadas para outros gastos específicos. Contudo, apesar da burocracia para o manejo com o recurso, não podemos desconsiderar que se trata de uma verba pública, e que todo o processo se torna imprescindível para maior transparência fiscal para a população.

Para melhor visualização do comparativo das formações realizamos a proposta de um gráfico com os dados coletados, evidenciando as respostas que traçam semelhança nas três formações desse perfil inicial dos cursistas de Minas Gerais desse período estudado.

Gráfico 4: Comparativo do perfil dos cursistas nas diferentes cidades, considerando a maioria



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no Relatório Produto 19 das formações oferecidas pelo Cecampe Sudeste (2025).

Após a formação oferecida nas diferentes cidades contando com as mesas dialogadas e as oficinas temáticas foi disponibilizada uma avaliação final aos participantes referente

ao que foi experienciado no curso. Como apresentado no Relatório Produto 19 do Cecampe

As questões do formulário final diziam respeito aos seguintes aspectos: qualidade do conteúdo abordado nas mesas dialogadas (período da manhã) e nas oficinas; a metodologia, didática, domínio de conteúdo e linguagem utilizada nas oficinas; a organização geral do evento e a pertinência dos temas abordados (Cecampe, 2024, p.59).

A avaliação final contava com questões de múltipla escolha com diversas escalas (ótimo, bom, regular e ruim; sim e não; muito importante, importante, pouco importante e nada importante, notas de 1 a 10, entre outras). E questões abertas para que os participantes expressassem livremente os seus comentários. Nesta pesquisa abordaremos apenas as questões expressadas de forma classificatória, expressada por meio das porcentagens ressaltando o que diz a maioria dos participantes em relação as formações oferecidas pelo Cecampe Sudeste nessas três cidades.

A primeira questão foi sobre a qualidade do conteúdo abordado na mesa dialogada no período da manhã, ressaltando que a temática discutida foi “Planejamento sobre a execução do PDDE por meio da gestão democrática” nas três formações, porém, Uberlândia contou com uma segunda temática tratando “Políticas Públicas do PDDE. Tendo como resposta positiva onde a maioria dos participantes consideraram como ótima esse momento da formação, expressando 87,5% em Ituiutaba, 81,4% em Paracatu e 54,5% em Uberlândia.

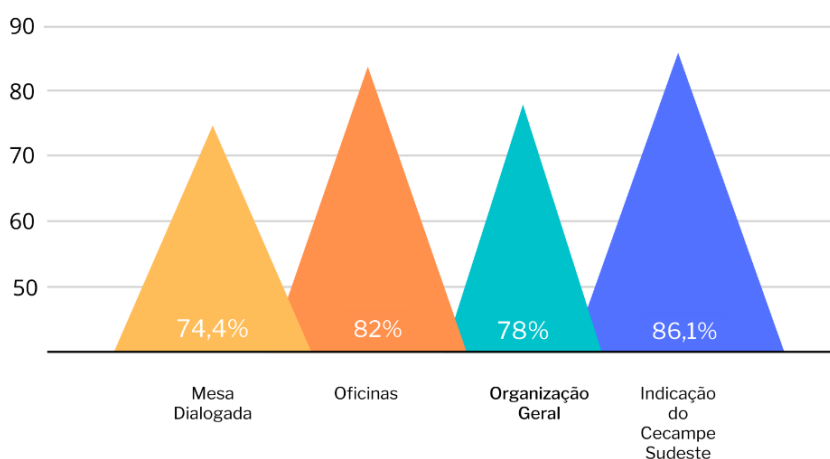
Em relação as oficinas ofertadas no período da tarde foi disponibilizado no formulário 5 questões a serem avaliadas, qualidade do conteúdo abordado nas oficinas que tiveram como temáticas assuntos apontados durante as inscrições, teve como média das três cidades um percentual de 84% considerando como ótimo, em relação a metodologia utilizada 80% consideraram ótimo, para a linguagem utilizada também obteve uma média de 80% considerando como ótimo, avaliando a didática dos formadores 81% avaliou como ótimo, para o domínio do conteúdo sendo apresentado com clareza e objetividade a média é de 85% considerando ótimo, o que expressa que nas três formações as oficinas forma muito bem avaliadas pelos cursistas. Em relação a organização geral do evento em Ituiutaba 83,3% disseram que foi uma ótima organização, em Paracatu 84,5% e em Uberlândia 66,2%. Com isso pode-se dizer que o evento em sua execução atingiu excelência na entrega da melhor proposta possível e agradou a maioria dos frequentadores.

Quando questionado aos participantes se já havia conhecimento prévio dos assuntos abordados, pouco mais da metade das pessoas, em uma média das três formações 50% responderam sim, conseqüentemente o restante das pessoas conheciam parcialmente ou não conheciam sobre as temáticas abordadas e estariam entrando em contato com o assunto pela primeira vez.

Em relação a importância do conteúdo na formação de Ituiutaba 91,7% do público considerou muito importante, em Paracatu 89,6% também considerou como muito importante e em Uberlândia 82,6% consideraram muito importante. Finalizando as questões por classificação do formulário de avaliação final foi questionado se indicariam o Cecampe Sudeste para um amigo em uma escala de 1 a 10, considerando 9 e 10 como grandes chances de indicação, em Ituiutaba 91,7% indicariam muito, em Paracatu 86,6% e em Uberlândia 80,2% das respostas. Para melhor visualização de como essas ações se traduzem nos dados de forma positiva apresentamos mais um gráfico para facilitar a visualização do reconhecimento dessas ações por parte dos cursistas.

Gráfico 5: Avaliação final sobre as ações do Cecampe Sudeste

AValiação FINAL: MÉDIA GERAL DAS FORMAÇÕES DE ITUIUTABA, PARACATU E UBERLÂNDIA CONSIDERADAS COMO ÓTIMAS.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no Relatório Produto 19 das formações oferecidas pelo Cecampe Sudeste (2025).

Finalizo o comentário desses levantamentos de dados apresentados pelo Cecampe Sudeste com a importância que os centros têm feito na propagação de informação de qualidade a esses gestores. Onde os dados mostraram que a formação “Caminhos Compartilhantes” contribuiu com a relação e conhecimento sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, ajudando a minimizar os erros e facilitando o entendimento da importância de uma boa execução para alcançar mais recursos consequentemente caminhando para a melhoria na qualidade. Considerando que o Cecampe Sudeste tem estruturado a trajetória da segunda edição a partir de questionamentos como,

[...] quais são as pessoas atendidas pelo programa PDDE?; de que forma a utilização dos recursos, a partir da compreensão do arcabouço jurídico e normativo para a implementação do PDDE, poderá impactar em cada comunidade escolar e na qualidade da educação ofertada?; Como promover ações que reverberem para além do relatório de execução orçamentária, por meio de uma gestão descentralizada dos recursos do PDDE, a partir de uma perspectiva compartilhante, envolvendo as pessoas que desse caminho fazem parte, por meio da gestão democrática? (Cecampe Sudeste, 2025, p. 5).

Por fim, pautando nos princípios norteadores, observamos que a organização das temáticas nas mesas dialogadas e nas oficinas ofertadas tem sido aprovadas pelos cursistas, o que é uma resposta positiva para o planejamento desse quadriênio, dando forças para a continuidade com a proposta de caminhos compartilhantes trazendo reflexões e vivências relacionadas ao PDDE para a integralidade dessas formações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi analisar as contribuições do Cecampe Sudeste na orientação aos gestores escolares para execução dos recursos do PDDE, a partir disso podemos observar que o Cecampe Sudeste tem desenvolvido suas ações de acordo com os seus planejamentos, cumprindo a função de levar informação e apoio técnico para inúmeros gestores da região atendida.

Ao revisar o histórico de 30 anos do programa, observamos que as atualizações ao longo desses anos e os aprimoramentos foram importantes para que esses gestores acessassem com mais facilidade o recurso. Temos a compreensão de que o recurso oriundo do PDDE é uma verba suplementar, que a própria palavra já traz em seu significado “para suprir o que falta”, ou seja, a verba não é suficiente para cobrir todas as demandas da escola, mas também não tem esse propósito, lembrando que o Programa foi criado para que as escolas tivessem acesso ao dinheiro de forma descentralizada para junto com sua comunidade escolar decidirem qual a melhor utilização naquele momento recuperando para a escola o seu verdadeiro valor enquanto espaço escolar.

Ao acompanhar na seção 3 a construção histórica dos governos e observar que, apesar de cada período governado por presidentes com ideologias diferentes, não interferiu para que o Programa Dinheiro Direto na escola se enfraquecesse ou deixasse de existir, solidificando a proposta criada no governo de Fernando Henrique Cardoso como um projeto consolidado e que hoje faz parte de um dos programas mais antigos do Brasil. A partir dessa construção histórica e política, acompanhando os anos de atuação do programa nas instituições de ensino entendemos como a criação dos Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais foram uma ideia importante, já baseado em outros programas, para que os gestores de todo o Brasil pudesse ter um suporte e conseguissem administrar melhor o recurso, que ainda apresenta um grande processo burocrático.

Com a parceria firmada com as universidades federais através de edital de convocação, cinco universidades assumem o compromisso, conseguimos mapear na seção 2 a partir do levantamento de trabalhos produzidos pelos Cecampes de todas as regiões do Brasil, conhecendo mais como cada um tem apoiado seus gestores, e também o que tem sido produzido de pesquisa relacionado ao tema, o que é muito atual ainda. A

partir do mapeamento nos bancos de dados de teses e dissertações foi possível encontrar pesquisas sobre os centros de quatro regiões do Brasil, apenas o Nordeste não apresentou pesquisas resultante de trabalhos de mestrado e doutorado, nos bancos pesquisados. Mas ao estudar o histórico do Cecampes, é possível encontrar nos sítios de cada Universidade apoiadora, uma página destinada ao Cecampe das regiões contando com as produções que vem sendo desenvolvidas. Portanto, a visibilidade dessas ações em extensão e pesquisa é importante para que a população consiga acompanhar como essas universidades vem atuando para impulsionar o financiamento da educação junto ao Fundo Nacional de Educação consequentemente para a valorização da ciência e da educação no Brasil.

Na seção 4 avaliamos as ações do Cecampe Sudeste e como foi a trajetória de trabalho da Universidade Federal de Uberlândia durante esses anos de parceria com o FNDE, ficou evidente que todas as produções feitas são importantes para que esses gestores possam ter suporte na implementação e execução do recurso. O suporte técnico através das formações presenciais possibilitando trocas de experiências entre esses cursistas, e além da formação técnica foi possível concluir que o Cecampe Sudeste tem o compromisso com os seus princípios e em suas formações sempre ressaltam a importância de conceitos que devem fazer parte de todo o processo, como a gestão democrática que foi amplamente discutida nas mesas dialogadas, evidenciando para os cursistas a importância de uma gestão compartilhada que pensa junto com sua comunidade. E através das avaliações finais administradas nas formações presenciais podemos observar que os públicos alvos aprovam as ações e consideram que as formações são organizadas e contribuem com os seus aprendizados, com suas práticas e também em sua maioria afirmam que indicariam para outros colegas, o que defini como um trabalho bem executado e recomendado.

As formações em formato EAD são essenciais para que a formação chegue amplamente em diversas cidades de forma informatizada e rápida, para que os gestores de cidades de difícil acesso possam aprender mais com os conteúdos produzidos e também para oportunizar a formação com maior flexibilidade para essas pessoas. Além disso o Cecampe Sudeste tem produzido conteúdo em redes sociais como *youtube* e *instagram* permitindo que mais pessoas conheçam o trabalho desenvolvido pelo centro e principalmente tenham acesso aos cursos e materiais criados para orientar esses gestores.

Por fim, destacamos que o Cecampe Sudeste tem contribuído com a pesquisa nacional, produzindo estudos sobre a temática, essa dissertação faz parte de um projeto que tem foco no Programa Dinheiro Direto na Escola e como os gestores tem trabalhado com esse programa, com isso também almejamos compreender como o Cecampe Sudeste em parceria com o FNDE auxiliou nessas ações, a partir disso contribuimos com mais uma pesquisa ampliando o olhar para novos pesquisadores da área e concluimos que as atuações do Cecampe Sudeste aos gestores dessa região são amplamente planejada e executada com dedicação, cumprindo o papel de colaborar, monitorar e apoiar o Programa Dinheiro Direto na Escola. E a partir do olhar dessa pesquisa propomos continuidade nessa pesquisa aprofundando o conhecimento em um posterior estudo no doutorado trabalhando diretamente com diretores da região com entrevistas e encontros onlines para discussão sobre a importância do Cecampe para esses gestores, além disso surge-se a ideia da criação de grupos focais na cidade de Uberlândia com os gestores do Município para a aproximação da pesquisa científica e a pesquisa de campo, fortalecendo a atuação do Cecampe Sudeste.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 253–267, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 jan. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000100013>

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília, DF: ANA, 2025.

AGUIAR, Márcia Ângela da S. O Conselho Nacional de Secretários de Educação na reforma educacional do governo FHC. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 72–89, set. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 09 out. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000005>

ARANTES, Emerson Clayton. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a perspectiva da redução das desigualdades regionais: um estudo com foco no estado de Roraima**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11763>. Acesso em: 07 set. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Centro de Referência de Acervos Presidenciais). Presidência da República – Acervos Presidenciais. Disponível em: <https://presidentes.an.gov.br/>. Acesso em: 07 set. 2025.

ARAÚJO, Michele de Oliveira Gonçalves. **Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): desafios e possibilidades da gestão escolar**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação em Educação, Uberlândia, 2024. Orientadora: Vilma Aparecida de Souza. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41429>. Acesso em: ago de 2025.

ATOS antidemocráticos: o 8 de janeiro nas capas de revistas semanais de informação – 2023 e 2024. **Rizoma**, v. 13, n. 2, p. 6–23, 2024. DOI: <https://doi.org/10.17058/rzm.v13i2.19486>

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 1, p. 129–150, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100008>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539–564, set./dez. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002>

BALL, Stephen J. Vozes/redes políticas e um currículo neoliberal global. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 485–498, mar./set. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução: Maria João Alvarez; Sara Bahia dos Santos; Telmo Mourinho Baptista. Revisão: António Branco Vasco. Porto: Porto Editora, 1994. Tradução de: Qualitative Research for Education.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2025.

BOLSONARO, Jair. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.142, de 16 de agosto de 1999. Regulamenta a contribuição social do salário-educação. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 17 ago. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3142.htm. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.551, de 21 de dezembro de 1965. Regulamenta a Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964, que institui o salário-educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 22 dez. 1965.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital nº Convocação de IFES/2018: Processo nº 23034.026185/2018-28**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/phocadownload/fnde/Edital%20s.n%20convocao%20de%20IFES.2018.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964. Institui o salário-educação. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 out. 1964.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: sessão 1, Brasília, DF, n. 120-A, p. 1, ed. extra, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. <https://doi.org/10.22420/rde.v11i20.773>

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27 833–27 841, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

BRASIL. Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 15 jan. 2026.
Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013).

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o PDDE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 set. 2021, Seção 1, p. 62–68.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução CD/FNDE nº 7, de 2 de maio de 2024. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 maio 2024, Seção 1, p. 52.

BRASIL. Resolução nº 3, de 4 de março de 1997. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDDE)**. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 1997. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/legislacao/copy_of_ResolucaoN03de07deMarode1997.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução: Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARDOSO, Lukas Thiago. **Gestão participativa e democrática na educação: uma abordagem interdisciplinar do PDDE em Luziânia- GO**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Brasília, Programa de Pós- Graduação em Educação, Brasília, 2024. Orientador: Remi Castioni. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/52024>. Acesso em: ago de 2025

CENTRO COLABORADOR DE APOIO AO MONITORAMENTO E À GESTÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS – CECAMPE SUDESTE. CECAMPE Sudeste. Uberlândia: Pró-reitoria de Extensão e Cultura, Universidade

Federal de Uberlândia, [s.d.]. Disponível em: <https://proexc.ufu.br/cecampesudeste>. Acesso em: 28 fev. 2025.

COELHO, Dasy Lene Faria. **Educação em tempos de pandemia e o financiamento suplementar: desafios para a garantia do direito à educação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós- Graduação em Educação, Uberlândia, 2024. Orientadora: Lucia de Fátima Valente. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/42050>. Acesso em: ago de 2025.

CRUZ, Rosana Evangelista da. **Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União – o FNDE em destaque**. 2009. 434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Orientador: Rubens Barbosa de Camargo.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Derevecki, Raquel. Adélio inimputável e inqueritos fechados: o que se sabe até hoje sobre a facada em jair bolsonaro. *GAZETA DO POVO*, vida e cidadania, 19 abr. 2025, 18h34. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/adelio-inimputavel-e-inqueritos-fechados-o-que-se-sabe-ate-hoje-sobre-a-facada-em-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 (Especial), p. 921–946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jan. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Manual de orientação para constituição de unidade executora própria (UEx). Brasília, DF: FNDE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/media-pdde/manuais/ManualdeOrientaoparaConstituiodeUnidadeExecutoraPropriaUEx.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

FNDE. **Relatórios de Gestão**. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), 2014–2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-1>. Acesso em: 10 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Trabalho original publicado em 1968).

FREITAS, Osires Vinicius Alves. **O Movimento Brasil Livre**. 2018. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, Araraquara, 2018. Orientadora: Karina Lilia Pasquariello Mariano.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE).

Ações e programas – Programas. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GOMES, Beatriz Miranda. **O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a gestão descentralizada dos Programas de Manutenção Escolar: estudo comparado sobre os centros colaboradores das Regiões Centro-Oeste e Norte.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2023. Orientadora: Adriana Almeida Sales de Melo. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13876042. Acesso em: Ago de 2025

GOMES, Nilma Lino. Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero.** Salvador: EDUFBA, 2018. p. 147-160. (Coleção Cult). <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n6-162>

GONÇALVES, Emanuele Maria Silva. **O Programa Dinheiro Direto na Escola: implicações para a gestão escolar.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação em Educação, Uberlândia, 2025. Orientadora: Vilma Aparecida de Souza. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45659>. Acesso em: ago de 2025.

GRUPO DE TRABALHO DE ESPECIALISTAS EM VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. **Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental.** Brasília, DF: MEC, 2023.

HESSLER, Silvia Maria. **A Gestão democrática da escola pública em xeque: A lei do FUNDEB e o provimento do cargo de diretor em municípios da Grande Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, 2024. Orientadora: Maria Beatriz Luce. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15912559. Acesso em: Ago de 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PIB cai 3,5% em 2015 e registra R\$ 6 trilhões.** Editoria: Estatísticas Econômicas, 09 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JANNUZZI, Paulo; FERREIRA, Vicente; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Avaliação sistêmica e multicêntrica do Programa Dinheiro Direto na Escola: proposta conceitual e estudos de avaliabilidade. Volume 1** [e-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2024. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/EBOOK-avaliacao_sistematica_e_multicentrica.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024. <https://doi.org/10.63756/CegrafUFG.AVA.ebook.978-85-495-1268-0/2025>

KANAN, Lília Aparecida. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, junho 2010.

DOI:10.1590/S1984-92302010000200001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/osoc/a/Nm5NNr77WbKLT7JQhS8jZWS/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

KERCH, Fábio; FERES JÚNIOR, João. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Editora Contra a Corrente, 2018.

LIMONTA, Filipi Silva. **Feituras colaborativas na gestão dos programas educacionais de financiamento suplementar: a atuação do CECAMPE Sudeste UFU e a produção de repositório temático**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós- Graduação em Tecnologia, Comunicação e Educação, Uberlândia, 2024. Orientador: Cairo Mohamad Ibrahim Katrib. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43473>. Acesso em: Ago de 2025.

MAFASSIOLI, Andréia da Silva. **Programa Dinheiro Direto na Escola: (Re)formulações e implicações na gestão escolar e financeira da educação básica (1995–2015)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/158063>. Acesso em: 07 set. 2024.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e173480, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698173480>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Métodos de pesquisa/ [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. **Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, Alice Ferry de; OLIVEIRA, Telma Maria de. Experiências relacionadas ao levantamento de teses e dissertações. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 73-81, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/2e025fe6820fa35639f7e4e9e0132d79/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030753>. Acesso em: 08 set. 2025.

MOTA, Camilla Veras. 7 fatores que explicam os ataques de 8 de janeiro em Brasília. **BBC News Brasil**, São Paulo, 5 jul. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cye7egj6y1no>. Acesso em: 28 fev. 2025.

NÓVOA, António. Modelos de análise de educação comparada: o campo e o mapa. In: **EDUCAÇÃO comparada: rotas do além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009.

Revista do Centro de educação. Universidade de Santa Maria. Santa Maria RS. Marília Costa Morosini. Estudo de Conhecimento e questão do campo científico. Vol.40, num.1 enero-abril, 2015, p.101-116. Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1171322892008>

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. **RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 197–209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. O financiamento da educação básica no Brasil. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, São Paulo, v. 13, n. 17, 2023. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>. Acesso em: 06 maio. 2025.
<https://doi.org/10.22491/2236-5907135613>

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016. 141 p. Disponível em: https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/gdep_4ed-rev-atual-2.pdf. Acesso em: 19 jun. 2025.

PAZ, Abraão Bispo. **Por uma educação ambiental transformadora: o Programa Nacional Escolas Sustentáveis – PNES na DRE de Colinas do Tocantins – TO**. 2019. 114 f. il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1198>. Acesso em: 07 set. 2024.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política de fundos no Brasil para o financiamento da educação e os desafios da equidade e qualidade. **Propuesta Educativa**, v. 2, n. 52, p. 24–40, 2019. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, set. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 8 jan. 2025.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000008>

PINTO, José Marcelino de Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções gerais sobre o financiamento da educação no Brasil. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 23–36, jan./jun. 2006. <https://doi.org/10.5585/eccos.v8i1.457>

PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento da educação no governo Lula. **RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 323–340, mai./ago. 2009.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTOS, Áquila Priscila Souza; KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. **Diálogos com pós-execução do PDDE**. Organização: Luciane Ribeiro Dias Gonçalves; Cairo Mohamad Ibrahim Katrib. Uberlândia, MG: Culturatrix, 2022. 68 p. (Diálogos, v. 3). ISBN 978-65-86889-34-5. DOI: <https://doi.org/10.4322/978-65-86889-34-5>.

SOUSA, Eusamar Araújo de. **Política e gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no município de Rio Sono- TO (2017-2021): Desafios e contribuições do Cecampe Norte**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Faculdade de Educação, Palmas, 2024. Orientadora: Rosilene lagares. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=15826839. Acesso em: Ago de 2025.

TAVARES, Darlyng Maria Gomes. **Cecampe Norte: A direção intelectual das ações de assistência técnica na Amazônia amazônica**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós- Graduação em Educação, Manaus, 2024. Orientadora: Sílvia Cristina Conde Nogueira. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10831>. Acesso em: ago de 2025.

THERRIEN, Sílvia Maria Nóbrega; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 377–398, jul./dez. 2004. <https://doi.org/10.18222/ea153020042148>

VIANA, Maria Peleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional**. 2020. 454 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/69339>. Acesso em: 07 set. 2024.

VIANA, Mariana Peleje. **Recursos financeiros descentralizados para a escola pública: uma política necessária**. 2015. 367 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05042016-131507/publico/MARIANA_PELEJE_VIANA.pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da (ed.). **Políticas sociais no Governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. <https://doi.org/10.2307/j.ctv2v88c2n>

ANEXO A – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE IFES PARA ATUAR NOS CECAMPES DAS REGIÕES DANDO SUPORTE AO FNDE



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70700-929
Telefone: 0800-616161 e Fax: @fax_unidade@ - <https://www.fnde.gov.br>

EDITAL Nº CONVOCAÇÃO DE IFES/2018

Processo nº 23034.026185/2018-28

Edital de Convocação para Habilitação de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com vistas ao Estabelecimento de Parcerias para Suporte Técnico à Implementação de Programas de Apoio à Manutenção e Melhoria das Escolas, constituindo-se Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, responsável pela execução de programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas*, torna público o presente Edital e convoca Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para apresentarem propostas de participação no processo de habilitação para as linhas de colaboração em pesquisa, ensino e extensão como Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE), nos termos da Lei nº 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 10/2013 e Decreto nº 6.170/2007.

1. OBJETO

1.1. Este Edital tem por objeto a habilitação de IFES com vistas à formação de parcerias para desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão no âmbito de programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas, mediante celebração de termos de execução descentralizada a serem desenvolvidos a partir de planos de trabalho executados por meio de descentralização de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros, com o propósito de apoiar a gestão e contribuir para melhoria no desempenho das referidas políticas.

2. CRONOGRAMA

2.1. As etapas ocorrerão conforme o seguinte cronograma:

ETAPAS	PRAZOS
Apresentação de propostas	Até 16 de novembro de 2018
Habilitação das instituições	Até 45 dias após a apresentação

3. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) interessadas em formar parcerias deverão:

- a) possuir pesquisas e/ou atividades de ensino e extensão, já realizadas ou em andamento, relacionadas às áreas referidas no item 4.2;
- b) dispor de corpo técnico com experiência em pelo menos uma das áreas referidas no item 4.2; e
- c) dispor das instalações necessárias para o desenvolvimento dos projetos.

4. LINHAS DE COLABORAÇÃO

4.1. As instituições deverão apresentar manifestação de interesse em pelo menos uma das seguintes linhas de colaboração: pesquisa, ensino e extensão.

4.2. As áreas de interesse prioritário do FNDE para as parcerias, sem prejuízo de outras que venham a ser incluídas, são as seguintes:

- a) formação de gestores da educação básica;
- b) gestão do conhecimento;
- c) monitoramento e avaliação de políticas educacionais;
- d) métodos, técnicas e instrumentos aplicados à gestão de políticas públicas;
- e) controle social de políticas públicas;
- f) políticas de manutenção e melhoria das escolas.

4.3. As formas de atuação consideradas prioritárias para a colaboração no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas, sem prejuízo de outras que venham a ser incluídas, são as seguintes:

- a) formação de gestores, conselheiros e demais agentes envolvidos com a gestão descentralizada dos programas/ações, capacitando-os quanto aos aspectos conceituais, normativos e operacionais necessários à execução e acompanhamento dessas políticas;
- b) assessoria técnica a entes federados e entidades envolvidas com a gestão descentralizada dos programas/ações, especialmente quanto aos processos de adesão, execução e prestação de contas, contribuindo para solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas;
- c) realização de levantamentos de dados, pesquisas, estudos e demais análises para monitoramento e avaliação, a fim de subsidiar a tomada de decisão para melhoria no desempenho dos programas/ações;
- d) desenvolvimento e aplicação de modelos, métodos, técnicas, instrumentos e tecnologias que contribuam para aperfeiçoamento da gestão dos programas/ações, contribuindo para elevar eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade dessas políticas;
- e) elaboração e implementação de projetos de intervenção para melhoria nos programas/ações, solução de problemas e superação de obstáculos que possam comprometer os resultados das políticas;
- f) suporte técnico ao FNDE.

5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. As instituições interessadas em participar do processo de habilitação deverão enviar, no período referido no cronograma, o termo de apresentação (Anexo I) para a Coordenação Geral de Apoio à Manutenção Escolar (CGAME) do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE) no endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, 2º andar, Brasília - DF, CEP 70070-929.

5.2. O termo de apresentação deverá ser acompanhado de proposta técnica (Anexo II) que deverá conter os seguintes itens: a) histórico das atividades relacionadas às áreas de interesse prioritário e afinidades potenciais com os programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas; b) formas de atuação a serem desenvolvidas; e c) descrição e qualificação da equipe.

6. HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

6.1. As propostas apresentadas pelas instituições interessadas serão analisadas por Comissão Especial de Habilitação, constituída para essa finalidade, integrada por servidores do FNDE.

6.2. Serão consideradas habilitadas as instituições que atenderem às condições especificadas neste edital.

6.3. Para detalhamento das propostas apresentadas, a CGAME poderá agendar reuniões com representantes das instituições interessadas e também realizar visitas às unidades, a fim de verificar as condições para o desenvolvimento do projeto.

6.4. O termo de habilitação será expedido pela Comissão Especial de Habilitação, como condição prévia à celebração de termo de execução descentralizada para fins de execução do projeto CEMAG.

6.5. A habilitação da instituição não implica a obrigatoriedade de firmar termo de execução descentralizada, cuja celebração dependerá da necessidade e da conveniência da CGAME.

7. CARACTERIZAÇÃO DA PARCERIA

7.1. Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (CECAMPE) consiste em unidade de referência e apoio constituída para desenvolver ações e projetos no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas de interesse prioritário e nas formas de atuação previstas.

8. IMPLEMENTAÇÃO DAS PARCERIAS

8.1. A parceria poderá ser implementada a partir de termos de execução descentralizada vinculados a planos de trabalho descrevendo os produtos especificados para as parcerias com o FNDE.

8.2. Cada produto especificado no plano de trabalho deverá apresentar descrição e justificativa, objetivos geral e específicos, metas, metodologia, cronograma, plano de aplicação de recursos financeiros e indicar responsável técnico.

8.3. Os planos de trabalho devem informar o coordenador de gestão e especificar os demais custos para o desenvolvimento das atividades.

8.4. Os planos de trabalho serão submetidos à aprovação da CGAME e deverão estar em conformidade com os objetivos dos termos de execução descentralizada.

8.5. Os recursos serão oriundos do FNDE, sujeitos à disponibilidade orçamentária e financeira.

9. ACOMPANHAMENTO

9.1. O termos de execução descentralizada desenvolvidos no âmbito das parcerias serão acompanhados pela CGAME à distância e presencialmente.

9.2. As instituições deverão apresentar à CGAME, relatórios parciais e finais para acompanhamento e aprovação dos produtos executados.

9.3. A CGAME solicitará informações adicionais, durante a execução dos produtos ou após o seu término, com vistas ao acompanhamento das ações implementadas, sempre que julgar conveniente.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As instituições interessadas poderão enviar pedidos de esclarecimentos à CGAME, no endereço anteriormente citado, ou solicitar informações adicionais pelos telefones (61)2022-5577/(61)2022-4966 ou pelo e-mail pdde.monitoramento@fnde.gov.br.

10.2. À CGAME fica reservado o direito de resolver os casos omissos e as situações imprevistas, observando a legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO DE SOUSA PINHEIRO**, **Presidente**, em 21/11/2018, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1136384** e o código CRC **57AA9BD1**.

ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I TERMO DE APRESENTAÇÃO

À Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar - CGAME/DIRAE/FNDE

O (A) **(NOME DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR)**, com sede em (ENDEREÇO), (CIDADE), (UF), inscrita no CNPJ sob o número (NÚMERO DO CNPJ), por intermédio de seu representante legal (NOME DO REPRESENTANTE), portador (a) da Carteira de Identidade número (NÚMERO DO RG) e inscrito (a) no CPF, número (NÚMERO DO CPF), vem demonstrar a sua intenção em se habilitar nos termos do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018 – CGAME/DIRAE/FNDE** com o objetivo de formar parcerias para desenvolver ações de pesquisa e/ou ensino e/ou extensão no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas*.

Declaro ter interesse em atuar nas seguintes áreas:

- formação de gestores da educação básica;
- gestão do conhecimento;
- monitoramento e avaliação de políticas educacionais;
- métodos, técnicas e instrumentos aplicados à gestão de políticas públicas;

- () controle social de políticas públicas;
- () políticas de manutenção e melhoria das escolas.

Declaro estar ciente de que a habilitação como instituição parceira ocorrerá conforme estabelecido no edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da IFES

(*) Ações vinculadas ao PDDE, mas destinadas a fins específicos como promoção da educação integral, alfabetização, acessibilidade espacial das escolas, entre outras.

ANEXO II PROPOSTA TÉCNICA

À Coordenação-Geral de Apoio à Manutenção Escolar - CGAME/DIRAE/FNDE

O (A) **(NOME DA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR)**, vem apresentar proposta técnica como parte integrante do processo de formação de parcerias para desenvolver ações de pesquisa e/ou ensino e/ou extensão no âmbito dos programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas*, contendo as seguintes informações, conforme item 5.2 do Edital de Convocação 01/2018 – CGAME/DIRAE/FNDE:

- a) histórico resumido das atividades relacionadas às áreas de interesse prioritário e afinidades potenciais com os programas e ações de apoio à manutenção e melhoria das escolas, notadamente o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Agregadas (máximo de 3 páginas);
- b) formas de atuação a serem desenvolvidas (item 4.3);
- c) descrição e qualificação da equipe.

Local e data

Assinatura do representante legal da IFES

(*) Ações vinculadas ao PDDE, mas destinadas a fins específicos como promoção da educação integral, alfabetização, acessibilidade espacial das escolas, entre outras.

**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

Eu, _____, representante legal da instituição _____ declaro a autenticidade dos documentos apresentados e a veracidade das informações por mim prestadas, como também, a responsabilidade em manter o FNDE informado sobre eventuais alterações na situação social e educacional da instituição que represento. Comprometo-me em garantir a disponibilidade da instituição em participar de reuniões no FNDE, assim como, receber visitas na unidade, com o intuito de detalhar e acompanhar os termos da parceria.

Firmo a presente, ciente das responsabilidades legais pelas declarações prestadas.

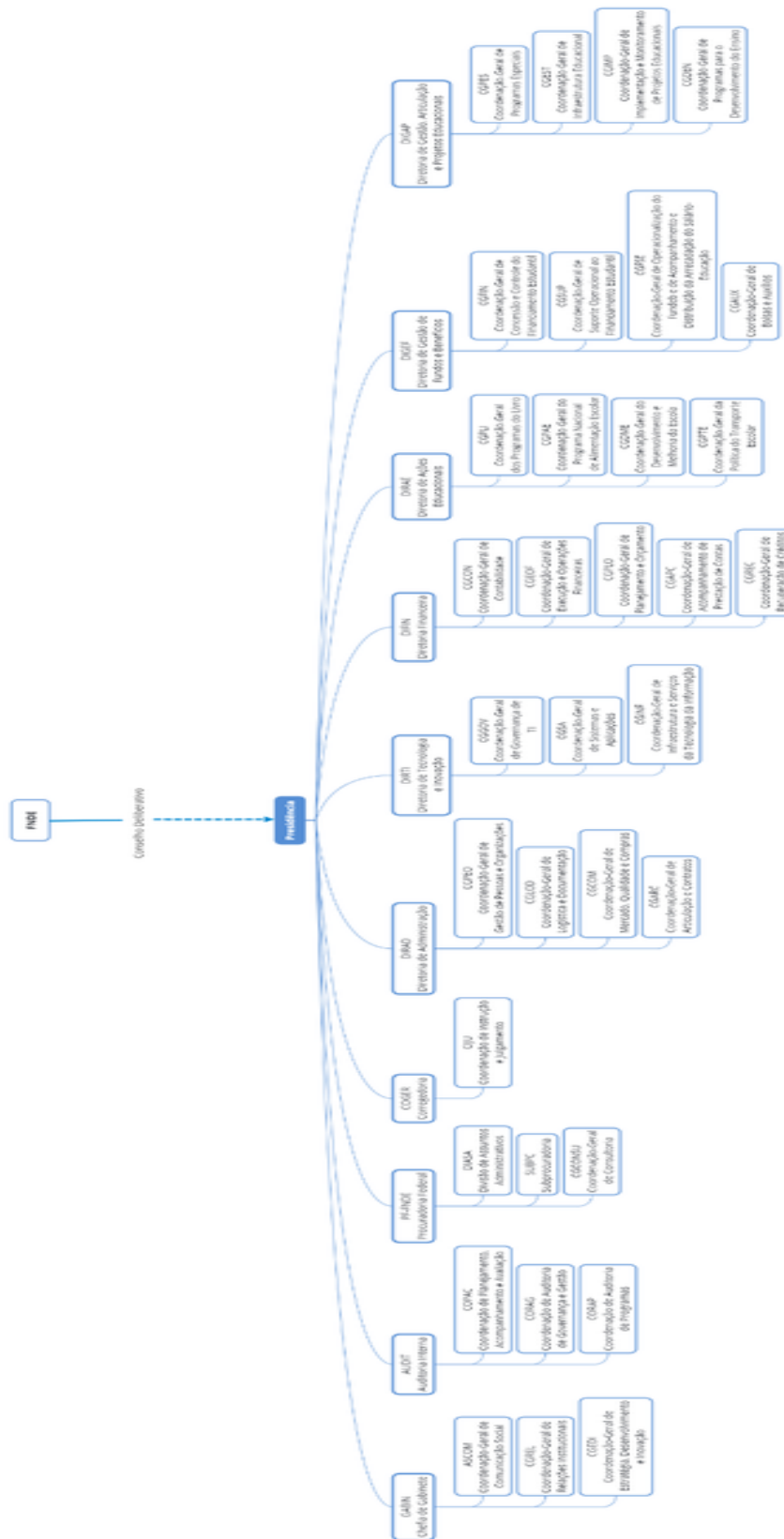
Local e data

Assinatura do representante legal da IFES

Referência: Processo nº 23034.026185/2018-28

SEI nº 1136384

ANEXO A – ORGANOGRAMA DAS SECRETARIAS DO FNDE



Presented with xmind